

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A
CRIANÇA DE ZERO A TRÊS ANOS NO MUNICÍPIO
DE SANTA MARIA-RS**

MONOGRAFIA

Diolinda Franciele Winterhalter

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA
DE ZERO A TRÊS ANOS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-
RS**

Diolinda Franciele Winterhalter

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, Área de concentração em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Cleonice Maria Tomazzetti

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia

**A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA DE ZERO
A TRÊS ANOS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS**

elaborada por
Diolinda Franciele Winterhalter

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional.

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Cleonice Maria Tomazzetti, Dra.
(Presidente/orientadora)**

Graziela Escandiel de Lima, Dra. (UFSM)

Marilene Gabriel Dalla Corte, Dra. (UFSM)

Rosane Carneiro Sarturi, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 09 de julho de 2014.

AGRADECIMENTOS

Com carinho e respeito,

...às crianças por despertarem em mim o desejo de compreender às vivências e direitos na infância e assim lutar, por meio da pesquisa, para que sejam ampliados e garantidos.

...à minha orientadora, Profa. Dra. Cleonice Maria Tomazzetti, pela oportunidade de aprender, pela escuta e leituras indicadas, discussões e reflexões oportunizadas nesta produção que, enquanto descubro e compreendo, sobretudo, me construo como pesquisadora. Agradeço a forma carinhosa com que me acolhe e auxilia a construir meu processo formativo.

...às professoras Graziela, Marilene e Rosane por aceitarem participar conosco deste momento final em que é preciso olhar para tudo aquilo que se produziu. Momento em que chegamos a algumas compreensões, mas também inquietações que nos trazem a certeza de que é preciso continuar...

...aos demais professores dos componentes curriculares do curso que indicaram leituras, bem como oportunizaram construções críticas a partir das mesmas. E também, aqueles que, de algum modo, deixaram sua marca, sua contribuição em tempos e espaços anteriores a esta caminhada, sendo, portanto, também fundamentais para que se chegasse até aqui.

...aos colegas de curso, companheiros com quem partilhei momentos de aprendizagem, em especial, à Amanda e à Vivian pela partilha diária de dúvidas e anseios, mas também pela produção de conhecimentos, cumplicidade e amizade.

...aos sujeitos desta pesquisa que, ao ajudar a me encontrar nos achados da Educação Infantil em Santa Maria-RS, tornaram este estudo possível.

Com amor,

...ao meu esposo, Rodrigo, pelo incentivo e compreensão cotidianos, quem não só me encoraja a ir adiante, mas caminha ao meu lado, me fortalecendo para seguir sempre, um pouco mais a frente...

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar.

(Paulo Freire)

RESUMO

Monografia

Curso de Especialização em Gestão Educacional

Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA DE ZERO A TRÊS ANOS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

AUTORA: DIOLINDA FRANCIELE WINTERHALTER

ORIENTADORA: CLEONICE MARIA TOMAZZETTI

Santa Maria, 09 de julho de 2014.

Este estudo teve como objetivo compreender a gestão da Educação Infantil para o atendimento da pequena infância - crianças de zero a três anos de idade - no município de Santa Maria-RS. Nesta pesquisa, de modo específico, objetivou-se: elaborar o percurso histórico de constituição da Educação Infantil no município de Santa Maria-RS; investigar políticas públicas e educacionais voltadas à Educação Infantil no Brasil e em Santa Maria-RS, visando compreender as ações destinadas ao atendimento da criança de zero a três anos, e identificar ações e estratégias criadas na gestão do município de Santa Maria-RS para o atendimento das crianças de zero a três anos na Educação Infantil. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa documental, no Conselho Municipal de Educação – CMESM com a análise de Projetos Pedagógico-Curriculares e Regimentos Escolares das Escolas Municipais de Educação Infantil e conveniadas, bem como, estudos e coleta de informações em legislações, entendidas como políticas públicas e educacionais, assim como outros materiais como jornais e documentos obtidos na Prefeitura Municipal. Com abordagem conceitual da Gestão Educacional, tal estudo permitiu evidenciar, em perspectiva histórica e política, o atendimento das crianças na Educação Infantil brasileira e santa-mariense. Conforme prevê este novo paradigma, buscou-se desenvolver os aspectos teóricos em contexto macro, nacional e, micro, municipal (LUCK, 2011; MAINARDES, 2007). Esta forma de organizar as questões abordadas permitiu compreender o atendimento na Educação Infantil de modo geral e não só para a criança de zero a três anos, o que se considera uma potencialidade tendo em vista a necessidade de percepção do todo para compreender as partes. A partir dos elementos contextuais levantados durante a pesquisa de abordagem ampla, também foram identificados na gestão da Educação Infantil para o atendimento das crianças de zero a três anos de idade em Santa Maria- RS, no contexto das escolas públicas, o número de crianças que estão matriculadas e a organização das turmas. Nesse sentido, foi possível fazer o diagnóstico do atendimento desta faixa etária na Educação Infantil identificando que todas as escolas atendem a pelo menos um dos segmentos contidos entre zero e cinco anos de idade.

Palavras-chave: Gestão da Educação Infantil. Políticas públicas educacionais. Educação da criança de zero a três anos.

ABSTRACT

Monograph

Specialization Course in Educational Management

Federal University of Santa Maria

MANAGEMENT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION FOR CHILD FROM ZERO TO THREE YEARS IN THE CITY OF SANTA MARIA - RS

AUTHOR: DIOLINDA FRANCIELE WINTERHALTER

GUIDANCE: CLEONICE MARIA TOMAZZETTI

Holy Mary, July 9, 2014.

This study aimed to understand the management of early childhood education for the care of small children - children from birth to three years old - in the municipality of Santa Maria-RS. In this research, specifically aimed to: develop the historical course of incorporation of early childhood education in Santa Maria-RS; investigate public and educational policies aimed at Early Childhood Education in Brazil and Santa Maria-RS, aiming to understand the actions aimed at the management of children zero to three years, and to identify actions and strategies implemented in the management of the municipality of Santa Maria-RS to care of children zero to three years in kindergarten. To do so, we developed a documentary research, the Municipal Board of Education - CMESM with the analysis of Pedagogical and Curricular Projects Regiments School of Municipal Schools Early Childhood Education and contracted out, as well as studies and gathering information on laws, policies perceived as public and educational, as well as other materials such as newspapers and documents obtained from the City Hall. With conceptual approach of Educational Management, this study provided insight in historical and political perspective, the care of children in Brazilian and holy-Mariense Childhood Education. As expected this new paradigm, we sought to develop the theoretical aspects in the macro, national, and micro, municipal (LUCK, 2011; Mainardes, 2007). This way of organizing the issues addressed permitted to understand the care in Children's Education in general and not only for children from birth to three years, which is considered a capability in view of the perception of the need for all parties to understand. From the contextual elements raised during the extensive research approach were also identified in the management of early childhood education for the care of children from birth to three years old in Santa Maria-RS, in the context of public schools, the number of children who are enrolled and class organization. Thus, it was possible to diagnose the care of this age group in kindergarten identifying that all schools meet at least one of the segments contained between zero and five years old

Keywords: Management of Early Childhood Education. Educational policies. Education of children from birth to three years.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crianças brasileiras de 0 a 3 anos que frequentam a escola.....	70
Gráfico 2 - Atendimento educacional de crianças em creches e pré-escolas.....	70
Gráfico 3 - Atendimento de 0 a 3 anos na Educação Infantil, em Santa Maria-RS.....	74
Gráfico 4 - Atendimento em Escolas de Educação Infantil em Santa Maria-RS	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia do atendimento ao pré-escolar no Brasil: instituições e/ou iniciativas nos séculos XIX e XX.	48
Quadro 2 - Registro do histórico das Escolas de Educação Infantil em Santa Maria-RS	69
Quadro 3 - Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola	71
Quadro 4 - Dados finais do censo escolar 2013 sobre a Educação Infantil.....	71
Quadro 5 - Número de crianças matriculadas nas creches públicas de Santa Maria-RS	73
Quadro 6 - Competências e ações nos diferentes níveis de governo.....	78

LISTA DE ANEXO

Anexo 1 - Escolas Municipais de Educação Infantil- EMEI.....	124
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 EDUCAÇÃO INFANTIL: O CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO	19
2.1 A abordagem qualitativa e sua contribuição para compreender a Gestão da Educação Infantil de zero a três anos em Santa Maria-RS	20
2.2 Pesquisa bibliográfica e documental: buscando documentos no resgate da história da educação na infância brasileira e santa-mariense	22
2.3 Livros, projetos, regimentos escolares, jornal e leis: documentos da Educação Infantil nacional e santa-mariense	25
2.4 Persistir para conseguir. Procurar para encontrar. Olhar para enxergar e compreender.....	28
3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA: CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO-SOCIAL.....	29
3.1 A História da Educação Infantil no Brasil: os conceitos de infância e criança, a educação assistencialista e a abordagem da privação cultural	30
3.1.1 Cronologia do atendimento ao pré-escolar no Brasil: instituições e/ou iniciativas nos séculos XIX e XX.....	47
3.2 O histórico das instituições de Educação Infantil no município de Santa Maria-RS.....	48
3.2.1 Escolas de Educação Infantil conveniadas	52
3.2.2 Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI.....	55
3.2.3 Registro do histórico das Escolas de Educação Infantil em Santa Maria-RS...68	
3.3 A perspectiva atual da gestão do atendimento educativo das crianças de zero a três anos de idade em nível nacional e, santa-mariense.....	69
4. POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VOLTADA À PEQUENA INFÂNCIA.....	75
4.1 A Educação Infantil no contexto das políticas nacionais.....	80
4.1.1 Da Constituição Federal de 1988 ao PNE (2011-2020): A Educação Infantil no contexto das políticas públicas e educacionais	84

4.2 As políticas santa-marienses para a Educação Infantil: um estudo da gestão municipal.....	91
5 É PRECISO OLHAR O TODO PARA ENXERGAR AS PARTES: COMPREENDENDO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA DE ZERO A TRÊS ANOS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS.....	99
5.1 A Educação Infantil nas perspectivas assistencialista, de privação cultural e educação compensatória em Santa Maria-RS para a criança de 0 a 3 anos.	101
5.2 O atendimento educacional da criança de zero a três anos nas políticas educacionais municipais.....	106
5.3 A perspectiva atual da gestão educacional santa-mariense para o atendimento da criança de zero a três anos na Educação Infantil.	109
REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

A Lei 9.394/96, ao instituir as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, define princípios, direitos, deveres e organiza o ensino no país, conforme as finalidades da Educação. De acordo com esta política, a educação brasileira se estrutura em níveis e modalidades. Nesse sentido, a educação básica é composta pelas etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Já a Educação Superior, tem por finalidade formar profissionais em diferentes áreas do saber (BRASIL, 1996).

Como modalidades, a LDB/96 define três: a Educação de Jovens e Adultos-EJA, a Educação Profissional e a Educação Especial (LIBÂNEO, 2009). Criado o contexto de organização da Educação brasileira, pode-se situar que o presente estudo refere-se à educação básica, tomando como objeto de investigação sua primeira etapa, ou seja, a Educação Infantil.

Integrante dos setores das políticas educacionais, bem como, do Sistema de Ensino Brasileiro, atualmente, representa uma área de práticas e conhecimentos em processo de construção e desenvolvimento a partir de discussões emergentes nas últimas décadas (ROSEMBERG, 2012; VIEIRA, 2010). Como conquista de direito à educação na infância passou então, a constituir a educação básica, atendendo crianças de zero a cinco anos de idade (BRASIL, 2009).

No entanto, conforme apontam autores que dedicam suas pesquisas à compreensão da Educação Infantil, sabe-se que esta passou por longo período de movimentos históricos, políticos e sociais, enquanto política pública, até integrar formalmente o ensino no país, o que ocorreu somente em 1996 com a LDB/96 (BRASIL, 1996; BRASIL, 2009; BRASIL, 2013). De acordo com Rosemberg (2012, p. 13), a partir da segunda metade do século XX cada vez mais crianças com idades entre 0 e 5-6 anos passaram a compartilhar experiências educacionais fora do espaço doméstico; “em creches, escolas maternais, pré-escolas ou jardins de infância” e, assim, o cuidado e a educação da criança pequena deixou de ser responsabilidade exclusiva da família.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs, cujo propósito de criação foi a revisão dos Referenciais Curriculares Nacionais, indicam que a Educação Infantil deve se dar em creches e pré-escolas; espaços institucionais não domésticos, os quais são estabelecimentos educacionais que

educam e cuidam crianças de 0 a 5 anos de idade. Tal política é o mais recente documento orientador da organização e desenvolvimento das práticas educativas nesta etapa da educação e, dentre outras diretrizes, afirma que a criança deve ser tomada ao centro do planejamento curricular para que possa se desenvolver de modo integral (BRASIL, 2009; OLIVEIRA, 2010; BRASIL, 2013).

Porém, embora tenha conquistado visibilidade e proeminência conforme aponta Vieira (2010), sabe-se que a Educação Infantil ainda enfrenta dificuldades e apresenta demandas para sua efetivação com qualidade em todo o país. Fato que, somado à constante necessidade de aprimoramento profissional e desenvolvimento de novos conhecimentos, a torna interessante campo de investigação. Dentre as demandas em nível nacional entende-se que estão: o acesso, o currículo, a formação específica e continuada de professores e outros. Questões amplamente relacionadas à qualidade do atendimento podendo, inclusive, comprometê-la.

A partir deste panorama geral e, pensando a relativa autonomia atribuída aos municípios por meio do fenômeno da municipalização, visa-se problematizar acerca da Educação Infantil questionando: como se dá o acesso à Educação Infantil no município de Santa Maria-RS? Que políticas destinam-se a esta etapa da educação? De que modo se dá a gestão da Educação Infantil?

Tendo em vista que este é um campo de estudo em expansão, o qual requer pesquisas que possam contribuir para a ampliação e construção de novos conhecimentos, estas são questões que se somam às norteadoras deste estudo, as quais se voltam para o município de Santa Maria-RS, mas de modo relacionado ao histórico e políticas nacionais: Como foi sendo constituído o atendimento da criança de zero a três anos nesta política pública no Brasil e, que instituições públicas foram criadas com esta finalidade em Santa Maria-RS?

O mapeamento dos aspectos que configuraram o atendimento educacional da pequena infância ao longo da história da Educação Infantil em Santa Maria-RS acredita-se, será importante para compreender os modos disponíveis para a garantia do direito de acesso da criança dos zero aos três anos de idade a esta etapa da educação básica no município. Sendo assim, questiona-se ainda: quais

estratégias o município tem criado e/ou feito uso para a ampliação do acesso desta faixa etária à Educação Infantil, tendo em vista a meta 1 do PNE (2011-2020)¹?

Tais questionamentos são sintetizados no problema proposto: Em que medida o município de Santa Maria-RS organiza a gestão do atendimento das crianças de zero a três anos de idade tendo em vista às políticas públicas para a Educação Infantil? A partir desta problemática, desenvolveu-se o estudo que visa compreender a gestão educacional, em nível municipal, na primeira etapa da educação básica.

Com base em Luck (2011), entende-se que o novo e mais abrangente paradigma surge para dar conta das demandas da gestão educacional. Segundo a autora, “A expressão gestão educacional abrange gestão de sistemas de ensino e a gestão escolar” (LUCK, 2011, p. 25). É o processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas; as partes, relacionados com as diretrizes e políticas educacionais públicas e projetos político-pedagógicos das escolas atentando para os princípios da democracia e métodos que organizem e criem ambiente educativo com autonomia, participativo e compartilhado, com autocontrole e transparência.

Sendo assim, a pesquisa desenvolvida em Santa Maria-RS visa, justamente, compreender a dinâmica do sistema de ensino na Educação Infantil para a criança de zero a três anos (LUCK, 2011). Definidos e conceituados a etapa da educação e o foco a que irá dedicar-se a pesquisa, ressalta-se que a investigação acerca da gestão da Educação Infantil no município de Santa Maria-RS será voltada para as crianças em idade de creche (0 a 3 anos), as quais, segundo alguns autores, tem sido apontadas como discriminadas e/ou negligenciadas nas políticas educacionais.

Sendo assim, o recorte investigativo e de análise será voltado a esta faixa etária em função da relativa priorização voltada à obrigatoriedade do ensino somente a partir dos quatro anos de idade, embora a Educação Infantil, enquanto etapa da educação básica, inclua as crianças desde zero até cinco anos de idade (BRASIL, 1996; BRASIL, 2009; ROSEMBERG, 2012).

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é: compreender a gestão da Educação Infantil para o atendimento da pequena infância, crianças de zero a três anos de idade, no município de Santa Maria-RS. A fim de tornar possível tal

¹ Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a cinquenta por cento da população de zero a três anos (BRASIL, 2011).

compreensão, foram traçados os objetivos específicos: Elaborar o percurso histórico de constituição da Educação Infantil no município de Santa Maria-RS; Investigar políticas públicas e educacionais voltadas à Educação Infantil no Brasil e em Santa Maria-RS, visando compreender as ações destinadas ao atendimento da criança de zero a três anos, e Identificar ações e estratégias criadas na gestão do município para o atendimento das crianças de zero a três anos na Educação Infantil.

Para responder a problemática exposta e, assim, alcançar os objetivos propostos, entende-se que é de suma importância retomar questões históricas, bem como analisar políticas públicas e educacionais que vem orientando e instituindo mudanças, as quais tornam possível a concepção contemporânea de educação na infância e a gestão da Educação Infantil no município de Santa Maria-RS. Estes são aspectos compreendidos de modo relacionado às concepções históricas voltadas à educação da criança e, por isso, defende-se a necessidade de retomá-los a fim de elaborar compreensões posteriores, as quais permitem compreender o que está posto no período atual (KULMANN Jr, 2010).

A elaboração da monografia se constitui, então, no relatório que apresentará os dados e compreensões construídos neste estudo e que, assim, representa a conclusão do curso de Especialização em Gestão Educacional. Por isso, faz-se uso dos conhecimentos e compreensões construídos ao longo do mesmo, nesta investigação da gestão da Educação Infantil no município de Santa Maria-RS. A formação em Pedagogia, a atuação e pesquisa nesta etapa da educação, somados aos conhecimentos construídos durante o curso, tornam urgente a compreensão da gestão desta política pública em nível municipal, onde tais conhecimentos e experiências foram se constituindo, visando fomentar discussões em torno da Educação Infantil, mas, sobretudo, contribuir para que as políticas e as práticas educativas sejam exercitadas ao encontro da qualidade do atendimento nesta etapa da educação básica.

Entende-se que, embora esta seja uma política pública nacional orientada e instituída por outras políticas, tomando como base os princípios do paradigma da gestão educacional e os poderes atribuídos por meio da municipalização, os municípios possuem relativa autonomia para organizar e gestar a Educação Infantil. Tal entendimento permite crer que, mesmo havendo uma orientação comum no país, a gestão da Educação Infantil pode diferir conforme os municípios a organizam e as particularidades apresentadas pela população local (LUCK, 2011).

Desse modo, acredita-se na possibilidade de construir as necessárias relações entre o que se propõe para a Educação Infantil ao instituir uma política nacional e o modo como o município de Santa Maria-RS, com sua relativa autonomia, organiza a gestão desta etapa da educação.

Sendo assim, para o desenvolvimento deste estudo, no segundo capítulo, foi delineado o caminho metodológico percorrido com a abordagem, métodos e instrumentos utilizados para a estruturação da pesquisa. No terceiro capítulo, foi necessário resgatar e compreender a história da Educação Infantil no Brasil de modo relacionado à trajetória construída no município pesquisado.

No quarto capítulo, detivemo-nos na reconstrução, também histórica, das políticas voltadas à educação na infância e assim, tornou-se fundamental conhecer e elencar políticas educacionais nacionais e municipais que orientaram as ações na Educação Infantil no século passado e também, no atual. Por fim, no quinto capítulo, são apresentados os entendimentos e os conhecimentos construídos em relação ao problema proposto inicialmente, bem como as relações percebidas e elaboradas, ao longo deste estudo investigativo, sustentados pelos conceitos da Gestão Educacional.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL: O CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO

*Um menino caminha e caminhando chega no muro
E ali logo em frente a esperar pela gente o futuro está
E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar
Não tem tempo nem piedade nem tem hora de chegar
Sem pedir licença muda nossa vida
Depois convida a rir ou chorar
Nessa estrada não nos cabe conhecer ou ver o que virá
O fim dela ninguém sabe bem ao certo onde vai dar [...].*

Aquarela- Toquinho

Conforme anunciado ao início deste estudo, as temáticas se constituem em geral - Gestão das políticas educacionais para a Educação Infantil - e, específica - Gestão da Educação Infantil para a criança de zero a três anos no município de Santa Maria-RS. Assim, no decorrer do mesmo, objetivou-se compreender a gestão da Educação Infantil para o atendimento da pequena infância - crianças de zero a três anos de idade - no município de Santa Maria-RS. Portanto, a fim de desenvolver a pesquisa, visando reunir informações acerca da Educação Infantil em perspectiva histórica e política, deu-se início às buscas pelas fontes primárias.

Nesse sentido, entende-se que a contemplação da educação da criança nas políticas educacionais está relacionada às transformações na educação e na sociedade, pois tanto demandam mudanças nas políticas educacionais quanto são implementadas por meio destas, o que faz com que haja o ciclo de políticas estruturado assim, para fins de análise, em vários contextos (MAINARDES, 2007). Estes não foram aprofundados em função da necessidade de investigação requerer outros procedimentos metodológicos considerados mais urgentes, bem como, o fato de que não haveria tempo hábil para a análise das políticas educacionais mencionadas, tendo em vista as características desta pesquisa.

Após construir a linha do tempo no resgate histórico da Educação Infantil e/ou do atendimento do Pré-escolar (KUHLMANN Jr, 2010; KRAMER, 2011), através também do estudo de políticas educacionais voltadas para esta etapa da educação, buscou-se compreender a gestão destas políticas no município de Santa Maria – RS e, em seguida, perceber o atendimento das crianças de zero a três anos na Educação Infantil. Nesse sentido, o foco de pesquisa foi a compreensão da gestão das políticas públicas de Educação Infantil para as crianças de zero a três anos, no

município de Santa Maria - RS. A partir deste estudo, almeja-se contribuir para a discussão da ampliação do atendimento das crianças em idade de creche, bem como, com a qualidade da Educação Infantil dos zero aos cinco anos de idade.

Ao encontro do que se visou compreender nesta investigação, a proposta metodológica da pesquisa baseou as buscas na compreensão do problema: Em que medida o município de Santa Maria-RS organiza a gestão do atendimento das crianças de zero a três anos de idade tendo em vista às políticas públicas para a Educação Infantil? E refere-se, portanto, à abordagem qualitativa.

Do mesmo modo, a fim de responder a esta questão, o desenvolvimento de tal investigação caracterizou o esforço de contemplar outros questionamentos: a) Como foi sendo constituído o atendimento da criança de zero a três anos nesta política pública no Brasil e, que instituições foram criadas em Santa Maria-RS? b) Que aspectos configuraram o atendimento da pequena infância ao longo da história da Educação Infantil em Santa Maria-RS? c) De que modo é assegurado o direito de acesso da criança dos zero aos três anos de idade a esta etapa da educação básica em Santa Maria-RS? d) Que estratégias o município tem criado e/ou feito uso para a garantia de acesso desta faixa etária à Educação Infantil, tendo em vista a meta 1 do PNE (2011-2020)?

Sendo assim, acredita-se que estes questionamentos possibilitaram mapear a problemática posta de modo a contemplar questões que permeiam tal assunto e, assim relacioná-los. Além disso, possibilitaram a imersão no universo da pesquisa contribuindo para a compreensão dos aspectos levantados acerca do fenômeno: Gestão da Educação Infantil para o atendimento da criança de zero a três anos em Santa Maria-RS, em sua complexidade.

2.1 A abordagem qualitativa e sua contribuição para compreender a Gestão da Educação Infantil de zero a três anos em Santa Maria-RS

Conforme Chizzotti (2006), a abordagem qualitativa valoriza os aspectos qualitativos dos fenômenos, a complexidade da vida humana e os significados da vida social. Do mesmo modo em que permite a visão holística dos fenômenos e considera os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas (WELLER, 2010).

Flick (2009) considera que a abordagem qualitativa é relevante para o estudo das relações sociais. No mesmo sentido, Weller (2010), afirma que:

[...] as abordagens qualitativas não são relevantes apenas no desenvolvimento de pesquisas e teorias ou na avaliação de programas e políticas educacionais, mas também no processo de ensino/aprendizagem e durante a formação de futuros profissionais [...] da educação (p. 17).

Tendo em vista as finalidades da abordagem qualitativa, assim como as características da mesma, esta investigação se destina à compreensão da gestão das políticas educacionais de Educação Infantil em relação ao atendimento das crianças de zero a três anos nesta etapa da educação básica em Santa Maria-RS.

Assim, conforme permite a pesquisa qualitativa, com base nos autores mencionados, acredita-se que esta abordagem contribui, com visão holística, para a percepção da complexidade que permeia os aspectos relacionados à gestão das relações entre crianças e dos adultos na sociedade, a percepção do direito das crianças de zero a três anos à educação, dentre outros aspectos. Nesse sentido, além do levantamento do referencial teórico para a compreensão do histórico da Educação Infantil, foi realizado o apontamento das principais políticas educacionais que contemplem, especificamente, esta etapa da educação básica.

Isto para que se pudesse compreender o surgimento e adequação da Educação Infantil no sentido da qualidade de seu atendimento, assim como o modo que o município de Santa Maria- RS está organizando o atendimento educacional da criança de zero a três anos. A partir destes aspectos, buscou-se compreender este fenômeno no município de Santa Maria-RS, mas, sobretudo, contribuir para a provocação de outras reflexões e estudos que visem discutir, com base no conhecimento científico, acerca do acesso, permanência e a qualidade da Educação Infantil.

Tendo em vista a complexidade do fenômeno histórico, político e social investigado, acredita-se que a abordagem qualitativa foi adequada para esta pesquisa.

2.2 Pesquisa bibliográfica e documental: buscando documentos no resgate da história da educação na infância brasileira e santa-mariense

Esta pesquisa representa então, a retomada da história e das políticas do atendimento educacional infantil no Brasil e em Santa Maria-RS. Este resgate histórico demandou estudos em livros e artigos de autores referência em questões históricas e contemporâneas da Educação Infantil, o que a caracteriza como uma pesquisa bibliográfica. No entanto, tal abordagem qualitativa necessitou também da busca pela legislação nacional e municipal.

Nesse sentido, foram levantadas as políticas públicas e educacionais voltadas à Educação Infantil de modo a construir a cronologia das políticas direcionadas à educação na infância. Essa busca se deu em sentido macro, visando compreender a perspectiva histórica e política da Educação infantil no Brasil para dar conta das questões e objetivos propostos, bem como foi necessário desenvolver a pesquisa em sentido micro, ou seja, investigar a perspectiva histórica e política em Santa Maria-RS de modo a perceber o contexto em que se deu a pesquisa a fim de responder ao problema que foi proposto inicialmente (MAINARDES, 2007; LUCK, 2011).

Além das legislações, entendidas como ações das políticas públicas e educacionais, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados os Projetos Pedagógicos Curriculares/Projetos Políticos-Pedagógicos – e os Regimentos Escolares. Assim, além de bibliográfica, esta pesquisa caracteriza-se também como pesquisa documental (GERHARDT e SILVEIRA, 2009), ao permitir a utilização de outros documentos além de livros e artigos. Para Tomazzetti (1997), a análise documental permite alcançar o conteúdo latente, o que há de dinâmico, histórico e estrutural de modo a captar significados.

Tendo construído o referencial teórico acerca da história de organização da Educação Infantil em sentido macro, nacional, deu-se início à procura por documentos que permitissem construir a cronologia da Educação Infantil no município de Santa Maria-RS, tanto em aspectos históricos, quanto políticos. Este aspecto da pesquisa caracteriza, então, o uso do documento como fonte de dados que, articulado às informações compreendidas nos textos tomados como referência durante a pesquisa bibliográfica, constituem a base conceitual a ser analisada neste estudo.

Assim, considera-se que a primeira etapa desta investigação - pesquisa bibliográfica oportunizou compreender que a Educação Infantil surgiu e sustentou-se no Brasil, durante muitas décadas, em perspectiva assistencialista. Este dado lançou a possibilidade de vinculação dos documentos entre a Secretaria de Município da Educação (SMED) e a Secretaria de Município de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos (SMAC). No intuito de encontrar os documentos que contassem a história da Educação Infantil em Santa Maria-RS, a Prefeitura Municipal, onde está localizada a Secretaria da Educação, foi o primeiro local de busca.

A primeira visita foi somente de contato e apresentação do objeto de investigação, pois era necessário “protocolar” a pesquisa – encaminhar ao departamento pedagógico para que fosse emitida a autorização de desenvolvimento da mesma. Alguns dias depois, foi solicitada agenda com a SMED. A ansiedade em ter acesso aos documentos veio à tona, mas logo foi retraída com a informação de que os registros existentes na secretaria seriam somente a partir do ano de 2000 e, portanto, aquilo pelo que se procurava, não existia.

A servidora Dulce², no movimento de compreender o campo em que se daria a investigação, deu-me esta informação. Afirmou que os dados disponíveis seriam referentes ao tempo em que estava ocupando aquela função e que teria informações sobre fatos históricos da Educação Infantil em Santa Maria- RS, mas com base em sua experiência como professora e não em documentos oficiais.

No intuito de contribuir com as buscas pelos registros históricos da Educação Infantil no município, ela reforçou a hipótese já levantada, de que estes pudessem estar na Secretaria de Assistência Social e, também, que poderia haver informações no Conselho Municipal de Educação. Assim, a busca seguiu adiante e, em novo dia, foi agendada visita à Secretaria de Assistência Social. Após conversar com alguns servidores que, ao tomarem conhecimento do que se tratava encaminhavam a outra pessoa, finalmente, encontrei o servidor Jorge. Em conversa, descobri que ali também não existiam documentos com histórico de assistência vinculada à educação da criança.

Demonstrando interesse em contribuir com a investigação, este servidor mencionou a mudança legal que houve em 2009 que, segundo ele, dividiu as filantropias, Educação, Saúde e Assistência e, por isso, naquele espaço, o

² Os nomes utilizados são fictícios a fim de manter em sigilo a identidade dos sujeitos desta pesquisa.

atendimento era assistencial somente. Outra vez, o desejo por tomar os registros foi sufocado - cadernos, atas, fichários, documentos enfim que se imaginava encontrar, mas ao mesmo tempo, foram renovadas as esperanças quando Jorge retomou a mesma hipótese de Dulce e mencionou o Conselho Municipal de Educação.

Empenhado em auxiliar na pesquisa, não só orientou em relação ao novo endereço de localização, mas fez a indicação de que a servidora Joana - alguém com bastante experiência e que vivenciou o período dos anos 1980 e 1990 na Educação em Santa Maria-RS, poderia contribuir, se não com informações e documentos, indicando onde deveria continuar a busca. Imediatamente, fui até o endereço indicado, mas o prédio estava fechado.

Novamente, foi preciso conter a ansiedade e lidar com as frustrações pelas quais passam o pesquisador. A cada momento, vive-se uma emoção e, se por um lado tem-se a expectativa seguida de um obstáculo, logo surge uma nova pista, uma outra possibilidade que nos leva a novos rumos.

Enquanto seguia um destes novos rumos que foram sendo delineados pelos sujeitos que foram se constituindo nesta investigação e, ainda neste primeiro momento de desencontro com os dados empíricos, vários questionamentos surgiram: onde estaria a história da Educação Infantil de Santa Maria-RS? Onde foram parar os registros, as escritas, os documentos das escolas, das crianças? Quem eram os professores? Onde estaria a história destes sujeitos? Esta estaria somente na memória daqueles que viveram naquela época?

Assim, passei a entender que este “não encontrar” já se configurava um aspecto importante para esta investigação e, desse modo, questionei-me: qual foi o lugar da Educação Infantil no município de Santa Maria-RS? Ocuparia a Educação da Infância o lugar do não lugar já que ninguém sabe, ninguém viu?

Em nova manhã, retomei as expectativas e sai em busca dos registros. Ao chegar a nova sede dos Conselhos Municipais, encontrei servidoras ainda realizando a mudança e fui informada de que a servidora Joana, por quem eu procurava, não estava naquele momento. Na Universidade Federal de Santa Maria-RS, consegui, com uma professora, o contato telefônico da servidora, mas não foi possível contatá-la.

As idas e vindas ao novo endereço dos Conselhos Municipais seguiram até que fui informada de que Joana, potencial sujeito da pesquisa, naquele momento, estaria viajando por alguns dias. Decorrido o período de sua viagem e, exatamente

um mês depois de protocolar a pesquisa na Prefeitura Municipal, em nova visita aos Conselhos, foi possível encontrar a servidora.

Em rápida, mas receptiva conversa, veio a confirmação de que realmente não existiam documentos antigos sobre a história da Educação Infantil do município de Santa Maria-RS no período anterior ao ano de 2000, mas, somente os Projetos Pedagógicos Curriculares e Regimentos Escolares referente às duas últimas décadas com alguns aspectos históricos. Neste encontro, ficou então definido que não havia documentos suficientes para análise, ou seja, os documentos existentes não dariam conta de responder a todas as questões propostas, mas que seria possível analisar os documentos existentes e, assim, tentar responder aos questionamentos.

Como o Conselho Municipal de Educação ainda não estava atuando, em função da reinstalação em novo endereço, a análise dos documentos só pôde ter início na semana seguinte. Desse modo, após longo processo de encontros e desencontros, frustrações e esperanças, definiu-se o aporte metodológico desta pesquisa, a qual foi, portanto, desenvolvida por meio de análise de documentos.

2.3 Livros, projetos, regimentos escolares, jornal e leis: documentos da Educação Infantil nacional e santa-mariense

A partir das características que configuraram esta pesquisa, para fins de coleta dos dados, foi realizado o levantamento bibliográfico a partir das obras de autores como: José Carlos Libâneo (2008; 2009), Heloisa Luck (2011), Moisés Kuhlmann Junior (2010), Sônia Kramer (2011), Fúlvia Rosemberg (2012), dentre outros. Somado a este processo investigativo foi feito levantamento documental.

Para Macedo (2006), com base em Ludke e André (1986), como fontes documentais, pode-se incluir cartas, redações, comunicações informais, programas e planos. Desse modo, o levantamento documental foi composto por políticas públicas e educacionais nacionais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96, a Política Nacional de Educação Infantil (2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs (2009) e outros, bem como das políticas municipais: Resolução CMESM nº 2 (1999), as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal Educação

Infantil - DCEMEI (2008), Resolução CMESM nº 30 (2011), a Lei Municipal nº 5798 (2013) e, ainda, os Regimentos Escolares e Projetos Político-Pedagógicos vigentes nas Escolas Municipais de Educação Infantil e conveniadas.

Estes documentos foram encontrados no Conselho Municipal de Educação de Santa Maria-RS. Já aqueles, por meio do endereço eletrônico da Câmara de Vereadores do município e outros sites indicados nas referências. Foi utilizado ainda, como fonte documental, o texto de uma publicação em jornal local com informações atualizadas acerca do programa de governo³ em fase de implementação no município.

Assim, o processo de coleta e construção dos dados no Conselho Municipal de Educação se desenvolveu ao longo de três semanas, a partir da inserção no referido órgão municipal. Neste momento, a partir da colaboração das servidoras Joana e Glória, foi possível não só ter acesso aos documentos, mas também, por meio de conversas, a informações que não estavam aparentes na escrita dos documentos, pois com o conhecimento de quem vivenciou o período era possível compreender o que estava sendo dito através das frases, às vezes, confusas, ou do que nem mesmo havia sido mencionado.

Estas, portanto, foram fundamentais para a elaboração dos elementos conceituais apresentados, assim como para as compreensões construídas. A partir deste momento, é urgente relatar que, embora houvesse a negatividade em relação ao registro acerca da historicidade das Escolas Municipais de Educação Infantil de Santa Maria-RS, os Projetos Político-Pedagógicos, conforme o termo utilizado no município, e os Regimentos Escolares traziam, em sua maioria, informações referentes ao passado e origem das escolas de Educação Infantil no município.

Embora não de modo uniforme e nem com riqueza de detalhes, foi possível sim, por meio destes documentos, considerados instrumentos de pesquisa, construir o quadro de temporalidade que evidencia o surgimento destas escolas no município. Em muitas delas, inclusive, foi possível perceber o contexto em que foram construídas, os principais agentes de sua construção, a faixa etária e a organização do atendimento. Ao todo, foram levantados e, parcialmente, analisados 25 Projetos Político-Pedagógicos e 25 Regimentos Escolares.

³ Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA.

Destes, destaca-se que as informações dos Projetos Político-Pedagógicos apresentaram maior contribuição já que os Regimentos, em sua maioria, traziam aspectos já identificados naqueles documentos. O termo parcialmente refere-se ao fato de que a busca nestes documentos não ocorreu com a intenção de perceber sua estrutura ou informações específicas acerca de sua organização, mas, enquanto instrumentos de coleta de dados, foram analisados visando perceber justamente o histórico de origem das escolas e qual era o público a que atendiam.

Após a organização e compreensão dos dados, retornou-se ao órgão municipal para dar a devolutiva do texto estruturado, bem como esclarecer algumas dúvidas que persistiam. Em conversa com Joana e também com a servidora Helena, quem, atenciosamente, leu o texto apresentado e fez considerações a fim de qualificá-lo, foi possível perceber que dados atuais acerca do atendimento das crianças pequenas não estariam disponíveis de modo preciso, nem mesmo nas versões atualizadas dos Projetos Político-Pedagógicos que estavam, em processo de reformulação, retornando para a revisão do CMESM.

Ressalta-se que estes dados foram levantados com base nos Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares do ano de 2003, período em que tais documentos foram produzidos junto ao Conselho Municipal de Educação, em consequência da vinculação da Educação Infantil à Secretaria de Educação. Tal fato trouxe a necessidade de ampliar o contexto de investigação para que se pudesse dar sequência na pesquisa e, desse modo, encontrar elementos para responder às demais questões propostas.

Assim, a última fase de buscas por dados nesta pesquisa se deu onde estas iniciaram, ou seja, na Prefeitura Municipal de Santa Maria-RS. Então, como uma das últimas medidas investigativas adotadas neste estudo e, portanto, imbricada de metodologia da pesquisa, retornou-se à Prefeitura a fim de solicitar dados atuais acerca do atendimento na Educação Infantil para a criança de zero a três anos.

Após solicitar tal informação à servidora Dulce, em outro momento, obteve-se, do setor pedagógico, da Secretaria de Município da Educação, o quadro⁴ com a identificação das escolas municipais, o número de crianças que atende nas turmas de Berçários I e II e Maternal I e II. Informações que possibilitaram construir então, a

⁴ Ver anexo 1, p. 124.

percepção do atendimento atual na Educação infantil para a criança de zero a três anos.

2.4 Persistir para conseguir. Procurar para encontrar. Olhar para enxergar e compreender

Considera-se que o processo de análise dos dados foi iniciado assim que foram feitas as primeiras leituras e reflexões acerca do tema a que se propôs investigar. De acordo com a parte conceitual estruturada, conforme os dados que foram sendo construídos, desenvolveu-se uma abordagem da Educação Infantil em sua plenitude de atendimento, ou seja, atualmente, dos zero aos cinco anos de idade, embora o recorte desta investigação seja voltado para o atendimento das crianças de zero a três.

A escolha em manter a contemplação ampla do processo histórico e político da Educação Infantil se deu em função da necessidade sentida pela pesquisadora em compreender este universo de modo global e também, porque a abordagem dos autores não ocorre de modo fragmentado. No entanto, esta escolha não significou que, mesmo tratando do todo, não estivesse sendo construída a percepção e análise processual do recorte a ser investigado.

Assim, embora se tenha construído o histórico social e político da Educação Infantil e, com isso, compreendido para além do que se propôs, a análise e discussão dos dados, foi feita com enfoque na gestão municipal para o atendimento da criança de zero a três anos. Desse modo, com base em Chizzotti (2006), realizou-se a análise de conteúdo, a qual se destina a análise e discussão das informações contidas nos textos e documentos encontrados, discussão desenvolvida no quinto e último capítulo desta monografia.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA: CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO-SOCIAL

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte [...]
A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé[...]
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade [...]*

Comida - Titãs

A construção deste capítulo se dá com base nas obras; “Infância e Educação: uma abordagem histórica”, de Moysés Kuhlmann Junior (2010) e, “A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce”, de Sônia Kramer (2011). A escolha destes autores para a construção do referencial teórico apresentado neste estudo ocorreu em função da abordagem do contexto histórico que ambos construíram em relação à Educação Infantil. Kuhlmann Jr., com seu estudo histórico da Educação Infantil revela particularidades da perspectiva educativa assistencialista no final do século XIX e início do século XX, e Sônia Kramer, com a abordagem da privação cultural, investiga de modo pioneiro, as diversas políticas públicas que afetaram e constituíram a Educação Infantil no Brasil, trazendo à tona a concepção da educação compensatória em nosso país.

Desse modo, entende-se que ambos se complementam e, assim, possibilitam a compreensão da história da Educação Infantil brasileira. Para Kuhlmann Jr. (2010), a história da educação é parte da produção histórica e, por isso, é preciso encontrá-la nas relações sociais e na própria história, ao invés de considerar o Estado e as reformas legislativas enquanto centro dos acontecimentos, embora estes representem elementos essenciais na história da Educação. Nesse sentido, traz a educação como “[...] elemento constitutivo da produção e reprodução da vida social” (p. 15). Com base no autor, toma-se então a escolarização da criança pequena como fenômeno histórico relacionado à estrutura e fatos sociais.

A escolarização na infância, fato social conforme menciona, se explica arraigado a outros fatos sociais como: o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, as transformações nas famílias, novas concepções e representações acerca da infância e outros. Isto significa que, para compreender a história da Educação Infantil, é necessário uma abordagem ampla, a qual considere questões relativas à história da infância, da família, da urbanização, das relações de trabalho e até mesmo, das demais instituições educacionais de modo inter-relacionado e, com visão sistêmica, conforme prevê o paradigma da gestão educacional (LUCK, 2011).

3.1 A História da Educação Infantil no Brasil: os conceitos de infância e criança, a educação assistencialista e a abordagem da privação cultural

Entende-se que, primeiramente, é necessário percorrer as diversas definições dos conceitos de infância e criança. Para Kuhlmann Jr. (2010), o período da infância é a condição da criança que possui limites etários amplos, divididos em idades; fases para as quais são criadas instituições educativas específicas. A etimologia da palavra infância⁵, que tem origem no latim; *infants* significa “aquele que não fala” e, com isso, revela uma das concepções marcantes na história deste conceito e da educação da criança: o condicionamento do indivíduo que é analisado em função de suas incapacidades e assim, tido como incompleto; um vir a ser quando adulto.

Philippe Ariès, historiador francês que estuda as famílias e a infância trazendo contribuições para a nova concepção de infância, em especial, na obra “História Social da Criança e da família”, demonstra que, embora desde o século XIII já estivesse presente na iconografia, uma tímida referência ao sentimento de infância, foi somente no século XVII que a criança passou a ser representada por ela mesma e com especificidades infantis. Desde o século XII, a criança já era representada, mas com características do adulto; em expressões, musculatura e vestimentas, o reduzido tamanho era a única característica que permitia lhe diferenciar do adulto.

Nesse sentido, conclui-se que a criança era percebida unicamente em função de sua estatura, menor do que a adulta. Esta é então, a origem da expressão “a

⁵ DELALANDE, Julie. *La Categoría Infancia*. La Cour de Récréation. Ed. Presse Universitaire de Rennes, 2002 (cap. 2). In: *Infancia y ciência social*, nº 1, Lima, Mayo, 2007 (p. 1-8).

criança como adulto em miniatura”. Com base em Ariès (1981), entende-se que esta percepção da criança foi evoluindo, mas que somente a partir dos séculos XV e XVI algumas especificidades infantis passaram a ser representadas para além da infância religiosa⁶.

Em tal período, as crianças passaram a ser representadas com suas famílias, em situações de jogos e interações cotidianas com pares e adultos. No século XVII, conforme o autor, tem-se as indicações mais significativas de representação da criança; com vestimentas infantis, segurando brinquedos, sozinha e/ou com outras crianças. Estes, retratos-pinturas e recordações que as famílias faziam questão de guardar como registro, costume que vem sendo mantido nos séculos XX e XXI, através da fotografia.

Assim, com base nos estudos de Ariès (1981), compreende-se que houve a descoberta da infância. Esta teve início então, no século XIII e foi evoluindo nos séculos XIV, XV e XVI, mas as indicações mais significativas de representação da infância se deram no final do século XVI e, potencialmente, no século XVII. Neste percurso secular, nasceu, portanto, o sentimento da infância e suas particularidades em relação à vida adulta. Sobre este autor, Kramer (2011) ressalta sua contribuição em relação à consciência das particularidades infantis, o que gera a transformação dos sentimentos de infância e de família.

Para a autora, o sentimento de infância como a consciência da particularidade infantil revela em si o que, de fato, distingue a criança do adulto e faz dela um sujeito em potencial, dotado de capacidades de desenvolvimento. Em perspectiva histórica e valorizando o contexto social, Kramer (2011) aponta dois aspectos considerados neste estudo: 1) o alto índice de mortalidade infantil; condição social que naturalizava o fato e, quem sobrevivia, participava do mundo exclusivamente adulto; 2) o sentimento moderno de infância caracteriza de duas formas o comportamento adulto em relação à criança: a “paparicação” – a criança considerada inocente e graciosa ou, ao contrário, era tomada como ser imperfeito e incompleto que necessitava da “moralização” feita pelo adulto. Ambos considerados complementares da essência infantil.

⁶ Conforme Ariès (1981), nos séculos XIII e XIV, as representações de situações cotidianas que envolviam especificidades infantis, tais como: amamentação, vestimentas e até mesmo educação, estavam restritas às representações da Sagrada Família; Maria, Jesus e outros.

Assim como Kuhlmann Jr. (2010) traz a ideia do sentimento de infância, Kramer (2011) afirma, com base nos estudos de Phillipe Ariès, que este sentimento nem sempre existiu, mas que é oriundo da constituição da sociedade capitalista, urbano-industrial a partir das mudanças do papel social das crianças nas comunidades. Então, o conceito de infância para Kramer (2011, p. 19) “[...] é determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade”.

A partir desta compreensão, entende-se que se faz necessário trazer apenas neste contexto histórico e social, pressupostos apontados por Karl Marx. De acordo com Rodrigues (2007), foi Marx quem olhou para a sociedade e percebeu que além dos sinais de miséria e sofrimento das classes trabalhadoras, havia um processo histórico em desenvolvimento, no qual a burguesia era a classe dominante, já que expropriava dos trabalhadores manuais os saberes transmitidos às gerações durante séculos.

E, segundo Rodrigues (2007), as transformações ocorrem pelos conflitos entre as classes dominadas e a dominante. Ainda com base em Marx, afirma que as relações de dominação existem em qualquer sociedade, pois são socialmente construídas. Relacionando esta compreensão com a infância, Kuhlmann Jr. (2010, p. 16) menciona que o seu significado “[...] é em função das transformações sociais” e que cada sociedade possui classes de idade às quais atribui diferentes sistemas de status e papéis.

Conforme Kramer (2011), esta organização configura diferentes classes sociais, nas quais o papel exercido pela criança se distingue e, por isso, se torna insustentável um modelo padrão de criança ou mesmo, tomar a infância como universal. Nesse sentido, a Antropologia traz contribuições que permitem compreender a diversidade de vivência da infância em diferentes contextos sociais.

De acordo com Cohn (2005), a partir dos séculos XIX e XX, a Antropologia se firmou como ciência social e, os estudos com abordagem antropológica permitem entender um fenômeno em contexto social e cultural, pois possibilitam compreender valores e símbolos criados e incorporados por determinados grupos em seus processos de interação. No entanto, assim como outros autores, Cohn (2005) atenta para a existência de dificuldades em se tomar a criança como objeto de estudo. Isto ainda na lógica de que esta seria um ser incompleto, se comparado ao adulto, passando a ser concebida como sujeito social somente a partir de 1960.

A autora afirma que a contribuição dos antropólogos seria a visibilidade ao estudo das crianças e o entendimento de que sua experiência é cultural e, por isso, só pode ser entendida em contexto. Isto em função da criação de um sistema simbólico que é acionado pelos sujeitos ao vivenciarem as interações, as quais são por eles mesmos, significadas. A construção desta simbolização permite que a cultura⁷ mude, pois está presente nos símbolos e nas relações que a significam e, não nos elementos simplesmente.

Esse entendimento faz com que se perceba que a infância, enquanto período da vida, pode ser vivenciada de diferentes modos, os quais são totalmente influenciados pela cultura em que a criança está inserida e, portanto, pelo grupo social ao qual pertence, com quem interage e (re)constrói símbolos e significados nestas relações. A partir desta compreensão, tem-se o conceito de infâncias, no plural, pois se entende que as experiências vivenciadas nas diferentes culturas e consideradas pelo viés da Antropologia, não permitem mais que esta seja concebida como universal.

Ainda de acordo com Cohn (2005), infância é um modo particular de pensar a criança, portanto, é o modo como a pessoa até 12 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990) vive este período da vida em sua cultura e grupo social; por isso, a importância de compreendê-la em seu contexto e, nesse sentido, as contribuições da Antropologia (KUHLMANN JR., 2010; KRAMER, 2011). Com esta visão, pode-se afirmar que a criança é também produtora de cultura, pois constrói relações e atribui sentido às suas experiências. Assim, tem-se o seu reconhecimento como sujeito social que atua de modo distinto e, portanto, produzindo cultura e, não apenas reproduzindo a cultura do adulto.

Esta breve exposição relacionando a história da Educação Infantil a ser construída neste capítulo aos fatos sociais e, para isto, já trabalhando com os conceitos de infância e criança, impõe como necessário partir para a elaboração do percurso histórico da educação da criança no Brasil considerando o período e o contexto social analisado. Nesse sentido, destacamos Kuhlmann Jr. (2010) ao afirmar que a criança atua nas relações sociais e que este é um processo social, histórico e cultural.

⁷ Com base em Brandão (2007), entende-se por cultura aquilo que é passado entre as gerações, aprendido e significado pelos sujeitos.

Na mesma perspectiva da Antropologia, a História para este autor traz que as crianças são seres em busca da participação; apropriam-se de valores e atitudes do tempo e lugar onde vivem como parte de seu desenvolvimento nas relações sociais que constroem. Segundo o autor,

É preciso considerar a infância como condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação do adulto sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las em suas representações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história (KUHLMANN JR., 2010, p. 30).

Considerando o contexto histórico e social, deve-se ressaltar que a sociedade brasileira se constitui na divisão de classes, vivenciando as condições do capitalismo. Rodrigues (2007), referindo-se ao pensamento marxista, afirma que a divisão de classes sociais se dá em função das relações de propriedade, nas quais dominados detêm a força de trabalho e, os dominantes, os meios de produção.

Essas relações de produção são caracterizadas desde o modo de vida escravista, feudal até chegar ao modo capitalista em que “[...] os proprietários dos meios de produção (as fábricas, as máquinas e a própria força do trabalhador)” tem de se sujeitarem ao poder político e a exploração do trabalho. A classe dominante; burgueses é quem define e impõe o modo de vida a seus subalternos, pobres e trabalhadores.

Compreender as relações de classe social presentes na sociedade brasileira e a lógica de dominação mantida e (re) caracterizada com a venda da força de trabalho no sistema capitalista, no período da revolução industrial, se faz indispensável para a construção teórica acerca da Educação Infantil que, assim como as demais etapas da educação e outros fatos sociais foi, fortemente, influenciada e marcada por tal organização histórico-social. Kramer (2011) aponta que a primeira relação que se estabelece entre a criança e o adulto é a relação econômica, pois, na sociedade capitalista, a criança é vista como aquela que é um ser economicamente não produtivo que precisa ser alimentado e protegido pelo adulto.

Desse modo, surgem as relações de trabalho e educação que envolvem a criança, e que podem conceber o crescimento infantil como capitalização ou a educação como investimento que renderá no futuro, capital humano. Segundo

Kramer (2011), essa é a significação econômica da infância que fundamenta o valor atribuído à criança em sua realidade social. A partir da abordagem da “Privação Cultural” e a lógica da “Educação Compensatória”, a autora aponta que “Encarar a infância dentro da sociedade de classes significa que não existe “a” criança, mas sim indivíduos de pouca idade que são afetados diferentemente pela sua situação de classe social” (p. 24), uma vez que estes estudos permitiram compreender que a abordagem dominante na constituição da política educacional do pré-escolar é a da Privação Cultural e da Educação Compensatória (TOMAZZETTI, 1997).

Nesse sentido, reitera-se a necessidade da abordagem do contexto e da produção histórica para que se possa compreender os fatos que configuram a Educação Infantil. Retomando a história da Educação Infantil brasileira, o período abordado é o final do século XIX e o século XX, pois, conforme Kramer (2011), do descobrimento do Brasil até 1874 pouco se fazia pela infância.

Assim, o período histórico analisado é a partir do momento em que já se tinha descoberto o sentimento de infância, a percepção das particularidades infantis, bem como, iniciaram-se fatos e ações voltadas ao atendimento da criança, em uma sociedade capitalista em processo de industrialização. De acordo com Kramer (2011), iniciou o interesse em proteger a infância, mas as medidas ainda eram isoladas e insuficientes diante das necessidades de saúde e educação da população brasileira.

Conforme Kuhlmann Jr. (2010), foi adotada intencionalidade educativa na organização dos serviços de assistência.

Após a década de 1870, o desenvolvimento científico e tecnológico consolida as tendências de valorização da infância que vinham sendo desenvolvidas no período anterior, privilegiando as instituições como a escola primária, o jardim de infância, a creche, os internatos organizados, os ambulatórios e as consultas às gestantes e lactantes, as Gotas de Leite (p. 27).

Esta expansão do atendimento à infância, segundo o autor, iniciou com postura paternalista e bondosa, mas que logo ficou para trás, substituída pelo autoritarismo perante a população pobre e trabalhadora. Novamente, percebe-se a influência da divisão de classes na história da assistência à infância, em que o pobre era visto como ameaça a ser controlada e, as instituições, por sua vez, teriam a função de apaziguar situações decorrentes desta realidade.

Kuhlmann Jr. (2010) afirma que o conceito de civilização gerou a necessidade de novas instituições sociais. Dentre estas, as de educação popular para classes subalternas, as quais eram estigmatizadas pelas altas classes – elite da sociedade. No mesmo sentido, Kramer (2011) aponta que as classes sociais dominadas, por serem economicamente desfavorecidas, exploradas e, até mesmo, marginalizadas, foram consideradas carentes, deficientes e inferiores comparadas ao padrão estabelecido, pois não correspondiam a este. Assim, se constrói a ideia de que as crianças – filhas destas classes sociais, seriam “privadas culturalmente” em função das precárias condições de convívio e linguagem a que estavam expostas nos contextos em que conviviam.

Conforme a autora, até 1874, no que se refere ao atendimento da infância brasileira, existia, institucionalmente, a “Casa dos Expostos” ou “Roda” destinada a crianças abandonadas nas primeiras idades e também, a “Escola de Aprendizizes Marinheiros”, fundada em 1873, para abandonados com mais de doze anos. Segundo Kramer (2011), as iniciativas mais expressivas de atendimento à infância, dirigidas à criança, vinham de higienistas no sentido de agir contra a assustadora mortalidade infantil. Esta, era atribuída como causa aos nascimentos ilegítimos, oriundos da união entre escravos ou destes com seus donos - modo de produção escravista ainda vigente na época (RODRIGUES, 2007) - e também, à falta de educação das mães, em sentido físico, moral e intelectual, ou seja, não estavam preparadas para educar as crianças.

Em função das necessidades sociais, na década de 1870, havia forte influência médico-higienista nas questões educacionais. Os avanços nos conhecimentos relativos à prevenção de doenças e bacteriologia contribuíram na campanha contra a mortalidade infantil; um dos fatos mais importantes na história da infância. Na mesma perspectiva, a pediatria encontrava na puericultura - ciência da família - um meio de divulgar normas de cuidado com a infância (KRAMER, 2011).

No entanto, para Kuhlmann Jr. (2010), as concepções médico-higienistas não eram monopólio no atendimento pré-escolar, pois além da puericultura integrada ao currículo das escolas de curso normal, foram desenvolvidos estudos na Psicologia infantil, Antropologia, Sociologia e métodos pedagógicos para a pequena infância. Como instituições pré-escolares, este autor conceitua aquelas que se referem às creches, escolas maternais e jardins de infância. Estas, voltadas à assistência da infância.

Segundo Kuhlmann Jr. (2010), na história destas instituições, predominam também elementos como a maternidade e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Relacionados, portanto, à questão econômica, à organização da sociedade capitalista, à urbanização e ao trabalho na indústria. Ressalta também que a história das instituições pré-escolares se dá na interação dos tempos e influências, quando a proposta educacional assistencialista se relaciona a outros fatos sociais. A creche, segundo o autor, destinada às crianças de zero a três anos, foi criada em substituição às Casas dos Expostos - locais que acolhiam as crianças abandonadas, justamente, para que as mães não mais abandonassem seus filhos em função do trabalho feminino fora do lar - nova característica de uma sociedade urbanizada e, em processo de industrialização.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2010), em 1899, o médico Arthur Moncorvo Filho, após perder seu primogênito, fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), o qual se multiplicou com várias filiais pelo país oferecendo serviços de pré-natal, higiene e puericultura infantil, creches, jardins de infância e escolas. Kramer (2011) afirma que os objetivos do Instituto eram:

[...] atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos, regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância (p. 52).

Segundo Kuhlmann Jr. (2010), dentre os serviços assistenciais prestados estavam: a) puericultura intrauterina; atendimento voltado à saúde da mulher grávida; ginecologia, higiene da prenhez, assistência ao parto e ao recém-nascido; b) extrauterina; creche, higiene, exames para mães e amas de leite, programa Gota de Leite; distribuição de leite. Para Kramer (2011), mesmo antes da criação do instituto já havia movimentações a favor da criação de creches, jardins de infância e maternidades. Posteriormente, suas atividades foram ampliadas para campanhas de vacinação e combate às epidemias, festas em prol da infância, da multiplicação das maternidades e institutos de proteção à infância nos estados do país, bem como, a participação em congressos e estudos sobre a mortalidade infantil.

No entanto, enquanto na Europa já havia creches desde o século XVIII e, jardins de infância, desde o século XIX, no Brasil, ambas surgiram apenas a beira século XX. Em 1899, foi inaugurada a creche da Companhia de Fiação e Tecidos

Corcovado (RJ); primeira creche para filhos de operários no Brasil. Neste período, durante os congressos, havia a indicação de que fossem criadas creches junto às indústrias pensando na assistência aos filhos dos operários. Ao início do século XX, foram implantadas as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas brasileiras.

Havia outros exemplos de creches e escolas maternais nas indústrias no Rio de Janeiro, a da *Companhia de Tecidos Aliança*, e também em São Paulo; do industrial Jorge Street e da indústria *Votorantim*. No entanto, conforme relata Kuhlmann Jr. (2010), este atendimento não era considerado direito dos operários e de seus filhos, mas uma graça concedida pelos filantropos que propunham educação à infância, em perspectiva assistencial, tendo em vista o trabalho na indústria e as precárias condições de vida dessa classe social.

No ano de 1901, em São Paulo, um grupo de senhoras, em grande número professoras, fundou a *Associação Feminina Beneficente e Instrutiva* com a finalidade de amparar e atender a mulher e a Infância. Uma de suas primeiras ações foi a criação do Liceu Feminino, destinado ao preparo das professoras para as escolas maternais, creches e jardins de infância (KUHLMANN Jr., 2010).

Anos depois, em 1906, foi fundado o *Patronato de Menores*; entidade de assistência à infância em Brasília e, em 1908, inaugurou a *Creche Central*, matriz de outros institutos abertos em bairros afastados do centro, destinada ao atendimento das crianças, cujas mães fossem trabalhar fora de casa. No mesmo ano, a *Associação das Damas da Assistência à Infância*, entidade ligada ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância - IPAI, fundou a creche *Sra. Alfredo Pinto*, a qual atendia, na maioria, filhos de empregadas domésticas.

Também em 1908, foi criada a primeira creche popular dirigida a filhos de operários de até dois anos e, em 1909, inaugurado o Jardim de infância de Campos Salles, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, no ano de 1913, foi fundada a creche *Baroneza de Limeira* destinada aos filhos de empregados e operários. Já em 1916, no Distrito Federal, foi fundada a *Assistência de Santa Thereza* que, dentre o atendimento da velhice, enfermos, famílias pobres, instrução moral e cívica, estava a creche e o recolhimento às crianças desamparadas.

Conforme o autor, trinta anos após a fundação do IPAI, no Rio de Janeiro, o mesmo já possuía 22 filiais, sendo 11 creches em diferentes estados do país. No entanto, a creche não era bem vista globalmente, pois implicava conflitos como a

responsabilidade da mãe na educação das crianças pequenas, mas sua necessidade se firmava em função de sua colaboração, justamente, entre as atribuições maternas e as condições de vida da mulher que trabalhava fora do lar.

Para Kuhlmann Jr (2010), em função destes conflitos, estas instituições eram vistas como “mal necessário”, que representava a manutenção “[...] dos saberes jurídico, médico e religioso no controle e elaboração da política assistencial que estava sendo gestada, e que tinha na infância o seu papel pilar” (p. 87). Influências que se expandiam em entidades e congressos contemplando a assistência, higiene e educação em todo o país.

Em 1919, por iniciativa do IPAI, foi criado o Departamento da Criança no Brasil, o qual seria de responsabilidade do Estado, mas acabou sendo mantido com recursos de Moncorvo Filho. Em 1920, foi reconhecido como utilidade Pública com várias tarefas, dentre elas, fomentar iniciativas ao amparo da gestante e da criança pobre, divulgar conhecimentos, promover congressos e outros. De acordo com Kramer (2011), a partir deste período, as autoridades do governo passaram a proclamar o atendimento da criança pobre e abandonada como meta ou programa de governo.

Conforme Kuhlmann Jr. (2010), o Congresso Americano da Criança, organizado pelo Departamento da Criança reunia homens da iniciativa particular e pública. Neste, havia seções de sociologia, legislação, assistência, pedagogia, medicina infantil e higiene. Assim, o 1º Congresso Brasileiro de proteção à Infância ocorreu em 1922, no Rio de Janeiro, conjuntamente à Exposição do Centenário da Independência e o 3º Congresso Americano da Criança, ocasião em que foi instituído, por influência americana, o dia 12 de outubro como o “Dia da Criança”.

Segundo o autor, a data era em homenagem à criança, a semente humana; ideia própria do mundo civilizado e que fomentaria a fraternidade americana, algo que, conforme Kuhlmann Jr. (2010), está relacionado ao pan-americanismo⁸. Tal influência externa remete ao processo de internacionalização das políticas educacionais. De acordo com Tomazzetti (1997), até meados de 1920, o

⁸ Ao fim do século XIX e início do século XX, cada nação dependia de outras nações que atendiam aos padrões de civilização ocidental moderna, fixados com base em países centrais, para poderem definir-se como tal. Além da Europa, os Estados Unidos representava para a América Latina, incluindo o Brasil, esse núcleo de dominação econômica e militar, e de forte influência também na cultura, o que caracteriza o termo pan-americanismo (KUHLMANN JR., 2010).

atendimento à infância dependia da iniciativa privada. O Estado apoiava, mas sem propor ações ou políticas.

Akkari (2011) traz que, no fenômeno da globalização, os sistemas educacionais nacionais são atravessados por forças de transformação mundial, as quais se originam a partir de grupos sociais, políticos, financeiros, dentre estes, os organismos que financiam a educação. Na lógica de dominação política e econômica estabelecida, com a ampliação das relações internacionais cujos Estados Unidos estava ao centro, o Brasil, assim como outros países da América, passou a integrar movimentos e congressos internacionais característicos da representação do mundo moderno; da ciência e indústria. Dentre estes, a Exposição do Centenário da Independência, já mencionada, momento em que ocorreram diversos congressos nacionais, incluindo o de Proteção à Infância, de Medicina e Jurídico.

Neste último, conforme revela Kuhlmann Jr. (2010), surgiram indagações em relação às providências da União para lei de proteção à infância abandonada e também, proposições voltadas ao direito industrial e à legislação operária que se referiam à assistência da criança. Segundo o autor, ao final do século XIX e início do século XX, foram criadas leis e novas instituições sociais de saúde pública, direito da família, das relações trabalhistas e educação. Mudanças expressivas da concepção assistencialista que se constituiu a época.

Assim, a assistência era o lugar da política social para os mais pobres. Kramer (2011) ressalta que se passou a atribuir importância ao atendimento da criança, e este era tido como solução para os problemas sociais e um modo de renovação da humanidade. A educação era, então, possibilidade de ascensão social, sendo defendida como direito de todas as crianças. As crianças de zero a seis anos eram assistidas por instituições de cunho e interação de âmbito médico e de poucas iniciativas educacionais. Isto, em um processo que a autora chama de “medicalização da assistência à criança de até seis anos” e de “psicologização do trabalho educativo” característicos da história da Educação Infantil até 1930.

Conforme se tem exposto ao longo do capítulo, a educação pré-escolar assumia a perspectiva assistencialista. Segundo Kuhlmann Jr. (2010), ainda no século XIX, houve grande investimento nas instituições de educação popular ocasionando sua ampliação em relação ao sistema escolar. Nestas, estavam as creches e pré-escolas, escolas profissionalizantes, a educação dos jovens e adultos, bem como, o ensino primário. Tais instituições voltavam-se ao atendimento das

demandas sociais, o que fez com que fossem alvo de preconceito, pois seriam voltadas para os necessitados e incapazes e, por isso, sua finalidade era disciplinar e acalmar as relações sociais.

Neste período, a universalização do ensino moralizante para todas as classes sociais era tida como instrumento de cidadania e instrução necessária à atuação no mercado da indústria. As recém-criadas instituições de Educação Infantil, na maioria, eram propostas justamente visando o atendimento dos pobres. Conforme aponta Kuhlmann Jr. (2010), na história, os jardins de infância aparecem divididos entre os ricos - instituições particulares e públicas, e para os pobres - *volkskindergarten* (Alemanha) e *kindergartens* (Estados Unidos).

Segundo o autor, a não vinculação das creches ao sistema educacional, mas ao serviço social gerou a ausência de pesquisas educacionais voltadas ao tema e, somente na década de 1970, com a expansão destas instituições e a abordagem da educação compensatória é que despertou atenção para o caráter assistencialista e discriminatório praticado. Assim, as concepções preconceituosas trazem a ideia destas instituições como local de guarda e assistência sem vinculá-las à educação.

No entanto, para Kuhlmann Jr. (2010), o próprio assistencialismo caracteriza-se como proposta educacional dirigida às famílias e crianças das classes populares, pois afirma que esta, por si só, já é uma concepção educacional. Nesse sentido, o autor cita Jean-Noel Luc, o qual afirma que, na *Sala de asilo* francesa, a guarda já se constituía como educação, pois impediria a vagabundagem nas ruas e livraria a criança da guardiã – mulher que reunia as crianças da rua e as cuidava durante a ausência da mãe. Também, em seguida, o asilo partiria para o cultivo da inteligência e do coração, entendido como afetividade, e assim, distante da tradição hospitalar, mais do que isolar dos perigos, formava as crianças.

Desse modo, a busca pela compreensão dos fatos se remete para além do crescimento do trabalho feminino na revolução industrial e sugere a existência de um projeto de educação institucional que, já neste período, vincula assistência e educação. De acordo com o autor, a pedagogia para os pobres era a da submissão, marcada por uma educação que humilha para, a seguir, oferecer a graça do atendimento como um favor.

Uma educação com preconceito da pobreza que, com baixa qualidade, pretendia manter os assistidos no lugar social ocupado, algo que se distancia dos ideais de cidadania. Entendida com concepção educacional assistencialista, uma

das funções destas instituições era afastar as crianças dos meios de contaminação, dentre estes, a rua. Havia ainda outras particularidades como a separação por sexo, idade e moralidade. Desse modo, constituía-se a guarda como elemento da educação das crianças.

Um segundo aspecto dessa educação seria a formação mais moral do que intelectual. Isto significa que a baixa qualidade desse atendimento era intencional, pois as crianças pobres deveriam ser preparadas para o futuro a que já estavam destinadas e, por isso, a educação deveria ser voltada à profissionalização, diferentemente da educação dos ricos. Assim, entende-se a implicação da divisão de classes da sociedade na organização da Educação Infantil assistencialista da época.

Ao longo de sua história, a Educação Infantil se sustentou através do reconhecimento de que a criança é capaz de aprender e da dúvida em relação à capacidade das famílias em desenvolverem sua educação, embora as mulheres que procurassem as creches e pré-escolas fossem julgadas como incapazes de cumprir seu dom natural de ser mãe. Desse modo, a mãe era responsabilizada por trabalhar e a instituição seria um paliativo para esta situação controversa.

No entanto, conforme Kuhlmann Jr. (2010) oportuniza refletir, a relação entre o lugar de guarda e educação da criança em espaço coletivo e fora do ambiente doméstico é algo que já se constituía com certo princípio educativo e, sobretudo, originou a atual relação entre o cuidar e educar, indissociáveis na Educação Infantil contemporânea e, pautados nas necessidades das crianças pequenas (BRASIL, 2009; SAYÃO, 2010). Portanto, conforme traz o autor, isto não lhe confere *status* de inferioridade, mas mostra a perspectiva histórica que, em processo evolutivo, configura as concepções atuais de educação na infância.

Kramer (2011), em relação à mesma perspectiva assistencialista apresentada por Kuhlmann Jr. (2010), traz a ideia da “privação cultural” que seria sofrida pelas crianças das classes sociais dominadas que estariam em desvantagem proveniente de sua origem; falta de estimulação, bem como estariam expostas à linguagem restrita no ambiente familiar. Para estas, a fim de suprir as deficiências escolares e sócio-culturais, passaram a ser propostos programas de educação pré-escolar compensatórios. Tendência que se expressa na política de educação pré-escolar no Brasil, sobretudo, na década de 70.

Segundo a autora, a necessidade da educação pré-escolar passou a ser reconhecida na Europa e nos Estados Unidos durante os anos 30 com o objetivo de garantir emprego a professores, enfermeiros e outros, e fornecer alimento, proteção e ambiente saudável para crianças carentes com idades entre dois e cinco anos. Assim, a Segunda Guerra Mundial é apontada como fato histórico importante para o impulso do atendimento pré-escolar em função do atendimento das crianças, cujas mães trabalhavam nas indústrias bélicas ou que substituíam o trabalho masculino ocupado com a guerra.

Com isso, introduz-se o conceito de *assistência social* para crianças pequenas, a qual oportunizava a liberação da mulher para o trabalho, mas que, somada à ausência do pai, que foi para a guerra, impunha nova demanda: o cuidado com as necessidades emocionais e sociais da criança. Assim, as teorias da psicanálise e do desenvolvimento da criança adentraram as práticas pré-escolares e o professor passou a preocupar-se também com as necessidades afetivas da criança.

Kramer (2011, p. 29) aponta que a educação pré-escolar como prevenção ao fracasso escolar das crianças “privadas” culturalmente faz surgir o “[...] Projeto Head Start de assistência médica, dentária e de serviços educacionais para crianças em idade pré-escolar.” Um programa compensatório na guerra contra a pobreza, a qual era considerada culpa nacional tendo em vista o distanciamento que havia entre ricos e pobres.

Assim, surge o interesse por melhorias nacionais e, neste caso, a “[...] pré-escola apontada como solução para os problemas da escola elementar: fatores médico-nutricionais, assistenciais, psicológicos, culturais e emocionais” (idem). Segundo Kramer (2011), a abordagem da privação cultural compreende que as crianças das classes dominadas fracassam porque apresentam desvantagens “sócio-culturais” ou “carências de ordem social”. Estas, entendidas como de ordem intelectual, linguística e/ou afetiva em função de suas condições de vida, as quais era necessário compensar a partir de métodos pedagógicos para que se reduzisse a diferença entre estas crianças e as demais e, com intervenção precoce se diminuísse ou eliminasse as desvantagens educacionais.

Para Kramer (2011), a década de 1930 é considerada limite pelas modificações políticas, econômicas e sociais no país, de modo relacionado com o cenário internacional e, por isso, refletindo na constituição de instituições de saúde e

educação e, em formulação de políticas compensatórias. Nesse sentido, considerando o contexto histórico abordado, Kramer (2011) destaca elementos influenciadores das mudanças políticas e econômicas.

Dentre estas, a substituição da monocultura latifundiária pelas importações decorrida da crise cafeeira mundial, em 1929; a diversificação da produção e o fortalecimento de novos grupos econômicos (burguesia urbano-industrial); o poder passava do coronelismo à política dos Estados; o crescimento do setor industrial e a ampliação da classe média; a urbanização e o proletariado industrial que buscava emprego nas novas atividades, o que dava nova estrutura organizacional à sociedade brasileira.

Mudanças que, segundo a autora, culminaram na Revolução de 1930. As autoridades passavam a interessar-se pela criança, o que consolidou iniciativas particulares que ocorriam até a década de 20 como a assistência à criança ocorria basicamente em instituições particulares (KRAMER, 2011). O 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, pediu auxílio ao governo e, em 1933, foram introduzidos novos órgãos na assistência à infância; lactários, jardins de infância, gotas de leite, escolas maternais e outros. Havia grande defesa das creches e do atendimento público à infância.

O atendimento proposto era de essência médica, pois a prevenção era tida como maneira de remediar e/ou salvar a criança e a família da mortalidade infantil e de sua condição social pela qual era considerada culpada. Em relação à responsabilidade deste atendimento à infância estava o papel do Estado que dividia com órgãos particulares os custos, mas centralizava a direção e o atendimento, em uma concepção de gestão técnico-científica (LIBÂNEO, 2008).

Segundo Kramer (2011), a partir da década de 30, o Estado assumia sua atribuição e convocava indivíduos e associações para colaborarem financeiramente com as instituições de proteção à infância. De modo contraditório, era reconhecido pelo governo o dever de fundar e sustentar creches, lactários, jardins de infância, porém, afirmava-se que os municípios brasileiros não tinham recursos para cumprir esta obrigação e, com isso, a ajuda financeira de indivíduos e entidades filantrópicas se tornou a solução.

A partir deste período, diversos órgãos foram criados visando à assistência na infância. Em 1940, surgiu o Departamento Nacional da Criança a fim de coordenar atividades referentes à proteção da infância, maternidade e adolescência e unificar

os serviços de higiene, maternidade e infância como a assistência social. Este, vinculado ao Ministério da saúde que, em 1972, fundou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Em 1941, foi criado o Serviço de Assistência a Menores, destinado ao atendimento de menores de 18 anos abandonados.

Sobre a iniciativa privada, que surge com o propósito de reunir iniciativas para Educação Pré-escolar, Kramer (2011) traz a Organização mundial de Educação Pré-escolar (OMEP), cujas atividades iniciaram em 1952. Menciona também o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e relata que os diversos órgãos se inter-relacionavam sendo que, de cunho público ou privado, o que prevalecia era a centralização do poder por parte do Estado.

Na década de 50, afirma que houve vários programas de combate à desnutrição, campanhas de vacina, mas em 1960 houve o enfraquecimento do Departamento Nacional da Criança e, vários de seus serviços foram absorvidos pelo Ministério da Saúde. Em 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) destinado a elaborar programas de assistência alimentar à população escolar, gestantes, nutrízes, lactantes, população infantil de até seis anos.

Na mesma perspectiva assistencialista, foi criada a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar, órgão normativo e supervisor que visa o atendimento dos menores abandonados. Em 1942, surge a Legião Brasileira de Assistência LBA com o objetivo de prestar assistência social pelo poder público associado ou não à iniciativa privada visando proteger a maternidade e a infância com amparo à família (KRAMER, 2011). Em 1946, esta sofreu transformação e sua assistência ao passou ao atendimento exclusivo da maternidade e infância pela família, constituindo-se assim, um órgão do Estado.

Tiveram início os centros de proteção à criança e à mãe, as APMI (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância); creches, postos de puericultura, comissões municipais com recursos da comunidade e apoio financeiro da LBA, a qual de 1946 a 1966 se consolidou diante das obras assistenciais brasileiras que promoveu apoiando, inclusive, a previdência social. Suspensa sua fonte de recursos, iniciaram os problemas e também sua dependência em relação ao orçamento da União.

A implantação da Loteria Federal, através de Decreto assinado pelo Presidente e que remete parte da renda à LBA liquidou com a dificuldade e a Legião

foi transformada em Fundação destinada à assistência da maternidade, infância e adolescência. Segundo Kramer (2011), em 1974 a então, FLBA se propôs a executar o Projeto Casulo, parte de um programa de assistência visando atender o maior número de crianças possível. De acordo com a autora, as Unidades do Casulo destinavam-se à assistência da criança de zero a seis anos a fim de prevenir sua marginalidade.

Neste atendimento, estariam previstos cuidados de higiene, médicos, odontológicos, de nutrição dentro do universo; família-comunidade. O atendimento das crianças deixaria o tempo livre para as mães ingressarem no mercado de trabalho e, assim, aumentarem a renda familiar.

Com objetivos educacionais, o Projeto desenvolveu atividades adequadas à faixa etária das crianças, de acordo com suas necessidades do momento de vida. Seu propósito não era a preparação para a escolaridade, mas o atendimento às carências nutricionais e atividades recreativas. Como formas de atendimento criadas ao pré-escolar, Kramer (2011), aponta também a realizada pela Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP), de caráter privado e beneficente, com reduzida atuação em termos quantitativos e, a outra, desenvolvida pela Coordenação de Educação Pré-escolar (COEPRE), com caráter público e, com influência nas diretrizes de atendimento a esta faixa etária realizado pelas Secretarias Estaduais.

A OMEP, organização educativa internacional e não-governamental foi fundada em 1948, em contrato com a UNESCO, com a finalidade de atender crianças de zero a sete anos de todas as classes sociais. De acordo com Kramer (2011), em 1968, houve a ampliação da atuação da OMEP-Brasil e, em convênio com o Ministério da Saúde, foram fundados os primeiros Centros de Atendimento ao Pré-Escolar (CAPEs).

Além deste convênio, foi firmado outro com o Ministério do Trabalho e com a LBA para orientação e implementação de creches, em 1978. Antes disso, em 1975, foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura, a Coordenação de Educação Pré-escolar que se envolvia com atividades desenvolvidas pelas secretarias de educação voltadas às crianças menores de sete anos. Segundo Kramer (2011), no mesmo ano, o Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, acrescentou a importância dos primeiros anos de vida, bem como, a necessidade de atendimento e educação dos pré-escolares. O MEC então criou a Coordenação de

Educação Pré-Escolar (CODEPRE, posterior, COEPRE) destinada a estudos e criação de plano para a educação pré-escolar.

De suas ações, resultou um diagnóstico da Educação Pré-Escolar no Brasil e, a partir daí, foram realizados seminários a fim de estabelecer princípios orientadores da Educação Pré-escolar no Brasil. Estes, o I Seminário de Planejamento da Educação Pré-Escolar e II Seminário de Educação Pré-escolar, ambos em 1975, momento em que se passou a pensar em recursos humanos, materiais didáticos, espaços e seleção dos atendidos e, assim, ter uma organização dos sistemas de ensino com planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Pré-Escolar.

Desse modo, a educação, enquanto compensação deveria recuperar as deficiências e, assim, sanar a desvantagem das camadas populares. Para Kramer (2011), a educação pré-escolar não deveria ter caráter de compensação, de acesso a algo que falte em seu convívio social, se comparado aos padrões das classes dominantes, mas o trabalho pedagógico deveria partir do que a criança conhece e domina, do que ela é em si, em seu grupo social, e não do que lhe falte.

Segundo a autora, a educação pré-escolar, visando o atendimento das crianças carentes, se constitui em caráter de compensação a fim de superar as deficiências oriundas de suas condições sociais e culturais de vida e, assim, ofereceria igualdade de condições de aprendizagem em relação às demais crianças. Tendência expressa nas políticas educacionais voltadas ao atendimento educacional da criança brasileira. Tais políticas serão abordadas no capítulo seguinte.

Ao levantar estas questões teóricas, fica evidente o processo histórico e político que marca as ações voltadas ao atendimento da infância no Brasil. Estes, amplamente relacionados com período e fatos sociais. A seguir, apresenta-se a sistematização das ações percebidas no movimento de valorização à infância e à educação neste período da vida.

3.1.1 Cronologia do atendimento ao pré-escolar no Brasil: instituições e/ou iniciativas nos séculos XIX e XX.

Ano	Local	Instituição e/ou iniciativas de assistência ao Pré-escolar
1873	-	Casa dos Expostos ou Roda
1874	-	Escola de Aprendizizes Marinheiros
1875	Rio de Janeiro	Asilo dos Meninos Desvalidos (Instituto João Alfredo)
1875		1º Jardim de Infância do Brasil, Menezes Vieira

1876	Minas Gerais	Três Institutos de Menores Artífices ou os colégios de associação e amparo à infância
1899	Rio de Janeiro	Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro
1899	Rio de Janeiro	Creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ)
1901	São Paulo	Associação Feminina Beneficente e Instrutiva - Liceu Feminino
1906	Brasília	Patronato de Menores
1908	-	Primeira Creche popular para filhos de operários de até dois anos
1908	Brasília	Creche Central
1909	Rio de Janeiro	Jardim de Infância Campos Salles
1913	São Paulo	Creche Baroneza de Limeira
1916	Brasília	Assistência de Santa Thereza – assistência também à creche e recolhimento dos desamparados
1929	Belo Horizonte; Fortaleza; Curitiba; Juiz de Fora; São Luís; Niterói; Petrópolis; Ribeirão Preto; Rio de Janeiro; Salvador e Santos.	22 filiais do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI), sendo 11 creches.
1940	-	Departamento Nacional da Criança
1941	-	Serviço de Assistência a Menores
1942	-	Legião Brasileira de Assistência LBA
1948	-	Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP)
1952	-	Organização mundial de Educação Pré-escolar (OMEP)
1968	-	Centros de Atendimento ao Pré-Escolar (CAPEs)
1972	-	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN)
1975	-	Coordenação de Educação Pré-escolar
1975	-	Seminários...

Quadro 1 Cronologia do atendimento ao pré-escolar no Brasil: instituições e/ou iniciativas nos séculos XIX e XX.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas obras “Infância e Educação Infantil: uma abordagem Histórica” (KUHLMANN JR., 2010) e “A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce” (KRAMER, 2011).

3.2 O histórico das instituições de Educação Infantil no município de Santa Maria-RS

O Conselho Municipal de Educação de Santa Maria-RS, de acordo com a lei municipal 4.122/97, art. 1º, foi criado pela Lei Municipal nº 3168/89, passando a denominar-se Conselho Municipal de Educação de Santa Maria - CMESM, “[...] órgão de política educacional, administrativamente autônomo, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador acerca dos temas que forem de sua competência, vinculado à Secretaria de Município da Educação”.

Conforme a referida Lei, o CMESM é composto por nove (09) membros titulares e nove (09) membros suplentes, sendo no mínimo dois terços (2/3) professores do ensino público e particular, nomeados pelo Poder Executivo Municipal para atuarem em suas funções. Estes membros são escolhidos a partir do reconhecimento da formação pedagógica e/ou cultural e de outros setores ligados à Educação.

Sendo assim, ao CMESM compete:

a) elaborar e/ou reformular seu Regimento Interno que será aprovado pelo Poder Executivo Municipal; b) participar na discussão do Plano de Educação para o âmbito do Município, e aprová-lo; c) acompanhar e controlar a aplicação dos recursos públicos destinados à educação; d) propor medidas e programas para atualizar, capacitar e aperfeiçoar professores; e) fiscalizar o Sistema Municipal de Ensino, ou conjunto das escolas municipais; f) zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação e ensino, representando junto às autoridades competentes, quando for o caso; g) estabelecer critérios para conservação e, quando necessário, a aplicação rede de escolas a serem mantidas pelo Município; h) cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação; i) manter o intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e com os demais Conselhos Municipais de Educação; j) pronunciar-se quanto à criação e ao funcionamento de estabelecimentos de ensino público de qualquer nível a serem instalados no Município (LEI 4.122, 1997, art. 10º).

Ainda como competências que são de sua incumbência, tem a emissão de parecer acerca de assuntos educacionais e de natureza pedagógica que lhe forem submetidas; sobre o funcionamento, ativação e desativação de escolas públicas da rede municipal; a alteração de bases curriculares, regimentos escolares, calendário escolar e avaliação; a criação de novas escolas mantidas pelo Município e outros.

Conforme as características expressas anteriormente, o Conselho Municipal de Educação de Santa Maria-RS, entendido como importante órgão da gestão municipal, cujas competências são extremamente vinculadas ao contexto de investigação desta pesquisa, constituiu-se como campo de coleta e construção dos dados. A partir do acesso aos atuais Regimentos e Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI, ambos com data de 2003, via Conselho Municipal, pode-se perceber as escolas criadas, a data de fundação, o acesso e, com certa brevidade, devido as diferentes formas de abordagem dos documentos conforme as escolas, na maioria dos casos, o contexto histórico-político-social em que surgiram.

Desse modo, é necessário explicitar que estes documentos são compreendidos como essenciais na organização escolar ao ponto de serem tomados como documento de análise e, tendo, com isso, permitido a construção histórica do surgimento das escolas municipais de Educação Infantil em Santa Maria-RS. Segundo Tomazzetti (1997, p.33), na educação pública por meio dos projetos político-pedagógicos clarificam-se interesses, intenções políticas, pois estes estabelecem “[...] diretrizes, orientações, definições para serem seguidas e colocadas em prática pelos docentes e equipe pedagógica ligada ao Estado [...]”.

Para Libâneo (2009, p. 316), “Organizar significa dispor de forma ordenada, dar uma estrutura, planejar uma ação e prover as condições necessárias para realizá-la”. Desse modo, conceitua como *organização escolar* os princípios e procedimentos relacionados ao planejamento do trabalho da escola, uso de recursos materiais, financeiros e intelectuais, bem como, a coordenação e avaliação do trabalho das pessoas tendo em vista os objetivos a serem alcançados.

Assim, entende que as escolas, de modo geral, são organizações em que sobressai a interação entre as pessoas visando à formação humana, o que faz com que se caracterize por um sistema de relações interativas. Então, segundo Libâneo “[...] a organização escolar define-se como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si, intencionalmente, operando por meio de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar objetivos educacionais” (idem).

De acordo com Libâneo (2009, p. 317), alguns autores afirmam que o núcleo da organização e do processo administrativo é a tomada de decisão e assim, conceitua “Esses processos de chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar caracterizam a ação designada como gestão”. Neste contexto, em que se aborda a gestão educacional como objeto de análise, entende-se que o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) são documentos representativos da organização e da intencionalidade da proposta educativa das escolas.

Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico - PPP ou Projeto Pedagógico-Curricular-PPC é entendido como “[...] documento que reflete as intenções, os objetivos, as ações, os procedimentos necessários à realização do processo de escolarização de todos os alunos” (LIBÂNEO, 2008, p. 266). Segundo o autor, este documento detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo na escola, expressa a síntese das exigências sociais e legais, bem como, os propósitos e expectativas da comunidade.

Para Libâneo (2008, p. 151) o Projeto Pedagógico-Curricular expressa a cultura da escola, “[...] é um conjunto de princípios e práticas que reflete e recria essa cultura, projetando a cultura organizacional que se deseja visando à intervenção e transformação da realidade”. É importante esclarecer que os Regimentos Escolares (2003) e Projetos Político-Pedagógicos (2003) analisados estão em plena vigência, mas as Escolas municipais e o Conselho de Educação vivenciam o atual processo de reformulação e aprovação dos mesmos.

Tendo explicitado as compreensões adotadas de escola, gestão educacional e de organização escolar, dos quais se entende como integrantes os documentos analisados sobre as Escolas Municipais de Santa Maria-RS, parte-se para a construção conceitual entendida a partir dos dados analisados. A análise dos documentos dividiu-se em duas etapas: primeiro foram analisados os Regimentos e Projetos Político-Pedagógicos das escolas conveniadas e, em seguida, das municipais.

Segundo Tomazzetti (1997), até o ano em que realizou seus estudos, município de Santa Maria-RS contava com 24 creches mantidas pela prefeitura – 20 de forma estatal e, 4 de modo conveniado. De acordo com os dados apurados nesta pesquisa, atualmente, o cenário de atendimento à Educação Infantil de 0 a 3 anos sofreu algumas alterações. Estas serão contempladas no próximo item deste capítulo⁹

De acordo com a LDB/96, art. 19, as escolas públicas são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público. Sendo assim, tanto as conveniadas, quanto as municipais são entendidas como escolas públicas e, embora se saiba que as escolas particulares de Educação Infantil são de responsabilidade do município, para este recorte investigativo, optou-se em analisar somente as escolas consideradas públicas, divididas, portanto, no município de Santa Maria-RS em conveniadas – as que mantêm vínculo com a igreja católica e recebem apenas recursos humanos da Prefeitura Municipal e, escolas municipais-EMEI.

⁹ A perspectiva atual de atendimento nas Escolas Municipais de Educação Infantil santa-marienses pode ser vista no Quadro 2 (p. 68) e, principalmente, no Quadro 5 (p. 73). A sequência do texto aponta este balanço atual.

3.2.1 Escolas de Educação Infantil conveniadas

A instituição com atendimento à Educação Infantil de modo conveniado mais antiga em Santa Maria-RS é a Escola de Educação Infantil Nossa Senhora das Dores. Esta foi fundada em 1977 e teve como entidade mantenedora a Mitra Diocesana, através do Banco da Esperança. Como filosofia de atendimento, visava oferecer assistência e educação às crianças de 2 anos e meio a 6 anos, através da alimentação, recreação e atividades pedagógicas, proporcionando um ambiente religioso, o crescimento na fé e na moral, com o objetivo de colaborar com pais na formação integral de seus filhos.

De acordo com o Regimento Escolar (2003), a escola pertencia a Paróquia de Nossa Senhora das Dores. Segundo o Projeto Político-Pedagógico (2003), a escola era formada por três turmas: Maternal I, com 22 crianças (2 anos e seis meses a 3 anos e seis meses); Maternal II, com 23 crianças (3 anos e sete meses a 4 anos e seis meses) e o Pré, com 18 crianças (4 anos e sete meses a 6 anos e 11 meses). Estas tem atendimento integral das 8h às 17h, de segunda à sexta-feira. Por volta do ano de 2008, a escola foi fechada devido a não renovação do convênio e, as crianças, encaminhadas para a Escola Municipal de Educação Infantil Luiza Ungaretti, criada por Decreto Executivo municipal em 10 de outubro de 2007.

A Escola de Educação Infantil Nossa Senhora das Vitórias foi fundada em 1981, na Vila Vitória. Como escola conveniada, sua entidade mantenedora também é a Mitra Diocesana, através do Banco da Esperança. De acordo com o PPP (2003):

[...] por volta do ano de 1982, foi criada a creche dentro da capela. Voluntários da comunidade davam assistência às crianças. Elas iam para a creche pela manhã, almoçavam em suas casas e à tarde retornavam para a creche, onde recebiam atenção, cuidado e educação com atividades religiosas e recreativas. A creche era mantida com o trabalho voluntário de pessoas da comunidade, clube de mães e pelo grupo de jovens que realizava festas para arrecadar fundos e comprar materiais necessários ao atendimento infantil. Mais tarde, por volta de 1985, a Diocese de Santa Maria-RS assumiu e passou a ser mantenedora da creche Nossa Senhora das Vitórias. O Banco Esperança contratou estagiários e, nesse momento, a prefeitura assumiu uma parte da alimentação e uma funcionária para cozinhar. As crianças passaram a ser atendidas integralmente sem precisarem ir para casa ao meio dia. Recebiam assistência e alimentação o dia inteiro (p. 4).

Conforme o documento, a creche atendia, na época, 50 crianças com idades entre 2 e 6 anos, divididas em quatro turmas: três maternas (Maternal I – 2 a 3

anos; Maternal II – 3 a 4 anos; Maternal III – 4 a 5 anos) e uma pré-escola (5 a 6 anos) com atendimento integral, das 8h às 17h, de segunda à sexta-feira com o objetivo de realizar um trabalho social, procurando atender, dentro do possível, as necessidades da comunidade. De acordo com o CMESM, a escola segue suas atividades ainda na forma de convênio e possui a mesma mantenedora.

Fundada em 1981, a Escola de Educação Infantil Chácara das Flores fica localizada no bairro Chácara das Flores. A entidade que a mantinha como escola conveniada era a Mitra Diocesana, através do Banco da Esperança. De acordo com seu PPP (2003):

Surgiu com a precisão de um local onde as mães, da comunidade, pudessem deixar seus filhos para completarem o orçamento familiar ou, em certos casos, manter a família tendo, no entanto, a tranquilidade de exercer suas atividades profissionais com a certeza de que seus filhos estavam em um ambiente salutar e adequado às suas necessidades (p. 2).

O referido documento traz ainda que, a escola pertencia à Paroquia do bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, enquanto o corpo docente, estagiários e funcionários pertenciam ao quadro funcional da Prefeitura Municipal de Santa Maria-RS. Com base em dados de 2003, na escola, eram atendidas 70 crianças distribuídas nas turmas: Maternal I, com 20 crianças (2 anos e seis meses a 3 anos e seis meses); Maternal II, com 18 crianças (3 anos e seis meses a 4 anos e seis meses); Maternal III, com 15 crianças (4 anos e seis meses a 5 anos e seis meses) e Pré-escola, com 22 crianças (5 anos e seis meses a 6 anos e nove meses). No entanto, também pela não-renovação do convênio, a escola foi fechada e, as crianças encaminhadas para a Escola Municipal de Educação Infantil Luiza Ungaretti.

A Escola de Educação Infantil Nosso Lar obteve a aprovação de seu Regimento Escolar em 24 de março de 2004, atendendo turmas de maternal e pré-escola. O Projeto Político-Pedagógico define o atendimento das crianças em turmas de Berçário I (6 meses a 1 ano e 6 meses); Berçário II (1 anos e 7 meses a 2 anos e 6 meses); Maternal I (2 anos e 7 meses a 3 anos e 6 meses); Maternal II (3 anos e 7 meses a 4 anos e 6 meses); Pré-escola I (4 anos e 7 meses a 5 anos e 6 meses) e Pré-escola II (5 anos e 7 meses a 6 anos e 9 meses), sendo o horário de funcionamento das 8h às 17h. Atualmente, a escola não funciona mais como conveniada, mas é tida como municipal, conforme o CMESM, pois seu prédio foi

entregue ao município, embora em seus registros, a Mitra Diocesana ainda conste como sua mantenedora.

Já a Escola de Educação Infantil Ida Bertiotti foi fundada em 16 de agosto de 1982, no Bairro Brasília (Salgado Filho). De acordo com seu Regimento, também é mantida pela Mitra Diocesana de Santa Maria. No entanto, recebe auxílio do município para o custeio de gás, alimentação, luz, água e recursos humanos. Os professores são qualificados dentro na área de Educação Infantil e os estagiários cursam o segundo grau ou fazem cursos de especialização na área educacional cedidos e custeados pela Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Conforme o Projeto Político-Pedagógico (2003):

O terreno foi adquirido pelo padre Ézio Bertiotti¹⁰ que veio a fundar a escola no dia 16 de agosto de 1982 recebendo apoio da CODESMA. A escola passou por reformas a partir da doação de mobílias, lâmpadas [...]. A clientela de alunos é muito carente, onde a escola além de estar cumprindo seu papel pedagógico está trabalhando para suprir necessidades mais imediatas, realizando doações de agasalhos, corte de cabelo, sopão mensalmente, pesagem, acompanhamento nutricional, palestra informativa sobre saúde. As crianças passam diariamente nove horas na escola tendo o cuidado e a educação na sua rotina (sem página).

A participação religiosa na administração e organização das creches, orfanatos, asilos e patronatos é destacada por Tomazzetti (1997). De acordo com o documento referido no parágrafo anterior, o convênio estabelecido entre a Mitra, que contribui com recursos financeiros (PAC – do governo) e a Prefeitura, com gás, pão e funcionários, não é suficiente para a manutenção da escola. Assim, ainda são organizadas festas, risotos, rifas, entre outros, para a arrecadação de verbas a fim de suprir outras despesas.

A escola funciona, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, atendendo crianças de 2 anos e oito meses até os 6 anos de idade, nas turmas: Maternal 1 (2 anos e oito meses a 3 anos e seis meses); Maternal 2 (3 anos e seis meses a 4 anos e seis meses); Maternal 3 (4 anos e seis meses a 5 anos e seis meses) e Maternal 4 (5 anos e seis meses a 6 anos e nove meses).

Fundada em 1985, a Escola de Educação Infantil Santa Rita de Cássia fica localizada no bairro Itararé e tem como entidade mantenedora a Mitra Diocesana,

¹⁰ Ida Bertiotti era a mãe do padre Ézio Bertiotti, quem foi homenageada com o nome da Escola.

através do Banco da Esperança. Seu Regimento Escolar foi aprovado em 24 de julho de 2003.

Conforme o Projeto Político Pedagógico, a escola funciona tanto em turnos parciais manhã e tarde como em período integral das 8h às 17h de segunda à sexta-feira e possui quatro turmas: MI Integral (3 a 4 anos); MII Integral (4 a 5 anos); Pré-escola tarde (5 a 6 anos); Pré-escola manhã (5 a 6 anos). Atualmente, a escola segue suas atividades ainda de modo conveniado.

Já a Escola de Educação Infantil Major Ergasto Balvé tinha como entidade mantenedora a Igreja Metodista Central de Santa Maria, representante local da Associação da Igreja Metodista do Brasil. Com a finalidade de desenvolver integralmente as crianças de até 6 anos e nove meses de idade, atendia cento e vinte, em turmas de maternal e trinta, em turmas de pré-escola com funcionamento de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h. No entanto, foi fechada quando findou seu convênio e não houve a renovação.

Sendo assim, encerra-se a primeira etapa de análise das escolas conveniadas e se analisa então, as Escolas Municipais de Educação Infantil.

3.2.2 Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI

A primeira escola de Educação Infantil de Santa Maria-RS é Escola Municipal de Educação Infantil Darcy Vargas, a qual foi fundada em 1957 com o objetivo de atender crianças de seis meses à seis anos e onze meses de idade, na maioria oriundas de famílias carentes. De acordo com seu Projeto Político-Pedagógico, a fundação ocorreu com a participação de Alcides Roth e seus companheiros de diretoria e comissão municipal da LBA, com o apoio dos Presidentes Darcy Sarmanho Vargas e Fabíola Pinto Dorneles. Em 2003, a escola atendia 170 crianças, de 1 ano e seis meses a 6 anos de idade em turno integral, das 8h às 17 horas, de segunda à sexta-feira em turmas de Berçário II (1 ano e quatro meses a 3 anos); Maternal I (3 a 4 anos); Maternal II (4 a 5 anos) e Pré-escola (5 a 6 anos).

[...] atua com o objetivo de contribuir para o exercício da cidadania com a finalidade de promover a criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, segundo as potencialidades de cada um, contemplando a ação da família e da comunidade, incentivando a

valorização da vida em busca de uma sociedade justa e solidária [...] (sem página).

Mais de duas décadas se passaram até a criação da Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança. De acordo com seu Projeto Político Pedagógico (2003), teve origem em 28 de dezembro de 1978 e, iniciou suas atividades em 15 de janeiro de 1979, quando uma professora desenvolveu trabalho com crianças de 4 a 5 anos em atividades de expressão corporal, vocal, música e desenho e outros. O Centro de Educação Infantil Casa da Criança fazia parte da Unidade Sanitária denominada Centro Social Urbano Irmão Estanislau. No início, o responsável era o coordenador geral do Centro Social urbano, Lari Monteiro, mas, com o passar dos anos, a creche passou a estar vinculada à Secretaria de Bem Estar Social.

Conforme aponta o PPP (2003), após a implementação da LDB/96, a Educação Infantil passou a ser dever do Estado e um direito da criança. Com isso, a creche passou a fazer parte Secretaria do Município de Educação (SMED) e também, a chamar-se Centro de Educação Infantil Casa da Criança. Referindo-se ao período de 2003, traz que a Casa da Criança está organizada em seis turmas: BI, BII, MI, MII, MIII, e Pré-escola, atendendo 131 (dos dez meses aos 6 anos de idade), de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, com o objetivo de:

[...] proporcionar às crianças ambiente tranquilo e lúdico de aprendizagem que possibilite um desenvolvimento psicossocial através de atividades e da integração, que está baseada na afetividade, na solidariedade e no respeito à diferenças, buscando assim, o exercício da cidadania em conjunto com a comunidade escolar (sem página).

A Escola Municipal de Educação Infantil Ida Fiori Druck foi fundada em 31 de março de 1982, pelo filho da professora Ida Fiori Druck como forma de homenageá-la. De acordo com o PPP (2003), a escola atendia 80 crianças de 2 a 6 anos de idade, organizadas nas turmas: MI, MII, MIII, e Pré, em turno integral, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h oferecendo, portanto, três refeições diárias.

Conforme o referido documento, a escola está localizada em um prédio antigo e possui o extremamente necessário para o desenvolvimento de suas atividades. O refeitório é pequeno e acomoda apenas duas turmas em cada refeição servida. A pracinha está condições precárias, sem brinquedos. O terreno é acidentado e sem sombra, o que leva ao não uso da mesma em muitos casos. Também aponta outras dificuldades relativas à adequação do espaço. Assim, uma das reivindicações

manifestadas no PPP, é um refeitório amplo, onde as refeições possam ser servidas para todos ao mesmo tempo, valorizando assim, este momento.

Como objetivos apresenta: promover o desenvolvimento integral da criança de 2 a 6 anos de idade em complemento a ação da família; estimular a construção de sua autonomia e reforçar sua auto-estima; valorizar, na criança, sua criatividade, curiosidade, imaginação e fantasia; integrar a criança à escola, à família e à comunidade tornando-se um ser sociável.

A seguir, tem-se o registro da Escola Municipal de Educação Infantil Professora Zahie Bered Farret, localizada na Vila Bela União, foi criada em 1987 com o nome de creche da Vila Bela União. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2003), seu nome foi trocado em virtude de abaixo-assinado da comunidade, a qual solicitou a troca para o nome de Zahie Bered Farret considerando que esta senhora foi uma pessoa dedicada em prol das crianças carentes e mães necessitadas, pois direcionava seu trabalho em função do bem estar familiar comunitário e no cuidado especial com as crianças.

A troca, segundo o documento, era desejo das mães “crecheiras” e da comunidade, em reconhecimento ao trabalho assistencial desenvolvido pela senhora. Segundo o PPP a escola funciona em turno integral das 8h às 17h e 30 mim, de segunda a sexta-feira, atendendo turmas de Maternal 2, com 20 crianças (3 anos); Maternal 3, com 20 crianças (4 anos) e Pré-escola, com até 25 crianças (5 anos). Como objetivo, apresenta o desenvolvimento de todas as potencialidades afetivas, psicomotoras sociais e cognitivas da criança, partindo da realidade em que está inserida, de suas iniciativas, maturidade, conhecimentos, ideais novas, levando em consideração a bagagem da família, incentivando a criatividade, o senso crítico e a integração e, assim, preparando para a vida.

A Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição também foi fundada em 1987, cujo Decreto de Criação e denominação já estava assinado desde agosto de 1985, mas a autorização para funcionamento veio, somente, em 17 de janeiro de 1986. Conforme seu Projeto Político Pedagógico (2003, p. 7), “[...] foi fundada em 1987, anexa à Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição com o objetivo de atender as crianças de 0 a 6 anos residentes na comunidade”.

Segundo o documento, a Escola foi fundada por ocasião do reassentamento de aproximadamente cem famílias vindas da proximidade do arroio Cadena e também, da zona rural. Seu nome está relacionado com a padroeira de Santa Maria-

RS. Inicialmente, a escola atendia 25 crianças da 1º a 4º série, próximo ao Morro das Antenas.

Referindo-se período de 2003, o Projeto Político-Pedagógico traz que o prédio é bem estruturado, atendendo tanto à Educação Infantil quanto Ensino Fundamental com, no total, 110 alunos. Na Educação Infantil, atende 35 crianças distribuídas em duas turmas: M2 (2 a 3 anos) e M3 (4 a 6 anos), de segunda a sexta-feira, em turno integral, tendo início as 7h e 45 min até as 16h e 45 min. Esta escola tem a particularidade de acompanhar o calendário da Escola Municipal de Ensino Fundamental, pois funciona no mesmo estabelecimento.

A Escola Municipal de Educação Infantil Raul Marinho, de acordo com seu Projeto Político-Pedagógico (2003) iniciou suas atividades no ano de 1988, em uma casa de moradia no Bairro Medianeira. O nome da escola foi em homenagem a um servidor que se destacava na comunidade. O objetivo inicial era atender, exclusivamente aos filhos dos funcionários da prefeitura, mas a procura por vagas foi insuficiente fazendo com que a escola fosse aberta para a comunidade.

A finalidade primeira era o cuidado das crianças, enquanto as mães trabalhavam. O órgão responsável pela sua manutenção, na época, era a Secretaria de Bem-Estar Social, na administração do prefeito José Haidar Farret. Referindo-se ao período de 2003, o documento aponta o atendimento de 30 crianças em turno integral, distribuídas em duas turmas: Maternal I (2 a 3 anos) e Maternal II (4 a 6 anos), funcionando das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, com o objetivo de promover o bem-estar, o desenvolvimento físico, emocional, motor e social de forma integral, através do cuidado e do educar, proporcionando condições básicas para ampliar esse desenvolvimento. No entanto, a partir de Decreto executivo nº 75, de 15 de junho de 2012, a escola foi fechada.

O Centro Municipal de Educação Infantil Luizinho de Grandi/ Cohab Santa Marta teve origem no mesmo ano, pois foi inaugurado em 28 de maio de 1988. Localizado no Núcleo Habitacional Santa Marta, foi construído pela Secretaria de Município de Obras e Serviços urbanos com recursos próprios dentro do projeto “Construção de Creches” desenvolvido pelo poder executivo municipal. Também recebeu colaboração de mão de obra do 4º Grupamento de Incêndio para dar atendimento a cinquenta crianças.

Conforme o Projeto Político-Pedagógico (2003), sua fundação surgiu com o objetivo de atender exclusivamente crianças de pais de baixa renda, visto que as

mães precisavam trabalhar para auxiliar no sustento da família. Desde a solenidade de inauguração, o atendimento cresceu e, com base em dados de 2003, destina-se ao atendimento de 120 crianças. Neste processo evolutivo, a creche passou a ser Centro de Educação Infantil que atende crianças desde o berçário até a pré-escola.

Nesse sentido, as turmas são divididas em: Berçário 1 (0 a 1 ano e seis meses); Berçário 2 (1 ano e sete meses a 2 anos e seis meses); Maternal 1 (2 anos e sete meses a 3 anos e seis meses); Maternal 2 (3 anos e sete meses a 4 anos e seis meses); Maternal 3 (4 anos e sete meses a 5 anos e seis meses) e Pré-escola (5 anos e sete meses a 6 anos e onze meses). De acordo com o documento, o objetivo geral da escola é a educação como processo que visa propiciar a criação de um sistema, um clima democrático e pluralista, incentivando e acolhendo as participações de todos.

Com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, em turno integral, segundo o seu Regimento (2003) tem como finalidade:

[...] o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, promovendo a ação educativa de cuidar e educar em ambiente especial oferecendo às crianças o que necessitam para se desenvolverem integral e harmonicamente, física e psicologicamente, atendendo às suas necessidades físicas, biológicas, sociais, intelectuais e afetivas de forma integrada. É uma instituição que está a serviço do processo educativo (p. 2).

Em seguida, a Escola Municipal de Educação Infantil Alfredo Tonetto, conforme seu Regimento (2003), foi criada pelo Decreto nº 295/85 de 26 de setembro de 1985 e pela Lei municipal nº 3043/88 de 26 de outubro de 1988, porém foi o Decreto executivo que oficializou a data de funcionamento em março de 1986. Porém, segundo o Projeto Político-Pedagógico (2003), a creche Alfredo Tonetto foi fundada em 05 de novembro de 1988, pelo prefeito José Haidar Farret.

Conforme o referido documento, “Em função da falta de condições físicas e recursos humanos deixou de funcionar em 1991, pois vinha funcionando em uma sala de aula, com trabalho voluntário da diretora e da serviçal da escola” (sem página). Em 1992, na presença do mesmo prefeito, da representante da Secretaria de Bem-Estar Social, Claudete Caurio Farret e outras autoridades, a creche foi remodelada e, com quadro de pessoal completo, voltou a funcionar para o atendimento de 40 crianças.

Segundo o PPP (2003), o nome Alfredo Tonetto foi homenagem à família do senhor Alfredo Tonetto, antigo morador do bairro de Camobi e doador do terreno da escola. O Centro de Educação Infantil Alfredo Tonetto encontra-se anexo a escola municipal de Ensino Fundamental Padre Gabriel Bolzan. Em 2003, atendia, em média, 36 crianças em turno integral, das 8h às 17h, nos níveis: Maternal I (2 anos a 3 anos e seis meses anos); Maternal II (2 anos e nove meses a 4 anos e nove meses). Porém, via Decreto executivo nº 036, de 2012, teve suas atividades suspensas sob a alegação de reorganização da rede municipal de ensino, tendo em vista à qualidade de atendimento.

A Escola Municipal de Educação Infantil Aracy Trindade Caurio, segundo seu PPP (2003), foi inaugurada em 04 de dezembro de 1988. Seu nome foi escolhido pela comunidade da Vila Lídia, através de abaixo-assinado enviado à Câmara de vereadores pela presidenta da vila, a qual recebeu esta homenagem por ser muito solidária com os moradores. Com base em dados de 2003, a EMEI atendia 42 crianças de nível socioeconômico baixo, organizadas em duas turmas: Maternal II (2 anos e seis meses a 3 anos e seis meses) e Maternal III (4 anos e 5 anos e seis meses), das 8h às 17h.

A instituição é mantida pela prefeitura, mas também recebe doações e promove ações entre amigos, festas e risotos para arrecadar fundos. O objetivo geral é proporcionar a criança o direito de sentir e pensar levando em consideração a sua bagagem adequada na família e na vida diária, incentivando a criatividade, possibilitando o seu desenvolvimento em todos os aspectos,

Desenvolvendo uma imagem positiva de si, descobrindo e conhecendo progressivamente o seu próprio corpo, desenvolvendo e valorizando hábitos e cuidados com a própria saúde e bem estar. Estabelecer vínculos afetivos e troca de informações entre aluno e criança (PPP, 2003, s/ p.).

Já na década de 1990, a Escola Municipal de Educação Infantil Montanha Russa foi inaugurada no dia 15 de maio de 1992. Referindo-se ao período de 2003, o Projeto Político-Pedagógico aponta para o atendimento de 40 crianças distribuídas nas turmas: Maternal I (2 a 3 anos); Maternal II (3 anos e seis meses e 4 anos) e Maternal III (4 anos e seis meses a 5 anos e seis meses) em período integral, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h com o objetivo de valorizar e desenvolver a autonomia, a criatividade, a solidariedade, a participação das crianças através da

expressão de suas múltiplas linguagens em situações lúdicas, visando a construção do saber, da afetividade e do cuidado, bem como, a construção de propostas coletivas de ações educativas a partir da realidade da escola e da sua comunidade.

No entanto, o diagnóstico apresentado no PPP revela um histórico surpreendente acerca da EMEI Montanha Russa. Funcionando precariamente nos fundos da Capela São Paulo, no bairro Itararé, o Centro de Bem-Estar do Menor (CEBEM) atendia crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos de idade provenientes das Escolas Municipais de 1º grau para receber assistência e educação.

De acordo com o PPP (2003), o referido Centro convidava os familiares para enviarem seus filhos para realizarem tarefas escolares, aulas de reforço, suplementação alimentar e assim, possibilitando que os mesmos não ficassem na rua. Consta ainda que o CEBEM iniciou suas atividades em 1978. Em função da necessidade das mães trabalharem fora e das poucas condições de para alimentarem seus filhos em casa. Em 1982, o atendimento foi estendido às crianças de 6 anos.

Devido à grande procura pelo CEBEM, o espaço cedido pela igreja tornou-se pequeno. Assim, por meio da mobilização de professores e pais que buscaram apoio na rádio, iniciou-se a campanha junto a Prefeitura e a Secretaria de Bem-estar do menor para a construção de um novo prédio para melhor acomodar as crianças. Após muito esforço, em 15 de maio de 1992, foi inaugurado o novo prédio da creche Municipal Montanha Russa, construída em terreno cedido por sistema de comodato entre igreja e Prefeitura.

A construção e inauguração foram realizadas na administração do prefeito Evandro Behr. O atendimento passou a ser para crianças de 4 a 6 anos de idade, com professoras cedidas pela Secretaria de Educação à Secretaria do Bem-Estar Social, mantenedora da creche. Em 2000, a creche passou a ser denominada Escola Municipal de Educação Infantil Montanha Russa- EMEIMR. No entanto, a falta de espaço para atender às crianças menores fez com que a pré-escola fosse transferida para a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo.

Conforme o PPP (2003), a Secretaria de Município da Educação passou a ser responsável pela escola, não sendo mais o assistencialismo o caráter principal da mesma, com atendimento às crianças de 2 a 5 anos de idade, devido a necessidade crescente das mães trabalharem fora, a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança em si, as mudanças no funcionamento pedagógico e a

melhoria das instalações físicas. A escola atende 40 crianças, sendo os recursos financeiros mantidos pela prefeitura Municipal, mas insuficientes, o que faz com seja necessário “rifas” e festas para angariar fundos e assim, suprir despesas.

Dois anos mais tarde, a Escola Municipal de Educação Infantil Eufrazia Pengo Lorensi foi fundada, em 21 de maio de 1994, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal, cujo órgão responsável é a Secretaria de Município de Educação. Conforme o PPP (2003), a escola atende 88 crianças organizadas nas turmas: Maternal I, Maternal II, Maternal III e Pré-escola.

Seu funcionamento se dá em período integral, das 8h às 17h, de segunda à sexta-feira e atende a crianças de 2 até 6 anos e nove meses de idade, com o objetivo de proporcionar um ambiente prazeroso, onde a criança seja estimulada a construir seu conhecimento, desenvolvendo as capacidades de ordem afetiva, cognitiva, ética, estética de relação interpessoal e inserção social.

De acordo com o referido documento, os recursos materiais, tais como: de limpeza, higiene, merenda escolar e material pedagógico são enviados pela Secretaria de Município da Educação. Mesmo assim, são promovidos risotos, rifas, eventos sociais para angariar recursos financeiros insuficientes para a manutenção da mesma.

A seguir, surge a Escola Municipal de Educação Infantil Vila Jardim, fundada em 1994. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2003), sua história teve início a partir da sensibilização de pessoas em relação a situação das empregadas domésticas em não ter onde deixar seus filhos para trabalhar. Em 1991, começou a luta pela construção da creche, em regime de mutirão. Alguns recolhiam doações de materiais de construção e havia ainda outro grupo formado por moradores e presidentes de associações comunitárias para a construção do prédio.

De acordo com o documento, foi difícil, mas as dificuldades foram superadas e, três anos mais tarde, a escola foi inaugurada pelo prefeito José H. Farret, sendo administrada pela secretaria de Bem Estar Social, com atendimento de crianças de 3 a 6 anos em tempo integral. Ainda segundo PPP (2003), em função de aspectos legais e com a criação da Lei 9.394/96, as creches passaram a funcionar como escolas de Educação Infantil sob a responsabilidade da secretaria de Educação e, em apenas um turno.

Esta situação gerou descontentamento na comunidade e colaborou para o aumento do desemprego, pois as mães não podiam trabalhar, já que não tinham

onde deixar seus filhos. Em 1999 e 2000, a comunidade se mobilizou e teve início a luta para que a creche voltasse a funcionar em tempo integral. As reivindicações foram levadas ao poder público e, em 2001, a creche voltou a funcionar em tempo integral com a denominação de Escola Municipal de Educação Infantil Vila Jardim. Atendendo assim, a 50 crianças na faixa etária de 3 a 6 anos com o objetivo de equilíbrio entre o cuidar e o educar.

Localizada no bairro Camobi, atende 56 crianças em período integral, divididas nas turmas: Maternal I (3 a 4 anos e cinco meses) e Maternal II (4 anos e seis meses a 6 anos). Com objetivo de proporcionar condições adequadas para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, intelectual, moral e social, ampliando suas experiências, desenvolvendo o senso crítico, criatividade, participação, responsabilidade, sociabilidade e autoestima funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, em período integral.

A Escola Municipal de Educação Infantil Sinos de Belém, de acordo seu Projeto Político-Pedagógico (2003) foi solicitada em 1995.

A criação da creche Sinos de Belém, como foi chamada até o ano de 2000, surgiu em um pedido da comunidade, em celebração conjunta das igrejas católicas e evangélicas no Natal de 1995, devido a grande necessidade dos pais trabalharem e ter um lugar seguro e sem custos para deixarem seus filhos (sem página).

Assim, com verbas conseguidas pelas igrejas, deu-se em forma de mutirão, a construção do prédio. A partir disso, procuraram a Prefeitura, através da Secretaria de Bem-Estar Social, responsável pelas creches na época, para ser feito contrato e determinado que seria administrada totalmente pela Prefeitura Municipal.

Seu nome foi escolhido pelo Pastor devido a celebração do Natal. De acordo com seu regimento, a escola atende aproximadamente 60 crianças, distribuídas em quatro turmas: Maternal II (3 a 4 anos), Maternal III (4 a 5 anos) e duas Pré-escolas (5 a 6 anos) com atendimento de meio turno. O atendimento integral é oferecido às turmas de Maternal II e III e, seis vagas para a turma da Pré-escola com atendimento diário de oito horas, de segunda a sexta-feira.

No ano seguinte, a Escola Municipal de Educação Infantil Ady Schneider Beck, conforme seu Projeto Político-Pedagógico (2003), foi fundada, em 08 de junho de 1996, na administração do prefeito José Farret. A partir da aprovação da Resolução Municipal nº 02 de 30 de junho de 1999, a creche passou a ser Escola de

Educação Infantil com a orientação e supervisão da Secretaria Municipal de Educação, atendendo 54 crianças de 2 anos e oito meses a 5 anos e seis meses em turno integral.

Estas, organizadas em três turmas: Maternal 2 (2 anos e oito meses a 3 anos); Maternal 3 (4 a 5 anos) e Maternal 4 (5 a 6 anos), cujo funcionamento acontece de segunda a sexta-feira, das 7h e 45 min às 16h e 45 min permitindo-se a entrada até as 8h e 30min. De acordo com o documento, a clientela corresponde a crianças da própria comunidade, filhos de pais que trabalham e, muitas famílias pobres que não tem o mínimo para oferecer, inclusive refeições. Além do assistencialismo, as crianças recebem um atendimento pedagógico com professores qualificados, oferecendo um ambiente propício para desenvolver a parte cognitiva de acordo com a faixa etária.

A Escola Municipal de Educação Infantil João Franciscatto foi criada pela lei municipal nº4034/96 de 19 de dezembro de 1996. Segundo o Projeto Político-Pedagógico (2003), a EMEI João Franciscatto foi inaugurada em 28 de setembro de 1996, obra que veio a atender os anseios da comunidade. Sua construção se deu também em função da necessidade de proporcionar às famílias e, em especial, às mães, um lugar digno, com assistência pedagógica, de segurança e nutrição para que pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam com tranquilidade.

De acordo com o documento, a escola veio a acrescentar às conquistas dos moradores do bairro: a Escola de Ensino Fundamental Naura Teixeira, o centro comunitário, a igreja, o posto de saúde e outros. Conforme o PPP (2003), a comunidade recebeu esta obra do poder público municipal na administração do prefeito José Haidar Farret. Após dois meses da inauguração foi exigido pela prefeitura que a escola tivesse o nome de um colaborador da comunidade e, portanto, passou a ser chamada “Creche João Franciscatto”, um benfeitor, dedicado ao trabalho para a melhoria do bairro.

A escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, que se encarrega pela alimentação, conservação do prédio, obras, materiais e recursos humanos. São realizadas ainda ações entre amigos para arrecadar fundos e, assim, auxiliar nas necessidades da instituição. De acordo com o Regimento (2003), a escola que, se localiza no bairro São José, atende 60 crianças de 2 anos e cinco meses a 5 anos e nove meses, cuja prioridade são as que estão em situação de vulnerabilidade.

As turmas são divididas em Maternal II e Maternal III, as quais funcionam no turno da manhã (8h às 12h) e da tarde (13h às 17h), tendo aproximadamente 20 crianças em cada turma, cujo objetivo do trabalho destina-se a “Educar e cuidar buscando o desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e vivenciando a cidadania”.

Meses depois, tem origem a Escola Municipal de Educação Infantil CAIC-Luizinho de Grandi sendo inaugurada, em agosto de 1996, como anexo do complexo CAIC, na região sul de município. Com base em dados de 2003, atende 215 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, pertencentes à comunidade carente da Vila Lorenzi, sendo mantido pela Secretaria de Educação Municipal. De acordo com seu regimento são organizadas as turmas: Berçário I (6 meses a 2 anos); Berçário II (2 a 3 anos); Maternal I (3 a 4 anos); Maternal II (4 a 5 anos); Turma Mista (3 anos e cinco meses a 5 anos); Pré I (5 a 6 anos – das 8h às 12h); Pré I (5 a 6 anos – das 13h às 17h); Pré II (6 anos a 6 anos e onze meses – das 8h às 12h); Pré II (6 anos a 6 anos e onze meses – das 13h às 17h); Pré III (6 anos a 6 anos e onze meses – das 8h às 12h); Pré III (6 anos a 6 anos e onze meses – das 13h às 17h).

A Escola Municipal de Educação Infantil Angela Tomazetti, de acordo com seu Projeto Político-Pedagógico (2003), foi fundada em 30 de julho de 1994 com a denominação de “Creche Ângela Tomazetti”. O nome refere-se a uma mãe de família numerosa que desenvolveu trabalho voluntário na Vila Tomazetti com as ações de saúde, nutrição, educação, educação e cidadania.

Dentre essas medidas, estavam visitas domiciliares às famílias para orientação das gestantes com pré-natal e aleitamento materno, preocupação com os pobres e doentes. Sua atuação voltava-se para a geração de renda nestas famílias e a melhoria das condições de vida e saúde.

Segundo o PPP (2003), o prédio foi construído em um terreno escriturado pela Prefeitura Municipal e inaugurado em 1989, com a denominação de “Unidade Sanitária do Município”, que prestou serviço de posto de saúde à comunidade até 01 de dezembro de 1993. No ano seguinte, a Secretaria de Bem-Estar Social autorizou o início das atividades da creche com 50 crianças matriculadas.

Ainda com base no referido documento, de acordo com a Resolução nº 2 de 30 de junho de 1999, do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria, passou a fazer parte da Educação Infantil. Conforme seu Regimento (2003), passou a integrar

o sistema municipal de ensino em 23 de dezembro de 1999, de acordo com o art. 89 da LDB (1996), sob a orientação geral da Secretaria de Município.

Localizada na vila Tomazetti, funciona em turno integral, das 8h às 17h, de segunda à sexta-feira, atendendo as crianças nos níveis: Maternal I (2 a 3 anos e 6 meses); Maternal II (3 anos e sete meses a 4 anos e seis meses) e Maternal III (4 anos e sete meses a 5 anos e seis meses). Nesse sentido, atua com o objetivo de proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança em seu desenvolvimento nos aspectos físico, psicológico e social, valorizando e ampliando as suas experiências e propiciando situações de aprendizagens, integrando o educar e o cuidar.

A Escola Municipal de Educação Infantil Borges de Medeiros, localizada no bairro Salgado Filho, é mantida pela prefeitura municipal, cujo órgão responsável é a secretaria de município da Educação. Tem como objetivo de promover a educação da criança de 6 meses a 5 anos com qualidade levando em consideração as diferenças de classe social de origem das crianças, bem como a diversidade de etnia, sexo e cultura, formando indivíduos críticos, criativos e autônomos, capazes de agir no seu meio e transformá-lo.

Conforme seu Projeto Político-Pedagógico (2003), funciona das 8h às 17h, de segunda à sexta-feira. As turmas estão divididas em: Berçário I (6 meses a 1 ano e seis meses); Berçário II (1 ano e seis meses a 2 anos e seis meses); Maternal I (2 anos e seis meses a 3 anos e seis meses); Maternal II (3 anos e seis meses a 4 anos e seis meses); Maternal III (4 anos e seis meses a 5 anos e seis meses).

O número de crianças matriculadas corresponde, com base em dados de 2003, à 114, sendo a evasão mínima. Os recursos materiais são enviados pela prefeitura municipal e Secretaria de Município da Educação, tais como: material pedagógico, de limpeza, higiene, bem como, gêneros alimentícios. Ainda assim, são arrecadados outros recursos por meio de risotos e ações entre amigos.

A Escola Municipal de Educação Infantil Boca do Monte caracteriza-se como a única escola de Educação Infantil do campo no município. Porém, embora funcionando, a mesma não possuía Projeto Político-Pedagógico e Regimento escolar disponível para análise na versão 2003, assim como as outras escolas. Isto em função de seu processo de aprovação junto ao CMESM ter ocorrido nos últimos anos.

Da mesma forma, a Escola Municipal de Educação Infantil Luiza Ungaretti obteve a troca de modalidade de ensino em 2008, quando passou a receber crianças de escolas que haviam sido fechadas e, com isso, no período de coleta dos dados, ainda não dispunha de documentos, junto ao Conselho Municipal de Educação que permitissem consultar questões históricas e de atendimento. Fato que também ocorreu com a EMEI Professora Zulania de Fátima Simionato Salamoni.

Como a mais recente, a Escola Municipal de Educação Infantil foi criada pelo Decreto 334/03, em 11 de dezembro de 2003, conforme a lei 4766/04. De sua criação até presente momento, a escola se utilizou do Regimento padrão da Secretaria de Educação e obteve o período para construir seu Projeto Político-Pedagógico e Regimento, os quais estão em processo de revisão e análise para aprovação junto ao Conselho Municipal de Educação, bem como, os das demais escolas que estão passando por este processo de reformulação. Em função disso, não foi possível obter mais informações a respeito desta escola. Acredita-se que, assim como a EMEI Boca do Monte e a EMEI Luiza Ungaretti, esta escola obterá a aprovação de tais documentos por parte do CMESM ainda em 2014.

Embora o capítulo seguinte aborde as políticas educacionais voltadas à Educação também em perspectiva de temporalidade, entende-se que se faz necessário, ainda neste item do texto, esclarecer que a maioria das escolas de Educação Infantil de Santa Maria-RS revelaram o atendimento às crianças até os 6 anos e alguns meses de idade. Tal fato ocorre em função do período de organização de seus PPP, pois até 2006 as crianças permaneciam na Educação Infantil até pouco antes de completar 7 anos, quando ingressavam na primeira série do Ensino Fundamental.

No referido ano, houve a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, através da lei 11.274/06, o que fez com as crianças de seis anos, passassem a integrar a segunda etapa da Educação Básica e não mais a primeira. Em 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEIs regulamentaram a Educação Infantil dos zero aos cinco anos de idade.

Com base na análise dos Projetos Político-Pedagógicos e dos Regimentos Escolares, após construir a organização contextualizada do surgimento das Escolas de Educação Infantil Municipais, ressaltando-se que, nem todas ofereceram as mesmas condições investigativas, foi possível perceber as datas de fundação, a

idade de atendimento, a entidade mantenedora e, se estavam atuando ou não. Assim, organizou-se o seguinte quadro:

3.2.3 Registro do histórico das Escolas de Educação Infantil em Santa Maria-RS

Criação		Escola Pública de Educação Infantil em Santa Maria-RS	Atendimento	Mantenedora	Situação
1	1957	Escola Municipal de Educação Infantil Darcy Vargas	De 10 meses a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
2	1977	*Escola de Educação Infantil Nossa Senhora das Dores	De 2 a 6 anos	-	Fechada
3	1979	Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança	De 10 meses a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
4	1981	*Escola de Educação Infantil Nossa Senhora das Vitórias	De 3 a 6 anos	Mitra Diocesana	Funcionando
5	1981	*Escola de Educação Infantil Chácara das Flores	De 2 a 6 anos	-	Fechada
6	1981	*Escola de Educação Infantil Nosso Lar	De 6 meses a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
7	1982	*Escola de Educação Infantil Ida Bertioti	De 2 a 6 anos	Mitra Diocesana	Funcionando
8	1982	Escola Municipal de Educação Infantil Ida Fiori Druck	De 2 a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
9	1985	*Escola de Educação Infantil Santa Rita de Cássia	De 2 a 6 anos	Mitra Diocesana	Funcionando
10	1987	Escola Municipal de Educação Infantil Professora Zahie Bered Farret	De 3 a 5 anos	Prefeitura	Funcionando
11	1987	Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	De 2 a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
12	1988	Escola Municipal de Educação Infantil Raul Marinho	De 2 a 6 anos	-	Fechada
13	1988	Centro Municipal de Educação Infantil Luizinho de Grandi/ Cohab Santa Marta	De 6 meses a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
14	1988	Escola Municipal de Educação Infantil Alfredo Tonetto	De 2 a 4 anos	Prefeitura	Fechada
15	1988	Escola Municipal de Educação Infantil Aracy Trindade Caurio	De 2 a 4 anos	Prefeitura	Funcionando
16	1992	Escola Municipal de Educação Infantil Montanha Russa	De 2 a 5 anos	Prefeitura	Funcionando
17	1994	Escola Municipal de Educação Infantil Vila Jardim	De 3 a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
18	1994	Escola Municipal de Educação Infantil Eufrazia Pengo Lorensi	De 2 a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
19	1995	Escola Municipal de Educação Infantil Sinos de Belém	De 3 a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
20	1996	Escola Municipal de Educação Infantil Ady Schneider Beck	De 2 a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
21	1996	Escola Municipal de Educação Infantil João Franciscatto	De 2 a 5 anos	Prefeitura	Funcionando
22	1996	Escola Municipal de Educação Infantil CAIC- Luizinho de Grandi	De 6 meses a 6 anos	Prefeitura	Funcionando
23	1994	Escola Municipal de Educação	De 2 a 5 anos	Prefeitura	Funcionando

		Infantil Angela Tomazetti			
24	2003	Escola Municipal de Educação Infantil Professora Zulania de Fátima Simionato Salamoni	-	Prefeitura	Funcionando
25	-	*Escola de Educação Infantil Major Ergasto Balvé	- até 6 anos	-	Fechada
26	-	Escola Municipal de Educação Infantil Borges de Medeiros	De 6 meses a 5 anos	Prefeitura	Funcionando
27	-	Escola Municipal de Educação Infantil Boca do Monte	-	Prefeitura	Funcionando
28	-	A Escola Municipal de Educação Infantil Luiza Ungaretti	-	Prefeitura	Funcionando

Quadro 2 Registro do histórico das Escolas de Educação Infantil em Santa Maria-RS. *Conveniadas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados coletados nos Regimentos e Projetos Político-Pedagógicos das escolas referentes ao ano de 2003¹¹.

3.3 A perspectiva atual da gestão do atendimento educativo das crianças de zero a três anos de idade em nível nacional e santa-mariense

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013), o percentual de crianças de 0 a 3 e de 4 a 5 anos, matriculadas em creches e pré-escolas vem aumentando a cada ano. Em 2011, o atendimento chegou a quase 82% das crianças com idades entre 4 e 5 anos, o que ainda é considerado distante tendo em vista a proposta do PNE (2011-2020). Conforme o gráfico 1, a seguir, tem-se a porcentagem de crianças brasileiras de zero a três anos que frequentam a escola de 2003 a 2011:

¹¹ Os dados que compõem o quadro síntese, bem como as informações trazidas no capítulo anterior, referem-se ao período em que os documentos foram formulados, 2003. Decorridos mais de dez anos, tanto os Regimentos, quanto os Projetos Político-Pedagógicos das escolas passam, atualmente, por processo de reformulação por parte das escolas e revisão pelo Conselho Municipal de Educação.

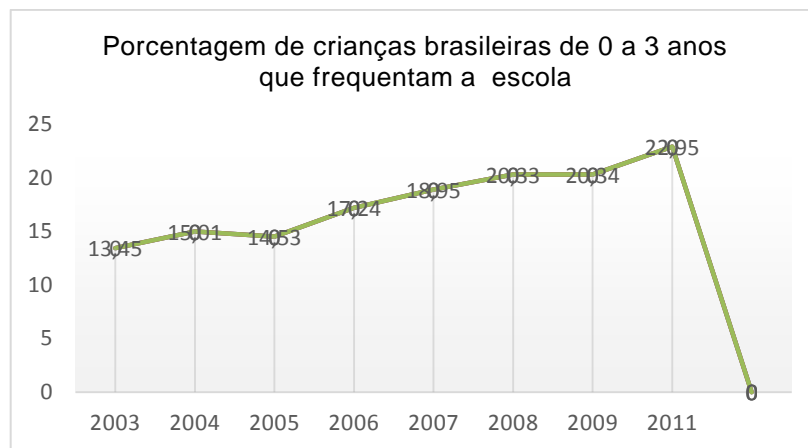


Gráfico 1 Crianças brasileiras de 0 a 3 anos que frequentam a escola.
Fonte: (Re) elaborado pela autora com base no “Anuário da Educação Básica 2013”

A partir do mesmo é possível perceber então, o crescimento do atendimento educacional das crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil no país. Outro dado interessante destacado pelo documento, é a dependência administrativa. Em um total de 115.223 estabelecimentos, 23 são de esfera federal, 1.216 estadual, 85.012 municipal, e 28.972, privada. Com isso, nota-se, em perspectiva numérica, o fenômeno da descentralização por meio da responsabilização dos municípios acerca da gestão da Educação Infantil.

Em relação ao atendimento educacional de crianças em creches e pré-escolas, o número de estabelecimentos de ensino e matrículas nacionais, em 2011, podem ser observados no gráfico 2, a seguir, representando um atendimento bem maior em turmas de pré-escola do que em creches:

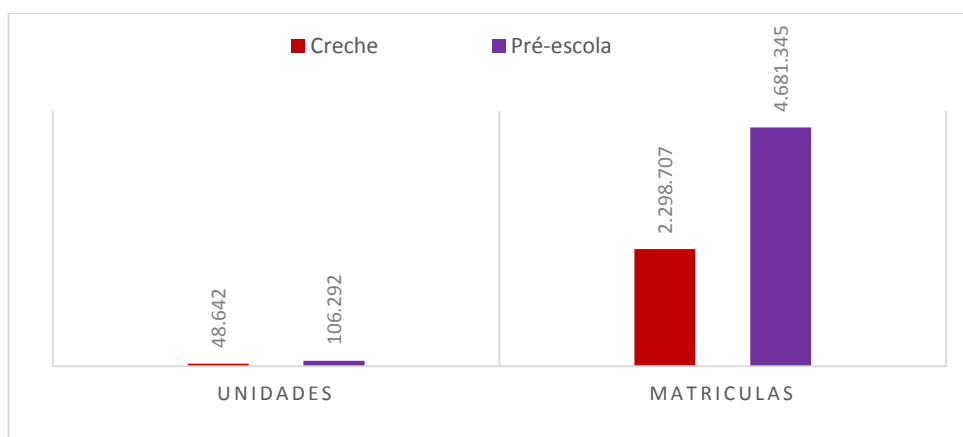


Gráfico 2 Atendimento educacional de crianças em creches e pré-escolas.
Fonte: (Re) elaborado pela autora com base no “Anuário da Educação Básica 2013”.

Tais dados oportunizam inferir que o número de matrículas e de unidades que atendem a pré-escola supera, em dobro, as turmas de creche, na Educação Infantil. Em específico, sobre a região sul do país, o anuário aponta ainda:

Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola

Região Sul	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Rio Grande do Sul	13,13	15,00	13,21	16,79	19,64	21,39	21,87	27,28
Porto Alegre	15,28	17,84	16,66	19,69	22,79	23,73	23,35	25,84

Quadro 3 Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola.

Fonte: Elaborado pela autora com base no “Anuário da Educação Básica 2013”.

Com base em dados do Censo Escolar, datado de 2013 (consolidado a partir dos dados referentes a 2012), podemos identificar o total de matrículas por extrato, ou seja, por dependência segundo a esfera administrativa – estadual, municipal, privada e federal, e em detalhe, a distribuição segundo outras variáveis, como zona rural e zona urbana, por exemplo, a seguir, o quadro apresenta estes números.

Dados finais do censo escolar 2013 sobre a Educação Infantil

BRASIL	Matrícula Inicial				Número de Escolas
	Creche		Pré-escola		
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	
Estadual Urbana	1.627	2.785	39.255	3.381	
Estadual Rural	416	46	6.962	43	
Municipal Urbana	512.893	1.052.414	2.561.284	311.398	
Municipal Rural	113.050	38.652	673.588	18.864	
Estadual e Municipal	627.986	1.093.897	3.281.089	333.686	
SANTA MARIA-RS					
Estadual Urbana	0	0	57	0	
Estadual Rural	0	0	2	0	
Municipal Urbana	535	896	2.116	199	19
Municipal Rural	2	8	78	73	1
Estadual e Municipal	537	904	2.253	272	
Conveniadas					4

Quadro 4 Dados finais do censo escolar 2013 sobre a Educação Infantil.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Censo Escolar 2013 e em documento obtido em site da secretaria de Educação de Santa Maria (dados estatísticos: fonte educacenso 2010 – em 15/9/2010)

A partir dos dados apresentados pelo censo escolar 2013 e, com base nas informações coletadas junto a Secretaria de Município de Educação – SMED, a Educação Infantil para a criança de zero a três anos, em escolas públicas de Santa Maria-RS, encontra-se na seguinte situação:

Número de crianças matriculadas nas creches públicas de Santa Maria-RS

Escola	Berçário Integral	Berçário Parcial	Maternal Integral	Maternal Parcial	Total de crianças
EMEIs					
01.EMEI Ady S. Beck	-	-	-	A (20) B (18)	38
02.EMEI Angela Tomazzetti	-	-	MI (17) MII (17)	-	34
03.EMEI Aracy T. Caurio	-	-	M1 (11) M2 (24)	-	35
04.EMEI Borges de Medeiros	BII (18)	-	MIA (20) MIIA (20)	MII B (20) MII B (20)	98
05.EMEI Núcleo Infantil CAIC	BI (11) BII (24)	-	MIA (25)	MI B (22) MI C (21)	103
06.EMEI Casa da Criança	BII (23)	-	MIA (23) MIIA (24)	MI B (23) MII B (24)	117
07.EMEI Darcy Vargas	BII A (25)	-	MIA (18) MIB (18) MIIA (18) MIIB (18)	-	97
08.EMEI Eufrazia P. Lorensi	-	-	MI (18) MII (18)	-	36
09.EMEI Ida Friori Druck	-	-	MI (15) MII (22)	-	37
10.EMEI João Franciscatto	-	-	-	MAT (22) MAT (25)	47
11.EMEI Luizinho de Grandi	B1 (15)	BII (16) BII (18)	-	MAT I (18) MAT III (18)	82
12.EMEI Montanha Russa	BI (14)	-	MAT I (18) MAT III (18)	-	50
13.EMEI N. S. Da Conceição	-	-	MAT (15)	-	15
14.EMEI Sinos de Belém	-	-	-	MI (17) MAT I (18) MAT II (18) MAT II (21)	74
15.EMEI Vila jardim	-	-	MII A (25) MIII B (28)	-	53
16.EMEI Zahie B. Farret	-	-	M2 (20) M2 E PRÉ (MISTA=16)	-	36
17.EMEI Zulania Salamoni	-	-	MI (24)	MI 2 (20) MI 3(16) MII 1 (19)	104

				MII 2 (25)	
18.EMEI Luiza Ungaretti	B1/B2 (15)	-	MI (15) MII (19)	-	49
19.EMEI Boca do Monte	-	-	-	MI 18	18
20.EMEI Nosso Lar	BI (15) BII (14) BII (19)	MI (21) MII (20)	MII (19)	-	108
TOTAL	193	75	617	346	1.231
Conveniadas					
Escola Ida Bertioti	BII e MII (19)	-	MII (18)	-	37
Escola Santa Rita	-	-	MI e MII (20)	-	20
Escola Vila Vitória	-	-	MI (20) MII (16)	-	36
TOTAL	19	-	74	-	93

Quadro 5 Número de crianças matriculadas nas creches públicas de Santa Maria-RS.

Fonte: Tabela cedida pelo setor Pedagógico da Secretaria de Município da Educação de Santa Maria-RS adaptado ao texto pela autora – Fonte educacenso 2014. Ver anexo 1, (p. 124)

Conforme foi possível perceber, atualmente o município de Santa Maria-RS tem 23 Escolas públicas de Educação Infantil funcionando, sendo que 20 são mantidas exclusivamente pela Prefeitura Municipal e, 3 de modo conveniado. Deste atendimento, nota-se que todas as escolas atendem a, pelo menos, uma das idades do segmento creche - de zero a três anos de idade.

Para fins de compreensão da tabela anterior, com base na organização das turmas apresentada nos PPP (2003), se faz necessário esclarecer o critério utilizado para enturmação no atendimento, de acordo com a faixa etária nas turmas: Berçário I (0-1); Berçário II (1-2); Maternal I (3-4); Maternal II (4-5); Pré-escola (5- 5 anos e onze meses).

Nesse sentido, destacam-se as Escolas Municipais Casa da Criança, que atende o maior número de crianças desta faixa etária (117); a EMEI Nosso Lar (108); a EMEI Zulania Salamoni (104), e o Núcleo Infantil CAIC (103). Assim, identifica-se que há atendimento para as crianças do segmento creche, e entende-se que o município organiza este atendimento das crianças de zero a três anos em algumas unidades.

No entanto, entende-se também que este atendimento não ocorre em sua plenitude, ou seja, apenas algumas crianças nesta faixa etária são atendidas em um número reduzido de unidades educacionais, nas EMEI de Santa Maria-RS, conforme o Quadro 5. Isto, principalmente, em se tratando das crianças bem pequenas, as

menores e, portanto, que este atendimento ocorre, potencialmente, na última faixa etária deste segmento creche, ou seja, os grupos de idade denominados de Maternal I (MI – 3 anos). O gráfico 3, expressa, visualmente, estes dados:

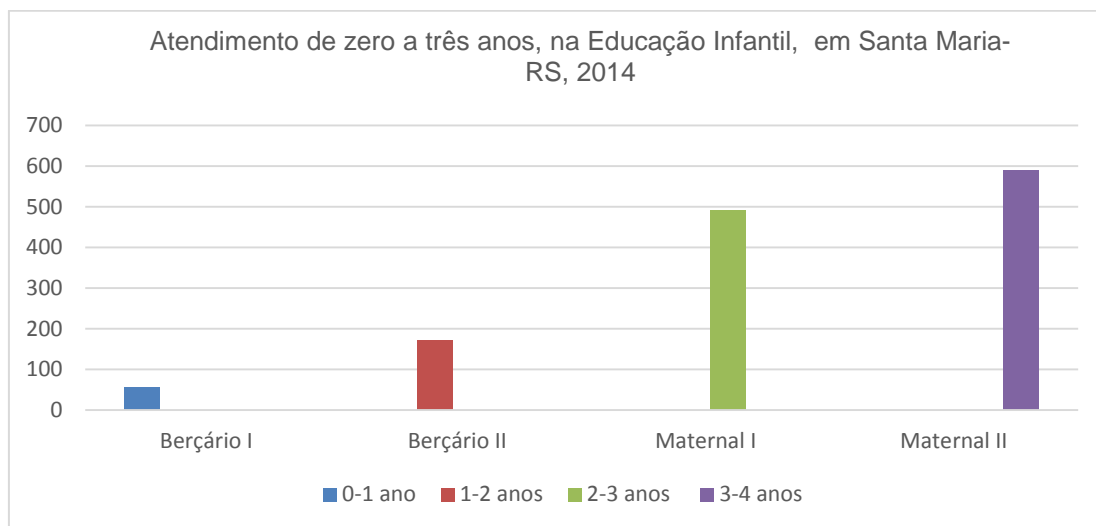


Gráfico 3 Atendimento de 0 a 3 anos na Educação Infantil, em Santa Maria-RS.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Quadro 5, estruturado com base na tabela cedida pela Prefeitura Municipal de Santa Maria-RS (Ver anexo 1, p. 124).

A partir deste diagnóstico, entende-se que embora o município contemple as faixas etárias que compõem este grupo, as duas primeiras, de 0 a 1 e, de 1 a 2 anos, na gestão do seu sistema de ensino em relação à organização do atendimento para as crianças de zero a três anos são, consideravelmente, menos atendidas do que as crianças maiores, sendo, portanto, no interior do segmento creche, a faixa dos três anos é a que tem o maior número de matrículas no município atualmente.

4. POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VOLTADA À PEQUENA INFÂNCIA

*Crianças, iguais são seus [...] direitos.
Crianças, viver sem preconceito é bem melhor.
Crianças, a infância não demora, logo, logo vai passar,
Vamos todos juntos brincar[...]
Meninos e meninas,
Não olhem cor nem raça ou religião.
Bons amigos valem ouro,
A amizade é um tesouro
Guardado no coração.*

Deveres e Direitos - Toquinho

Conforme vem sendo delineado nos capítulos anteriores, a Educação Infantil, após evolutivo processo histórico, amplamente relacionado à organização da sociedade e modos de compreender a Educação ao longo dos anos, veio compor a primeira etapa da Educação Básica. Nesse sentido, de acordo com a LDB (1996), a União, os Estados e os Municípios organizaram, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias nacionais (BRASIL, 1996, Art. 8º).

Assim, destaca-se que as políticas educacionais são consideradas indispensáveis para a construção conceitual que se visa compreender. Desse modo, entende-se que:

As políticas educacionais abrangem quatro componentes principais: legislação (leis e regulamentação escolar); financiamento (recursos e orçamento); controle da execução (administração e gestão das instituições de ensino); relações com a economia e a sociedade civil (coordenação e articulação) (AKKARI, 2011, p. 11).

Considerando estes conceitos, entende-se que o contexto de investigação comporta, de modo relacionado, elementos como legislação, financiamento, administração, controle e outros. Porém, tendo em vista a urgência de compreender as ações centrais do processo de gestão da Educação Infantil em determinado município, estes elementos serão contemplados paralelamente aos fatores que se

considera essenciais, dentre estes as políticas e programas de governos via legislação.

Nesse sentido, destacam-se aos autores Jefferson Mainairdes e Stephen J. Ball com as investigações pautadas na “abordagem do ciclo de políticas”. Conforme Mainardes (2007), o “ciclo de políticas”, formulado por Stephen Ball e colaboradores, oferece elementos para a análise da trajetória da política implementada, desde seu início até o contexto da prática, ou seja, escolas e salas de aula e também, seus resultados.

De acordo com Mainardes (2007), há três contextos que devem ser considerados nesta análise:

[...] o contexto de influência, o contexto da produção do texto da política e o contexto da prática. Além desses, é necessário examinar o contexto dos efeitos/resultados da política e o contexto da estratégia política que envolve o delineamento de estratégias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política (MAINARDES, 2007, p. 14).

Para o autor, o trabalho com a abordagem do ciclo de políticas permite a análise do contexto macroestrutural, ou seja, as influências globais, internacionais e nacionais, bem como do micro contexto – contexto local, o que vai ao encontro do paradigma da gestão educacional, com análise em sentidos macro e micro dos sistemas (LUCK, 2011). Sendo assim, os apontamentos e reflexões acerca do surgimento das políticas de Educação Infantil ocorrem tanto em sentido macroestrutural com as políticas nacionais, quanto no micro contexto, com as políticas de Santa Maria-RS.

Embora se compreenda a importância e contribuições de tal abordagem teórico-metodológica nesta etapa de desenvolvimento do estudo, não será possível se utilizar do ciclo de políticas como metodologia de análise, tendo em vista a necessidade de apontamento das mesmas em perspectiva de temporalidade, e como isto configurará um número considerável de políticas, torna-se inviável, conforme as características de estudo, uma análise aprofundada das legislações em seus diferentes contextos.

Somados aos contextos já mencionados, há ainda o contexto dos efeitos e resultados das políticas e, neste caso, pode-se problematizar, por exemplo, o efeito da política de obrigatoriedade dos quatro aos dezessete anos na educação básica, quais seriam os efeitos desta política para Educação Infantil? Além disso, há o

contexto da estratégia política para lidar com as desigualdades geradas por ela mesma, ou seja, tendo em vista que a obrigatoriedade sugere certa priorização de um atendimento educacional às crianças maiores na Educação Infantil, que estratégias políticas seriam criadas para “remediar” a situação de falta de vagas para as crianças menores – de zero a três anos -, historicamente negligenciadas, conforme Rosemberg (2012)?

Assim, centra-se na percepção e apontamento das políticas educacionais em perspectiva histórica, bem como de que, ainda com base no ciclo de políticas, estas se originam a partir de necessidades sociais - contexto da influência - e, com a participação da sociedade, em fóruns e seminários onde são discutidos elementos que compõem o contexto da produção de texto, o qual se desenvolverá no contexto da prática, ou seja, nas escolas e salas de aula produzindo efeitos e resultados por ela produzidos que demandará novas estratégias políticas e, com isso, gera o “ciclo de políticas” (MAINARDES, 2007).

Nesta lógica, parte-se para uma análise contextual do surgimento das políticas para a Educação Infantil, tendo em vista que estas surgem a partir de movimentos sociais, em busca atendimento das necessidades educacionais, bem como, que a estruturação e implementação das políticas perpassa pela gestão dos sistemas de ensino em âmbitos macro e micro. No sentido da responsabilização do Estado, a Política Nacional de Educação Infantil (2006), retoma o que foi expresso na Constituição Federal de 1988 e acrescenta:

Como decorrência desta responsabilidade constitucional, o aumento da matrícula de crianças de 0 a 6 anos na rede pública de ensino deu-se em função do compromisso e da vontade política de gestores públicos municipais que, apesar das restrições orçamentárias, procuraram garantir maior e melhor oferta para a Educação Infantil (BRASIL, 2006, p. 14).

A seguir, traz o quadro, o qual traduz competências e ações concernentes aos diferentes níveis de governo, conforme a Política Nacional de Educação Infantil (2006):

União	Formulação da Política Nacional
	Coordenação Nacional (articulação com outros órgãos e ministérios que tenham políticas e programas para crianças de zero a seis anos)
	Estabelecimento de Diretrizes Gerais
	Assistência Técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos

	municípios
	Coleta, análise e disseminação de informações educacionais
	Regulamentação e normatização pelo CNE
	Formação universitária de professores
	Fomento à pesquisa
Estados	Formulação da política estadual
	Coordenação estadual
	Execução das ações estaduais
	Assistência técnica e financeira aos municípios
	Normatização pelo CCE
	Autorização, reconhecimento, credenciamento, fiscalização, supervisão e avaliação dos estabelecimentos do seu sistema de ensino.
	Formação universitária de professores
	Fomento à pesquisa
	Formação de professores na modalidade Normal, em Ensino Médio
Municípios	Municípios com sistema municipal de ensino:
	- Formulação da política municipal - Coordenação da política municipal - Execução dos programas e das ações - Normatização pelo CME, quando houver - Autorização, reconhecimento, credenciamento, fiscalização, - supervisão e avaliação dos estabelecimentos do seu sistema de ensino. - Formação continuada de professores em exercício - Fomento à pesquisa
	Municípios integrados ao sistema estadual de ensino:
	- Formulação da política municipal - Coordenação da política municipal - Execução dos programas e das ações - Formação continuada de professores em exercício - Fomento à pesquisa

Quadro 6 Competências e ações nos diferentes níveis de governo.

Fonte: Adaptado pela autora, com base no documento “Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos” (BRASIL, 2006, p. 15).

Ainda, de acordo com a referida política, essas competências são traduzidas no Plano Nacional de Educação (PNE), sobre a Educação Infantil, em diretrizes, objetivos e metas definidos para dez anos, nos aspectos qualitativos e quantitativos. Segundo a Política Nacional de Educação Infantil (2006), a Lei que instituiu o PNE determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios elaborem seus planos decenais. Estes devem, portanto, ser construídos num processo democrático, e participativo, com representação do governo e da sociedade, com vistas a desenvolver programas e projetos nos próximos anos.

Nesse sentido, é possível compreender uma nova concepção de gestão. Se, conforme Kramer (2011), no século XX, as ações eram centralizadas e, com isso, características de um modelo de gestão técnico-científica. Em uma gestão que permite a participação da sociedade, juntamente ao governo, visando o processo de

decisão de modo democrático, só pode ser entendida como gestão democrática participativa, ou seja, aquela que se baseia na relação dinâmica entre a direção e os membros participantes (LIBÂNEO, 2007).

Assim, conforme a Política Nacional, a “Educação Infantil, constituindo um capítulo desses planos, tem seu horizonte de expansão e melhoria definido como obrigação dos sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (2006, p. 16). Nesse sentido, compreende-se a estreita relação entre as esferas administrativas, na qual deve se dar a organização da Educação municipal, estadual e nacional.

No entanto, conforme prevê o caráter investigativo deste estudo, será priorizada a abordagem da organização e incumbência do sistema municipal de ensino, tendo em vista, a gestão do município de Santa Maria-RS para o atendimento da criança de zero a três anos na Educação Infantil. De acordo com a LDB (1996), os municípios devem:

I-organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; II- Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; III – Baixar normas complementares para os seu sistema de ensino; autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V- oferecer a educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela constituição Federal à Manutenção e desenvolvimento do ensino; VI- assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (BRASIL, 1996, Art. 11).

Na mesma direção, a LDB (1996), acrescenta ainda que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas, terão a incumbência de:

I-Elaborar e executar sua proposta pedagógica; II- administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III- assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas; IV- velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola [...] (BRASIL, 1996, Art. 12)

Desse modo, entende-se que, dentro do que propõem as Diretrizes e Bases da Educação nacional, o municípios têm relativa autonomia para organização do seu sistema de ensino. De acordo com Luck (2011), a autonomia

é um dos princípios da gestão educacional, acompanhada da participação, o autocontrole e a responsabilidade.

Nesse sentido, acerca da descentralização na gestão dos sistemas de ensino, Luck (2011) aponta que corresponde à transferência de competência para a escola, ou seja, para que esta possa construir sua autonomia e promovendo a participação da comunidade escolar no funcionamento da mesma. Esta construção seria dar vez e voz à comunidade escolar, bem como, envolver os sujeitos na construção e implementação dialógicas do projeto político-pedagógico. Algo que vai ao encontro da concepção da gestão democrático- participativa.

Assim, reafirma Luck (2011) que a descentralização da organização e a tomada de decisões em educação para a construção da autonomia dependem da construção do espírito de equipe e a gestão compartilhada em todos os níveis e, nas instituições de ensino. Tendo explicitado as responsabilidades dos municípios para com os sistemas de organização do ensino de modo relacionado à União e aos Estados, volta-se o foco então para o apontamento das políticas de Educação Infantil nacionais, bem como, as do município de Santa Maria-RS.

4.1 A Educação Infantil no contexto das políticas nacionais

De acordo com Kramer (2011), a valorização do atendimento à criança aparece com maior ou menor intensidade ao longo de sua história. A autora traz que, inicialmente, o atendimento das crianças das classes dominadas foi médico e sanitário, seguido do assistencial e, com vistas à década de 1970, afirma que, além da assistência médico-sanitária-nutricional e social está o plano educacional. Entretanto aponta que a infância foi vista de forma isolada, sem integração, mas com a responsabilização de um plano sobre o outro pelos problemas enfrentados.

Para a autora, faltaria o reconhecimento de que a precariedade nos planos de saúde, assistência e educação são resultados da estrutura social e modelo econômico capitalista, o qual determina as condições de vida das famílias brasileiras. Assim, o problema não era identificado na sociedade, mas na família ou criança. Esta concebida a partir de um modelo único e abstrato que se concretiza na criança de classe média e, desse modo, o atendimento em geral, visava “remediar”,

nas palavras de Kramer (2011), as defasagens das crianças que não correspondem aos padrões tidos como legítimos.

Entende-se que esta perspectiva direciona para a percepção de infância como universal e, assim, impede a concepção de que, conforme já mencionado, o que existe são infâncias, as quais se diferem em função das vivências das crianças nos grupos culturais em que estão inseridas. A autora aponta ainda que as Diretrizes políticas para a educação pré-escolar tem o caráter de educação compensatória, a qual, com estratégias já ultrapassadas em outros países, em função da internacionalização das políticas. Aquelas, aplicadas em realidades diferentes da brasileira.

Segundo Tomazzetti (1997, p. 83) a educação compensatória funciona como “[...] antídoto para a privação cultural das crianças oriundas de famílias e contextos pobres”. Assim, os programas compensatórios aplicados são tidos como solução para os problemas educacionais e sociais sem que, de fato, sejam procuradas alternativas específicas para as necessidades das crianças e famílias brasileiras. Kramer (2011) trata ainda que tais programas são fundamentados na abordagem da privação cultural, a qual acaba por justificar e reforçar a discriminação nas desigualdades sociais.

De modo geral, a autora afirma que a legislação direcionada à educação pré-escolar é ambígua e omissa em relação à população infantil. Para Kuhlmann Jr (2010),

[...] a história da educação infantil nos mostra um processo contraditório em que a ambiguidade das propostas, desde sua origem e difusão, deixa vislumbrar as potencialidades existentes nas instituições educacionais para as crianças pequenas. Mas também tem sido a história do predomínio da concepção educacional assistencialista, preconceituosa em relação à pobreza, descomprometida quanto à qualidade do atendimento (KUHLMANN Jr, 2010, p. 184).

A educação da criança era vista como um favor aos pobres concretizado através de verbas públicas escassas destinadas às entidades sociais tidas como mediadoras na prestação de serviço à população. Assim, a baixa qualidade era concebida como natural e até mesmo, necessária.

As creches eram o símbolo concreto das lutas; uma conquista que se destinava a romper com o caráter assistencialista até então dominante e, assim, denunciar o precário atendimento educacional destinado às crianças. A pré-escola

também se expandiu e, na mesma perspectiva, os educadores passaram a criticar o assistencialismo da educação compensatória, pois se almejava um ensino de qualidade, preocupado com a educação, o que passa a contrapor assistência e educação (KUHLMANN Jr, 2010).

A creche como local de guarda, cuidados higienistas e assistencial ainda pesava sobre a percepção destinada a estas instituições. Apenas em 1960, com a expansão do trabalho feminino na sociedade foi que se reconheceu as instituições de Educação Infantil como capazes de proporcionar boa educação às crianças. Tal fato levou a recharacterização dessas instituições, as quais passaram a ser vistas como apropriadas para todas as classes sociais.

Segundo Kuhlmann Jr (2010), neste período houve grande demanda por creches nos setores médio e popular da sociedade em busca de estratégias adequadas ao mundo do trabalho e a vida em centros urbanos para a educação de seus filhos. As características desta transformação social faz da Educação Infantil uma política pública, pois a educação da criança, em um espaço institucional, surge para responder a uma necessidade social, após se ter percebido a criança como sujeito que tem direito à educação na infância.

Kramer (2011) aponta que a democratização da educação pressupõe o acesso para todas as crianças. No entanto, a autora traz que, em 1974, uma pequena parcela da população em idade pré-escolar era atendida no setor público e privado. Por isso, defende a educação pré-escolar como direito das crianças das classes sociais dominadas.

A partir do que vem sendo delineado neste estudo como histórico do movimento de constituição da Educação Infantil no Brasil, surge a necessidade de abordar a fundamental participação das políticas públicas e educacionais que a contemplam. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), primeira LDB, traz apenas dois artigos à educação Primária. Já a Lei 5. 692/71 trouxe a necessidade de os sistemas de ensino “velarem” para que as crianças menores de sete anos recebam educação em escolas maternais e jardins de infância. (KRAMER, 2011).

Segundo Kramer (2011), o Parecer 2.018 do Conselho Federal de Educação propõe a elaboração de lei com normas e procedimentos que regulamentem e implantem programas para as crianças em idade pré-escolar carentes, bem como, programas de educação compensatória. O III Plano Setorial de Educação, Cultura e

Desporto, segundo Kramer (2011), não explicita sua proposta para a Educação pré-escolar dos anos 1980-1985, pois sua função seria apontar estratégias e não, traçar diretrizes. Apresenta como problemas:

[...] a ausência de uma política global e integrada de atendimento infantil, a escassa oferta de pré-escolas tanto públicas quanto privadas, a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde, a predominância de enfoque preparatório para o 1º grau, a insuficiência de pessoal docente qualificado, a escassez de programas compensatórios e/ou inovadores avaliados e a predominância de programas escolares sem envolvimento da comunidade e das famílias (KRAMER, 2011, p.100).

Ainda de acordo com esta autora, a ausência de legislação voltada ao pré-escolar caracteriza uma política *estagnada* e *omissa*, com sugestões, mas sem medidas concretas. Nesse sentido, Tomazzetti (1997) reforça o entendimento de que a Educação pré-escolar foi sendo constituída dentro do “espírito preparatório”, de preparar a criança para a escolarização futura.

Isto, segundo Kuhlmann Jr (2010), contribuiu para o desprestígio atribuído à Educação Infantil ao longo de sua história e, em função destas e outras dificuldades de concepções acerca das funções da então educação Pré-escolar, o seu reconhecimento na Constituição Federal e integralização do ensino na LDB caracterizam a superação de obstáculos. Assim, as pré-escolas, e também a creche passou a ser reconhecida como instituição educativa legítima e não somente como equipamento social paliativo, embora, conforme ressalta o autor, sempre esteve dotada de caráter educacional.

A polarização entre assistencial e educacional opõe a função de guarda e proteção à função educativa, como se ambas fossem incompatíveis, uma excluindo a outra [...] As instituições educacionais, especialmente aquelas para a pequena infância, se apresentam à sociedade e às famílias de qualquer classe social, como responsáveis pelas crianças no período em que as atendem. Qualquer mãe que procure uma creche ou pré-escola para educar o seu filho, também irá buscar se assegurar de que lá ele estará guardado e protegido (KUHLMANN Jr, 2010, p. 188).

Da mesma forma que Kuhlmann Jr (2010), outros pesquisadores que dedicam seus estudos às investigações acerca da Educação Infantil também destacam a Constituição Federal de 1988 como marco nas mudanças para esta etapa da Educação. Desse modo, o item a seguir irá delinear a perspectiva histórica das políticas voltadas à Educação Infantil no Brasil e, logo após, em Santa Maria-RS

4.1.1 Da Constituição Federal de 1988 ao PNE (2011-2020): A Educação Infantil no contexto das políticas públicas e educacionais

Rosemberg (2012) afirma que, na segunda metade do século XX, crianças pequenas, entre 0 e 5-6 anos de idade, passaram a compartilhar experiências educacionais sob a responsabilidade de um adulto, na grande maioria mulheres, em creches, pré-escolas e jardins de infância. Fato este que despreendeu a educação e o cuidado da criança do espaço doméstico e da exclusiva responsabilidade familiar.

Desse modo, no referido período, Rosemberg (2012, p. 13) afirma que houve tendência à extensão da educação institucional antes da escolaridade e, em relação à Educação Infantil, “[...] a concepção de que ela constitui um bem, uma conquista, um direito da criança [...]”. De acordo com Nunes e Corsino (2009, p. 15), o direito da criança à educação, desde que nasce, está previsto na Constituição Federal de 1988, sendo fruto de, “longo processo de transformações sociais e de conquistas”.

Conforme essas autoras, a Educação Infantil que era direito somente das crianças filhas de mulheres trabalhadoras, a partir desta Constituição passa a ser direito de todas crianças e, por elas mesmas. Nesta direção, Rosemberg (2012) também aponta que o reconhecimento da Educação Infantil no Brasil como instituição pública veio através da referida constituição, tida como “cidadã”.

Flores (2010) traz que a década de 1980 foi um marco na configuração de direitos. Afirma que, neste período, movimentos sociais repercutiram no ordenamento legal para a Educação, buscando a implementação de novas políticas em um processo de redemocratização do país, dentre estes, menciona o movimento dos trabalhadores na luta pela educação de qualidade para todos.

Assim, vincula a pressão social à criação de programas de governo, exemplificando o crescimento expressivo do atendimento educacional da criança de zero até seis anos. Para Kuhlmann Junior (2010), as instituições de Educação Infantil como dever do Estado com a Educação foi expresso na Constituição Federal de 1988: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV¹² – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988). Segundo o autor, a formulação era almejada desde o final dos anos 1970 por todos aqueles que lutaram pelas creches e pré-escolas, ou seja, pela Educação Infantil como direito.

¹² Redação determinada pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

Em relação à Constituição Federal de 1988, Flores (2010) aponta que esta é a primeira legislação que trata a criança pequena como sujeito de direito e estabelece como dever do Estado garantir o atendimento em creches e pré-escolas; “Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: “[...] IV educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade¹³” (BRASIL, 1988).

Na década de 1990; marcada por reformas na Educação, segundo Flores (2010), em função da organização da sociedade civil e do direito da criança à creche e pré-escola regulamentado pela Constituição, foi criado Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Também representativo da ação das forças sociais para garantir os direitos das crianças, o que reforça o período de visibilidade e preocupação com os sujeitos na vivência da infância.

Nunes e Corsino (2009, p. 19-20) entendem que a implementação deste estatuto configura a infância brasileira como “[...] tempo especial da existência social dos indivíduos, definido a partir do reconhecimento da criança como ser social que necessita ser protegido e amparado”. Em seguida, a lei 9.394/96 instituiu novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, define a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica e regulamenta o atendimento em creches e pré-escolas.

Em 1998, com caráter instrumental e didático, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI foi produzido, em três volumes. No primeiro e introdutório, consta a reflexão sobre creches e pré-escolas, no Brasil, com ênfase nas concepções de criança, educação, instituição e profissional; o segundo refere-se à experiência, formação pessoal e social que visa favorecer os processos de construção da autonomia e identidade das crianças. Por fim, o terceiro; refere-se à experiência de conhecimento de mundo orientando para a construção das diferentes linguagens: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

No ano seguinte, em 1999 foi publicado no Diário Oficial da União o Parecer CNE/CEB 22/1998, o qual traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Retomando o direito à educação básica expresso na Constituição Federal de 1988 e, na Lei 9394/96 (LDBEN), define as Diretrizes como uma política nacional

¹³ Inciso IV com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 53/2006.

para a infância e, tendo em vista o modo sucinto como é contemplada nas políticas anteriores, esclarece que;

[...] as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil contemplando o trabalho nas creches para as crianças de 0 a 3 anos e nas chamadas pré-escolas ou centros e classes de educação infantil para as de 4 a 6 anos, além de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, estabelecerão paradigmas para a própria concepção destes programas de cuidado e educação, com qualidade (BRASIL, 1998).

O Parecer, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, visou orientar a construção das propostas pedagógicas, as quais deveriam nortear as práticas dos educadores. De acordo com Oliveira (2011), ainda na década de 1990, ao final do governo FHC, a educação no Brasil estava com a gestão fragmentada, com programas para públicos específicos, com políticas dispersas, temporárias e que se caracterizam mais como de governo¹⁴ do que de Estado.

Segundo a autora, neste governo, foi possível empreender uma série de reformas no âmbito do Estado em busca de racionalização e modernização. Estas permeadas pela privatização de empresas estatais e mudanças na gestão das políticas públicas. No mesmo sentido, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006 revelou atenção voltada somente ao Ensino Fundamental.

Neste ritmo de mudanças, o século XXI, trouxe o Plano Nacional da Educação (PNE). A lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001 aprovou a PNE (2001), com duração de dez anos. Na referida lei que estabelece o Plano (2001-2010), a Educação Infantil é amplamente contemplada. Conforme Oliveira (2011), a aprovação do PNE ocorreu em um processo de tramitação turbulenta, com idas e vindas e embates entre governo e setores em defesa da educação.

Apesar de ser destacado o crescimento da Educação Infantil em nível global, bem como, abordadas questões relativas às particularidades do atendimento educativo da criança de zero a seis anos, a lei 10.172 expõe um diagnóstico da

¹⁴ Conforme Oliveira (2011), políticas de governo são as que o Executivo decide, em um processo de formulação e implementação, com programas e medidas a fim de responder demandas da política interna. As políticas de Estado passam por várias instâncias e resultam em mudanças com base em questões preexistentes, atingindo setores mais amplos da sociedade.

situação das matrículas e aponta um decréscimo de cerca de 200 mil na pré-escola, o que persistiu em 1999. Fato que é atribuído ao FUNDEF, financiamento que contemplava o Ensino Fundamental separadamente das demais etapas da educação.

Nesse sentido, entre as metas propostas no PNE (2001-2010), estava a preocupação com o acesso à Educação Infantil;

1. Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos (BRASIL, 2001).

Nas demais metas, é possível perceber a preocupação também com a qualidade deste atendimento, com propostas de organização dos espaços, mobiliários, formação de professores e outros. De acordo com Oliveira (2011), no governo Lula, a lógica de fragmentação do atendimento educacional se manteve no primeiro mandato, com políticas de assistência e compensação, e programas sociais para os pobres. Conforme a autora, foram poucas as políticas regulares, permanentes e dirigidas à educação da população.

Em 2006, foi lançada a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação, contendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias. Dentre as questões que aborda, está a necessidade de garantia de espaço para o atendimento da criança na Educação Infantil;

[...] é imprescindível garantir que as salas continuem disponíveis para a Educação Infantil, não sendo utilizadas para o Ensino Fundamental e tampouco transformadas em salas de alfabetização. A inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, no entanto, não pode ser efetivada sem que sejam consideradas as especificidades da faixa etária, bem como a necessidade primordial de articulação entre essas duas etapas da Educação Básica (BRASIL, 2006).

Tal ênfase se dá em função da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, através da lei 11.274/2006. Com isso, as crianças de seis anos, maior representatividade das matrículas da Educação Infantil, conforme a política, passam a integrar a etapa posterior do ensino. No mesmo ano, como cumprimento de uma das metas do PNE, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), em dois volumes, trazem a referência para a qualidade no desenvolvimento das práticas pedagógicas em Educação Infantil.

Ainda no ano de 2006, o Ministério da Educação – MEC cria os Parâmetros Básicos de infra-estrutura para as instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) oferecendo assim, aos gestores da educação (prefeitos, secretários, diretores, coordenadores, professores, pais, crianças) um documento capaz de orientá-los em relação a construção, reforma e organização dos espaços institucionais destinados à educação das crianças pequenas. Em relação à políticas nos planos de governo, para Oliveira (2011) o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE foi a primeira grande iniciativa no governo Lula.

Repleto de programas para toda a educação básica e não somente uma de suas etapas, o PDE, segundo a autora, procurou dar direção à política educacional brasileira de modo integrado. Conforme está expresso, com visão sistêmica de Educação, o PDE também pode ser apresentado como plano executivo, como conjunto de programas que visam dar consequência às metas do PNE. Nesse sentido, toma a educação como processo de socialização voltado para a construção da autonomia dos indivíduos, desde a creche até a pós-graduação.

No sentido de corresponder à proposta de visão sistêmica do PNE, bem como, tornar possíveis as ações, entra em vigor, no ano de 2007, com a previsão de se estender até 2020, o novo fundo de financiamento da educação. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, destinado ao atendimento da educação básica como um todo, desde à creche ao ensino médio, substituto do FUNDEF.

Dentre as inovações trazidas pelo Fundo, está o Programa Proinfância, destinado, exclusivamente à Educação Infantil, pois financia a expansão física da rede pública de atendimento e, desse modo, viabiliza o atendimento das metas propostas pelo PNE (2001-2010). Assim, a Resolução CD/FNDE nº 06, de 24 de abril de 2007, estabelece as Diretrizes e orientações para execução e assistência financeira no Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA.

Desde então, o Programa, na parceria entre a União e os municípios, tem, através da adesão ao Programa de Ações Articuladas – PAR, auxiliado na expansão da oferta das vagas na Educação Infantil em todo o país. Atualmente, o mesmo encontra-se em amplo processo de implementação e, em diferentes estágios de desenvolvimento, conforme as gestões municipais. Somado a meta do PNE (2001-2010) de ampliação da oferta na Educação Infantil, assim como o FUNDEB que

atende desde as creches, o Programa Proinfância e as questões referentes a Educação Infantil presente nas políticas destacadas, configuram-se em um conjunto de ações para que seja possível a implementação do que foi previsto a partir de 2009 na Emenda Constitucional nº 59.

Alterando a Constituição Federal de 1988, a Emenda torna a Educação Básica obrigatória dos quatro aos dezessete anos de idade. Esta medida faz com que somente parte da Educação Infantil; dos quatro aos cinco anos seja obrigatória, o que gera consequências para esta etapa da Educação Básica. No mesmo ano, mais duas políticas específicas para a Educação Infantil foram instituídas.

Os Indicadores de Qualidade e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Estes se constituem em instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições, através de um processo participativo e também, objetiva traduzir, de modo detalhado, os parâmetros; política criada em 2006, mencionada anteriormente, em indicadores operacionais para contribuir no trabalho dos educadores, nas escolas e comunidades. Tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs são fixadas por meio da Resolução CNE/CEB nº 05, de 2009.

Esta política atual, mencionada na parte introdutória deste texto, é o documento orientador das práticas pedagógicas em Educação Infantil neste século. Portanto, entende-se que devem ser tomadas como base para a estruturação das propostas pedagógicas nas escolas e, de modo coerente, nos planejamentos e organização das atividades pelos educadores infantis de modo que:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Segundo Vieira (2010), no ano em que findou a vigência do PNE (2001-2010) ocorreu a Conferência Nacional de Educação – CONAE. Momento em que foram referendadas propostas para o novo Pacto Federativo (2011-2020) e, em específico, para a Educação Infantil. O projeto de lei 8.035, de 2010 aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. O mesmo contempla a Educação de modo geral com metas e estratégias contemplando também, a Educação Infantil.

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a cinquenta por cento da população de até três anos (BRASIL, 2010).

Como propostas para atingir tal meta, o novo PNE traz nove estratégias. Dentre estas, as que podemos relacionar diretamente às políticas anteriormente citadas:

[...] 1.2) Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas. 1.3) Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola. [...] 1.5) Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil. 1.6) Estimular a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e cursos de formação de professores para a educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de quatro e cinco anos [...] 1.9) Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil (BRASIL, 2011, p.23-24).

Em relação à estratégia 1.2, pode-se dizer que está diretamente relacionada ao programa de ampliação da rede física de unidades de Educação Infantil, ou seja, o Proinfância. Entende-se que tanto este Programa, ao oferecer a estrutura de novas escolas, quanto a estratégia 1.3 estão relacionados à política dos Parâmetros Básicos de infra-estrutura para estas instituições. Do mesmo modo em que a estratégia 1.5, demonstra ainda a preocupação não só com o acesso e a infraestrutura, mas com a qualidade do atendimento, pensando a formação dos professores e a inclusão, necessidades atuais.

Como política mais recente, em 2013, a lei 12.796 alterou a lei 9.394/96 (LDBEN) em função das modificações ocasionadas por meio das políticas educacionais decorrentes desse período. A partir da ampliação do ensino fundamental para nove anos e com a obrigatoriedade da educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade, a lei traz que:

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4

(quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola [...] Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 2013).

Tomando como base as políticas mencionadas neste capítulo, nota-se um percurso histórico e evolutivo da Educação Infantil. Assim, em processo de expansão, esta vem ganhando destaque nos planos de governo e nas políticas de Estado por meio de ações e programas que visam não só ampliar o acesso, mas também, garantir a qualidade do atendimento educativo destinado às crianças de zero a cinco anos de idade.

E no município de Santa Maria-RS, como estas políticas tem sido implementadas?

4.2 As políticas santa-marienses para a Educação Infantil: um estudo da gestão municipal.

De acordo com o que foi sendo delineado nos capítulos anteriores, entende-se a gestão educacional, em sentido macro, como a gestão do sistema de ensino, neste caso, do sistema municipal de ensino municipal, portanto, no microcontexto local (MAINARDES, 2007; LUCK, 2011). Para Luck (2011), este é o processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e também, de coordenação das escolas.

Isto, de modo relacionado às diretrizes e políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, observando os princípios da democracia e métodos que organizem e criem ambiente educativo com autonomia, participativo e compartilhado, com autocontrole e transparência. Assim, retoma-se a ideia de processo de gestão democrático-participativa (LIBÂNEO, 2007).

Já que, segundo Luck (2011), a gestão orienta-se por princípios democráticos, ou seja, com a participação consciente e esclarecida nas decisões sobre orientação, organização e planejamento do trabalho articulados à sua implementação. Tomazzetti (1997), entende que as políticas públicas podem se

traduzir em diversos diferentes documentos que representam um projeto municipal para a Educação Infantil, como se investiga, neste estudo.

A partir deste entendimento, tem-se a Lei Municipal nº 4123/97, de 22 de dezembro de 1997, a qual cria o Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria:

Art. 2º - Integram o Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria: I - Secretaria de Município da Educação; II - Conselho Municipal de Educação; III - Escolas Municipais do Ensino Fundamental; IV- Instituições de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público Municipal e pela iniciativa privada; V - Escolas de Ensino Profissionalizante da Rede Municipal. Art. 3º - Compete ao Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria, Planejar, Organizar e Implementar as Políticas Educacionais Públicas.

Afirmando a perspectiva de gestão apresentada, a referida Lei traz que “Art. 6º. A Lei Municipal regulamentará a gestão democrática nos Estabelecimentos Municipais de Ensino [...]”. A seguir, tem-se a primeira política municipal voltada à Educação Infantil em específico, a qual regulamenta a atuação do Conselho Municipal.

A Resolução CMESM nº 2, de 30 de junho de 1999, fixa normas para a Educação Infantil no sistema municipal de ensino de Santa Maria, conforme “Art 1º - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, constitui direito da criança de zero a seis anos, dever do Poder Público Municipal e da sociedade civil” (p.1). E ainda:

Art. 3º - A Educação Infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes para crianças de zero até três anos de idade; II – pré – escolas, para crianças de quatro a seis anos. [...] § 2º - As instituições de Educação Infantil que mantêm, simultaneamente o atendimento a crianças de zero a três anos em creches e de quatro a seis anos em Pré – escola, constituirão Centros ou Escolas de Educação Infantil com denominação própria (p. 2).

Esta aponta como finalidade da Educação Infantil o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade com o objetivo de oferecer a criança espaço adequado e estimulador ao seu desenvolvimento, promovendo sua adaptação como cidadão consciente de seus direitos e deveres.

Assim, entende por criação, o ato “pelo qual a mantenedora formaliza a intenção de criar e manter uma instituição de Educação infantil e se compromete a sujeitar seu funcionamento às normas do Sistema Municipal de Ensino” (Resolução

nº 2 CMESM, art. 6º). No entanto, afirma que o ato de criação não autoriza o funcionamento, o qual depende da aprovação do Conselho Municipal de Educação e, desse modo, reforça a importância de atuação do referido órgão municipal.

De acordo com a política municipal “A autorização de funcionamento, através de Parecer, é o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação permite o funcionamento da instituição de Educação Infantil, enquanto atendidas as disposições legais pertinentes” (Art.7º). Do mesmo modo em que é necessário dispor sobre a criação e funcionamento, tem-se:

Art. 9º - A desativação das instituições de Educação Infantil, autorizadas a funcionar, poderá ocorrer por decisão da mantenedora, em caráter temporário ou definitivo, devendo atender legislação específica a ser definida pelo Sistema Municipal de Ensino.

Em caráter regulamentar, a Resolução irá dispor ainda, dentre outros aspectos, sobre os espaços. Estes serão projetados de acordo com a proposta pedagógica da instituição de modo a favorecer o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos, respeitadas suas necessidades e capacidades. Acrescenta que, em se tratando de turmas de Educação Infantil, em Escolas de Ensino Fundamental, alguns espaços devem ser exclusivo para crianças de zero a seis anos e outros ser compartilhados, porém com ocupação em horário diferenciado e, respeitada a proposta pedagógica.

Ao encontro das especificidades da Educação Infantil, o município apresenta as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal Educação Infantil - DCMEI (2008) justificado seu surgimento pelo fato de que:

O processo de construção esteve pautado no fato da Educação Infantil estar assumindo um caráter pedagógico a partir do momento que passou para a Secretaria de Educação e na Proposta de Educação Cidadã: compromisso de todos, fundamentada nos princípios básicos da democratização, qualificação, inclusão e emancipação (SANTA MARIA, 2008, p. 5).

Retratando o processo evolutivo vivenciado, traz que:

[...] foram evidenciadas e reconhecidas importantes conquistas alcançadas nos últimos anos em relação ao processo histórico vivido. Estão entre elas: a incorporação da Educação Infantil à Secretaria de Município da Educação; a inserção de profissionais com formação específica da área em escolas para a docência e em setores responsáveis na Secretaria de Município da Educação visando a qualificação do trabalho; a participação dos profissionais que atuam na Educação Infantil nas Formações Continuidas

propostas pela Secretaria de Educação e nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs); a abertura de turmas de Educação Infantil nas Escolas de Ensino Fundamental, aumentando do acesso das crianças a esse nível educacional; a ampliação de salas e construção de novas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs); coordenação pedagógica nas EMEIs; professores com habilitação e por turno; elaboração das Propostas Pedagógicas e Regimentos; eleição de diretores; a realização de eventos específicos envolvendo todos os profissionais que atuam na Educação Infantil; gestão democrática; escolarização da merenda; Educadoras Especiais atuando na Educação Infantil e aumento do número de matrículas de crianças com necessidades Educacionais Especiais (idem).

Assim, como apresenta os avanço alcançados, as Diretrizes Municipais apontam também desafios futuros, dentre estes:

[...] continuar com a ampliação de vagas para atender à demanda prevista pela lei da universalização; rever a demanda da faixa etária dos zero aos três anos (0 –3 anos) [...]; cadastro das escolas que atendem esta faixa etária e não pertencem à Rede Municipal; permanência de profissionais qualificados atuando na Educação Infantil nos dois turnos; dar continuidade à articulação das Escolas Municipais de Educação Infantil com as Escolas de Ensino Fundamental, possibilitando que as crianças tenham Educação Infantil de qualidade onde quer que seja ofertada no município (idem).

Além de demonstrar estas preocupações, as DCEMEI (2008) retomam as políticas nacionais voltadas à Educação Infantil, tratam ainda sobre a concepção de Educação Infantil relacionada a de criança e infância. Assim, entende:

A criança é, enquanto ser, situado historicamente num grupo sócio-cultural, sujeito social cujas definições vêm evoluindo à medida que evoluem as formas de organização social. Desenvolve-se, portanto, tanto nas dimensões individuais: física e psicológica, como um ser sensível, afetivo, social, cognitivo, quanto na dimensão coletiva, como ser social relacionado com o meio. Este entendimento autoriza a compreender a criança pequena como alguém que tem uma maneira própria de pensar, sentir, ser e relacionar-se qualificadamente diferente do adulto. Por isso, as características próprias do desenvolvimento infantil precisam ser conhecidas e consideradas no momento de construção das propostas educativas para as crianças de zero a cinco anos (0-5 anos) (SANTA MARIA, 2008, p. 8).

Acrescenta ainda que, desse modo, conceber Educação Infantil consiste em saber como a criança pensa, o que ela deseja, de que necessita e, de que modo, propor estratégias pedagógicas para que possa crescer e se desenvolver como cidadã. Em relação à organização curricular, traz que a Educação Infantil, na Rede

Municipal, desenvolve-se nas EMEIs, as quais atendem crianças desde os seis meses de idade, em turmas de Berçário, até cinco anos, em turmas de Pré-Escola.

Mencionam ainda o convênio com quatro instituições (Escola de Educação Infantil Nossa Senhora das Vitórias, Escola de Educação Infantil Ida Bertiotti, Escola de Educação Infantil Santa Rita de Cássia, Escola de Educação Infantil Nosso Lar – que já não funciona mais como conveniada – Decreto Executivo 68/2012), bem como, as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) que possuem turmas de Educação Infantil (Duque de Caxias, Lívia Mena Barreto, Miguel Beltrame, Dom Antonio Reis, Adelmno Simas Genro, São João Batista, Erlinda Minóggio Vinadé, Professor Sergio Lopes, João de Maia Braga e Santa Flora).

Três anos mais tarde, tem-se outro documento, a Resolução CMESM Nº 30, de 21 de novembro de 2011, a qual define Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS.

As Diretrizes Curriculares Municipais objetivam a articulação do processo de organização da Educação Básica, a [re]estruturação dos projetos político pedagógicos das escolas, bem como a adequação e o cumprimento da legislação educacional. É premente uma [re]orientação curricular para as escolas que integram o Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria, no sentido de que seja observada a legislação pertinente, bem como as características do contexto do município (Resolução CMESM Nº 30, 2011, p.1).

Assim, aponta que escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino deverão fundamentar suas ações pedagógicas nos princípios de: ética, justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; respeito à dignidade humana e no compromisso com bem de todos; o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania; busca da equidade no acesso à educação, saúde, trabalho e aos bens culturais; diversidade de tratamento visando a igualdade de direitos entre os que apresentam necessidades especiais; cultivo da sensibilidade, racionalidade, enriquecimento das formas de expressão e exercício da criatividade e outros.

De acordo com as orientações didático-metodológicas afirmam que a Educação Infantil deve priorizar o desenvolvimento integral da criança, por meio do binômio cuidar e educar, considerando a integração de diferentes e estabelecendo as bases da personalidade humana, inteligência, afetividade e socialização. Acrescentam que as características do desenvolvimento infantil devem ser conhecidas e consideradas na construção das propostas educativas.

Esta, portanto, dispensa a fragmentação de conteúdos e a compartimentalização de aprendizagens estabelecidas em etapas para determinado tempo. Os conhecimentos, processos e habilidades associados ao desenvolvimento requerem, segundo a Resolução nº 30 (2011), abordagem pedagógica específica as fases do desenvolvimento.

Assim, aponta que a abordagem metodológica na Educação Infantil deve basear-se a partir de situações “[...] desafiadoras, ativas, estimulantes, lúdicas e significativas, as quais propiciem à criança a descoberta do mundo, do outro e de si mesma, através das quais os conteúdos das diversas áreas, valores e regras de convivência sejam aprendidos” (p. 4). Reforça que deve basear-se no lúdico, no acesso diferentes formas de comunicação e estímulos nos diferentes aspectos, bem como, na convivência com as diferenças, pautadas pela afetividade nas relações interpessoais, no respeito e na valorização da criança.

Nesse sentido, dispõe ainda acerca das particularidades da avaliação, a qual deve ocorrer de modo processual e contínuo, com a valorização da criança por ela mesma e não, em sentido de comparação. Em conformidade com as políticas nacionais vigentes, estabelece o atendimento.

Art. 15 – A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, constitui direito da criança de zero a cinco anos e onze meses, dever do Estado, especialmente do Poder Público Municipal e da sociedade civil [...] Art. 17 – Em acordo com a legislação vigente, a educação infantil deverá ser ofertada em: I – creche, para crianças com idade de zero até três anos e onze meses; II – pré-escola, para crianças com idade a partir de quatro anos com duração de dois anos (Resolução CMESM nº 30, 2011, p.5).

Conforme a Resolução, a Educação Infantil, na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, desenvolver-se-á em Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), com atendimento para crianças a partir de seis meses, em turmas de berçário, até cinco anos e onze meses, em turmas de pré-escola; em Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), com atendimento a partir do maternal até a pré-escola; e, em Escolas de Educação Infantil Conveniadas (EEIs), as quais atendam crianças desde os seis meses, em turmas de berçário até cinco anos e onze meses de idade, nas turmas de pré-escola.

Recentemente, em 30 de setembro de 2013, foi criada a Lei Municipal nº 5798, a qual institui a “Semana Municipal da Educação Infantil”.

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Educação Infantil na segunda quinzena de agosto de cada ano, em consonância ao artigo 1º da Lei Federal nº. 12.602, de 03 de abril de 2012, que Institui a Semana e o Dia Nacional da Educação Infantil. [...]. Art. 4º A Semana Municipal da Educação Infantil será organizada pela Secretaria de Município da Educação, Secretaria de Município da Saúde, Secretaria de Município do Desenvolvimento Social, Secretaria de Município da Cultura, Secretaria de Município Esporte e Lazer, Secretaria de Município de Meio Ambiente e por uma Comissão Organizadora composta de representantes das Escolas Municipais de Educação Infantil (LEI nº 5798, 2013).

Após o destaque destas políticas municipais, voltadas à Educação Infantil, é possível perceber a movimentação, em termos de gestão, para o atendimento à esta etapa da Educação. Sendo assim, no quinto capítulo, serão discutidos os resultados desta investigação, bem como apontadas as reflexões acerca do atendimento das crianças de zero a três anos.

Em relação à expansão das escolas de Educação Infantil no município, o jornal local¹⁵, traz a notícia de que das dez creches previstas pelo Programa Proinfância¹⁶, apenas uma está em obras, a Monte Belo, sendo que mais outras quatro estão para ter suas obras iniciadas ainda no mês de abril (Maringá, Medianeira, Residencial Lopes e Nova Santa Marta). De acordo com a fonte, com o investimento de 14 milhões, o programa irá criar 1,5 mil vagas para crianças entre 0 e 5 anos de idade.

Segundo o jornal, o início das obras já foi adiado duas vezes, sendo as duas previsões anteriores, outubro de 2013 e fevereiro de 2014. Em um primeiro momento, seis unidades de Educação Infantil seriam construídas, mas atualmente, cinco obras é que serão iniciadas, por decisão conjunta entre a prefeitura municipal e a empresa responsável pela construção, já que, neste período, outros cinco terrenos são preparados por equipes da prefeitura para as futuras obras (Vila Oliveira, Vila Jardim, Estação do Ventos, Campestre, Menino Deus e Nonoai). O informativo revela ainda a garantia, por parte do gerente de desenvolvimento da empresa MVC, que todas as obras serão concluídas em 2014.

No entanto, a secretária de educação do município, é mais cautelosa e afirma que não é possível essa garantia, tendo em vista fatores climáticos e outros, mas que será feito o possível para que isto ocorra. Além destas dez, há outras duas unidades que já haviam iniciado as obras, estão paradas (Vila Brenner e Loteamento

¹⁵ Jornal "Diário de Santa Maria", capa e p. 10, 27 de março, 2014. Edição impressa.

¹⁶ Ver página 88

Cipriano da Rocha). Na Cipriano, a obra que começou em 2011, mas no ano seguinte foi parada. Na vila Brenner, a obra iniciou em 2012, mas também, por motivos de rescisão de contrato, não está progredindo.

De acordo com a fonte, a previsão de conclusão das obras na unidade já iniciada é de 5 a 8 meses. Ao ter início o seu funcionamento, a instituição poderá atender 120 crianças em período integral ou 240 em dois turnos, assim como as outras quatro unidades que estão para ser construídas. Com isso, nota-se que há a perspectiva de ampliação das vagas para a Educação Infantil no município, via auxílio financeiro por meio da ampliação da estrutura física das Unidades de Educação Infantil através do programa Proinfância.

5 É PRECISO OLHAR O TODO PARA ENXERGAR AS PARTES: COMPREENDENDO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA DE ZERO A TRÊS ANOS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

*O essencial é invisível aos olhos,
e só se pode ver com o coração [...]*

O pequeno príncipe

Conforme prevê o novo paradigma, Gestão Educacional é o processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo, em caráter amplo e abrangente, ou seja, nas esferas federal, estadual e municipal e, de coordenação das escolas - as partes -, relacionados com as diretrizes e políticas educacionais públicas e projetos pedagógicos das escolas, atentando para os princípios da democracia e métodos que organizem e criem ambiente educativo com autonomia, participativo e compartilhado, com autocontrole e transparência - princípios. Este processo, constitui área estrutural de ação na determinação da dinâmica e qualidade do ensino (LUCK, 2011).

Tendo em vista este pressuposto teórico, entende-se que o fenômeno da gestão educacional pôde ser contemplado sob várias perspectivas conceituais ao longo deste estudo. Isto, em função de que a pesquisa visou compreender a dinâmica do sistema de ensino sobre a primeira etapa da educação básica em nível municipal e, para tanto, partindo sempre de uma dupla análise: do macro para o micro contexto, e do micro para o macro contexto. Ou seja, a estruturação dos aspectos históricos e também políticos foi sendo delineada a partir de um paralelo entre o contexto brasileiro e o santa-mariense.

Esta construção com características de temporalidade e fatores sociais, contemplou, assim, desde questões gerais, como as responsabilidades de cada uma das esferas do poder público na organização do sistema de ensino, até os Regimentos Escolares e Projetos Político-Pedagógicos ou Projetos Pedagógicos-Curriculares das escolas municipais de Santa Maria-RS. Estes, entendidos como instrumentos e processos de organização das escolas que possibilitaram perceber além de objetivos, valores e estruturas, também informações como o contexto histórico, político e social em que foram criadas, algo que se fazia de central importância neste estudo (LIBÂNEO, 2008).

Ainda na perspectiva de compreender os pressupostos da Gestão Educacional, foram também contempladas políticas públicas e educacionais. Assim como o surgimento das primeiras instituições de Educação Infantil, as políticas voltadas para a educação na infância foram sendo trazidas em perspectiva de surgimento e, tendo em vista as mudanças sociais que configuraram novas demandas para a Educação Infantil.

Relativo a estas prerrogativas legais, situou-se a abordagem do “ciclo de políticas” (MAINARDES, 2007). Esta, tomada não como metodologia de análise dos contextos em que se desenvolveram e originaram as políticas, mas para fins de compreensão teórica de que as mesmas surgem em função das necessidades sociais, no contexto da influência. A partir das discussões em encontros, seminários, fóruns e outros, ocorre, em perspectiva democrática, o contexto da produção de texto da política, a qual será instituída no contexto da prática, neste caso, nas escolas de Educação Infantil.

Desse modo, conforme prevê esta abordagem teórico-metodológica, assim como o paradigma da gestão educacional, as políticas mencionadas partiram do âmbito macro para o micro, ou seja, visando perceber o contexto brasileiro, no qual foram contempladas as políticas de caráter mais abrangente, assim como no contexto local, foram evidenciadas políticas santa-marienses voltadas à gestão da Educação Infantil Municipal. Nesta direção, entendemos que isto permitiu compreender como o município organiza seu sistema de ensino na Educação Infantil para a criança de zero a três anos. Na mesma lógica, destaca-se que foram mantidas as informações e dados referentes à Educação Infantil com um todo, de zero a cinco anos, conforme a política em vigência atual DCNEIs (BRASIL, 2009).

Esta decisão ocorreu em função da necessidade de compreender questões históricas e políticas da Educação Infantil em sua perspectiva global para que, posteriormente, pudesse ser feito o recorte e análise com base contextual e não isolada, de modo a gerar fragmentações. Assim, acrescenta-se que os dados levantados permitem, inclusive, realizar comparações em relação ao atendimento, conforme as faixas etárias, no contexto da educação nacional, o que não só oportuniza responder ao problema proposto inicialmente, mas permite outras reflexões complexas e indispensáveis.

Com base nos dados do atendimento educativo dos zero aos cinco anos de idade, pôde-se então, perceber questões históricas e políticas que configuram a

atual Educação Infantil e, sobretudo, permitiu compreender a gestão da Educação Infantil para a criança de zero a três anos no município de Santa Maria-RS.

5.1 A Educação Infantil nas perspectivas assistencialista, de privação cultural e educação compensatória em Santa Maria-RS para a criança de 0 a 3 anos

A partir do que propõem os autores Kulhmann Jr. (2010) e Kramer (2011), pode-se compreender que a Educação Infantil brasileira teve início com fins assistenciais que visavam suprir necessidades de higiene, alimentação, saúde, cultura e segurança das crianças. Processo que ocorreu a partir de transformações sociais como a urbanização da sociedade brasileira, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a redução do número de integrantes nas famílias e outros (ROSEMBERG, 2012).

Neste período, início até meados do século XX, a Educação Infantil foi marcada então pela baixa qualidade, “uma educação pobre para os pobres” e vista como um momento de antecipação da escolarização. A não-vinculação ao sistema educacional, mas ao assistencial também gerou atraso no reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento das crianças e assim, de sua valorização enquanto momento de educação (KULHMANN Jr, 2010; KRAMER, 2011).

Conforme delineou-se em perspectiva histórica e também política, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que esta passou a ser reconhecida como direito, não mais em função das necessidades dos adultos, mas das crianças, tendo em vista o reconhecimento científico e político de que é um sujeito com especificidades e particularidades. Algo que o afasta significativamente dos entendimentos anteriores como adulto em miniatura, ou “*vir a ser*”.

Considerada a “Constituição Cidadã”, além de apontar a Educação Infantil como direito à educação na infância, o período que decorreu de sua promulgação em um momento de democratização do país, trouxe as políticas públicas e educacionais mais significativas para o atendimento a este público (NUNES e CORSINO, 2006; FLORES, 2010). Nesse sentido, entende-se que o histórico das escolas de Educação Infantil de Santa Maria-RS revelam conformidade com os aspectos apresentados em âmbito nacional.

O registro encontrado da primeira escola é do ano de 1957 – Escola Municipal de Educação Infantil Darcy Vargas -, fundada com o apoio da Legião Brasileira de Assistência - LBA, a qual prestava assistência social ao atendimento exclusivo da maternidade e infância pela família, constituindo-se assim, um órgão do Estado (KRAMER, 2011).

De modo conveniado, conforme traz a LDB/1996), a Escola Nossa Senhora das Dores, que pertencia a uma Paróquia, assim como a Escola Chácara das Flores também vinculada à outra igreja, tinha como entidade mantenedora a Mitra Diocesana através do Banco da Esperança, e visava oferecer assistência e educação às crianças com atividades de alimentação, recreação, proporcionando um ambiente religioso e o crescimento na fé e moral (atualmente está fechada). A Chácara das Flores, além de mencionar o convênio com a Mitra Diocesana, esclarece que, por meio deste, a Prefeitura Municipal é responsável por manter o corpo docente, estagiários e o quadro de pessoal trabalhando.

Nesse sentido, identifica-se a vinculação destas Escolas de Educação Infantil santa-marienses à religiosidade não só na formação das crianças, mas na estrutura e manutenção das escolas por meio de cedência da estrutura física. Aspecto que fica evidente no caso da Escola Municipal Ida Bertioti, cujo terreno foi adquirido pelo padre Ézio Bertioti e foi ele seu fundador. Neste caso, além da vinculação religiosa, nota-se a ausência de ações políticas para a efetivação da educação institucional das crianças (KRAMER, 2011).

Já a Escola Municipal Casa da Criança iniciou suas atividades como parte integrante de uma unidade sanitária, denominada Centro Social Urbano, vinculada esta à Secretaria de Bem Estar Social e, à Secretaria de Educação somente a partir da implementação da LDB (1996), assim como a escola Raul Marinho e outras. Os estudos desenvolvidos numa pesquisa de mestrado por Tomazzetti (1997) apresentam mais detalhadamente as questões de vinculação política e pedagógica das escolas e creches do município nesse período histórico, permitindo compreender que a Secretaria de Bem Estar Social cuidava das creches e pré-escolas.

Tendo em vista os apontamentos de Kulmann Jr (2010), este surgimento da escola de modo apenso à unidade sanitária, também lembra o surgimento das creches junto às fabricas e, desse modo, sustentada pela perspectiva assistencialista. O mesmo ocorreu com a Escola Angela Tomazzetti, fundada em

1994, tendo seu prédio construído em terreno escriturado pela prefeitura e inaugurada como Unidade Sanitária que atuava como posto de saúde. A seguir, passou a funcionar como creche e somente em 1999 passou a integrar o sistema municipal de ensino.

Na mesma lógica, a Escola Municipal Montanha Russa iniciou suas atividades de modo precário nos fundos de uma capela, como parte do Centro de Bem Estar do Menor – CEBEM, atendendo crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos com atividades de assistência e educação. Dentre estas, oferecia aulas de reforço escolar, suplementação alimentar e, desse modo, entendia que evitava que as crianças permanecessem nas ruas, ou seja, exercia a função de guarda e proteção (KRAMER, 2011). Em 1982, o CEBEM estendeu suas atividades às crianças de 6 anos, cujas mães precisavam trabalhar e não tinham condições de cuidar, exercer a guarda constante e alimentar as crianças.

Neste sentido, nota-se que também houve no município a vinculação ao campo assistencial e, posteriormente, ao educacional, pois estava convergente com a realidade daquele período a qual foi sendo transformada nas e pelas políticas educacionais a partir de mudanças no modo de compreender a educação na infância. No contexto do processo de urbanização mencionado como uma das transformações que gerou a necessidade da Educação Infantil, exemplificamos com a situação que criou a Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição; esta foi fundada, em 1987, em função do reassentamento de famílias vindas das proximidades de arroio Cadena e, da zona rural de Sant Maria e municípios do seu entorno (KUHLMANN Jr, 2010, KRAMER, 2011).

Já a Escola Municipal Ida Fiori Druck foi fundada pelo filho de uma professora como forma de homenageá-la e, com base em dados de 2003, funcionando ainda, em um prédio antigo, com refeitório pequeno e pracinha sem brinquedos. Nesta mesma situação, a Escola Municipal Raul Marinho, atualmente fechada, funcionava em uma casa de moradia a fim de atender aos filhos de funcionários da prefeitura, mas pela falta de demanda exclusiva, houve a ampliação do acesso à comunidade.

Ambas revelam, portanto, a ausência de políticas que propusessem uma infraestrutura adequada ao atendimento na Educação Infantil. Algo que, passa a ser pensado a partir dos anos 90. A Escola Municipal Vila Jardim, embora fundada já na década de 1990, ainda carregava a perspectiva assistencialista. Sensibilizada pela situação das mães, principalmente empregadas domésticas que não tinham onde

deixar seus filhos para trabalhar, a comunidade organizou grupos e, em regime de mutirão, construíram a escola que foi inaugurada pelo prefeito da época e, administrada pela secretaria de Bem Estar Social passando, a partir da nova LDB (1996), para a vinculação com a Secretaria de Educação.

Do mesmo modo, a Escola Municipal Sinos de Belém surgiu a partir de um pedido da comunidade em função da necessidade de trabalho dos pais. Assim como a Vila Jardim, a escola Sinos de Belém, também foi construída em regime de mutirão e com verbas arrecadadas por movimentos de pessoas ligadas a igrejas. Depois a Secretaria de Bem Estar Social conseguiu que a Prefeitura Municipal assumisse a gestão da então creche.

Kramer (2011), referindo-se ao período de 1970, alerta para a falta de políticas que atendessem às necessidades da Educação Infantil. Assim, além das escolas serem fundadas por pessoas da comunidade, sem financiamento prévio ou parceria com o poder público, estas funcionavam e, em alguns casos ainda funcionam, em prédios comerciais ou casas de moradia que sofrem adaptações em sua estrutura física para funcionar como escolas.

Entende-se que esta realidade pode comprometer a qualidade do atendimento educativo uma vez que, conforme apontam as DCNEIs (2009) e a política dos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil (2006), existem especificidades previstas para as práticas educativas, bem como para os espaços que compõem o cotidiano destas instituições a fim de atender as necessidades de desenvolvimento das crianças. Já o Centro Municipal de Educação Infantil Luizinho de Grandi foi construído, em 1988, pela Secretaria de Município de Obras e Serviços Urbanos com recursos próprios, via projeto “Construção de creches” desenvolvido pelo poder executivo municipal. Mas destaca-se que esta construção contou com o auxílio de soldados do 4º Grupamento de Incêndio.

Assim, nota-se o avanço no sentido de financiamento da estrutura física por parte do poder executivo municipal, por meio de um projeto, embora o objetivo ainda fosse atender às crianças de baixa renda cujas mães não contavam com uma rede familiar enquanto precisavam trabalhar fora de casa. Em relação às dificuldades com o financiamento, recursos humanos e materiais, a Escola Municipal Alfredo Tonetto, após ser fundada em 1988, chegou a ficar fechada em 1991, pois funcionava em apenas uma sala de aula e com o trabalho voluntário da diretora e uma servente.

Mas no ano seguinte, foi remodelada e reaberta com o apoio da Secretaria de Bem Estar Social e da Prefeitura municipal, o que demonstra o reconhecimento, por parte do poder executivo municipal, da necessidade em investir para manter e ampliar o funcionamento da escola.

A Escola Municipal Aracy Trindade Caurio traz em seu Projeto Político Pedagógico que é mantida pela Prefeitura Municipal, porém, recebe doações e ainda é necessário realizar ações entre amigos, festas e domingos de almoço (risotos) para arrecadar fundos, assim como, do mesmo modo, outras escolas também expressaram tal necessidade. Conforme o PPP (2003) da Escola Municipal Eufrazia Pengo Lorenzi, os recursos materiais recebidos da Prefeitura Municipal referem-se à limpeza, higiene, merenda escolar e material pedagógico, enviados pela secretaria de município da educação.

Nesta nova perspectiva de responsabilização do poder público municipal para com as Escolas de Educação Infantil, surge a Escola João Franciscatto, criada a partir da lei municipal nº 4034/96 ainda em função das necessidades das famílias contarem com um lugar onde deixar seus filhos em segurança, com nutrição e assistência pedagógica enquanto trabalhavam. Conforme o PPP (2003), a obra foi recebida do poder público pela comunidade e seu nome foi trocado para João Franciscatto em reconhecimento a um trabalhador local, homenagem que era comum na época. A escola segue sendo mantida pela Prefeitura Municipal com alimentação, conservação do prédio, materiais e recursos humanos.

De modo geral, com base nas informações contidas nos Projetos Político-Pedagógicos e nos Regimentos Escolares, nota-se que as propostas educativas das Escolas Municipais de Educação Infantil tinham como princípio o atendimento assistencial destacando a dimensão do cuidado e que, em perspectiva evolutiva, foram sendo incorporados os objetivos de educar e formar a criança com base em aspectos democráticos, reconhecendo e respeitando suas necessidades de desenvolvimento e contribuindo para a formação de suas subjetividades.

Estas concepções podem ser percebidas, por exemplo, no que é apontado pelos documentos das Escolas Municipais Nossa Senhora das Vitórias, na qual as crianças recebiam assistência de voluntários com atividades de atenção em saúde, cuidado, religião e recreação e, Darcy Vargas e Casa da Criança, as quais destacam, respectivamente: “[...] contribuir para o exercício da cidadania, com a finalidade de promover a criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e

sociais, segundo as potencialidades de cada um [...]” e, “[...] proporcionar às crianças ambiente tranquilo e lúdico de aprendizagem que possibilite um desenvolvimento psicossocial através de atividades e da integração, que está baseada na afetividade, na solidariedade e respeito à diferença [...]”

Sendo assim, entende-se que a Educação Infantil no município estruturou-se na mesma lógica assistencial expressa nacionalmente e, que, a partir das transformações sociais incorporadas na implementação de novas políticas públicas e educacionais, vem sendo acrescida da dimensão da educação e, ambas as dimensões, passam a ser compreendidas como indissociáveis e estruturantes da Educação Infantil.

Especificamente em relação ao atendimento das crianças de zero a três anos, embora não relativa à divisão que se tem atualmente como creches, entende-se conforme demonstra o quadro 2¹⁷, que todas atendiam este segmento, iniciando com crianças a partir dos seis meses, ou dos dois anos, ou três anos, sendo que, neste segmento etário, o menor percentual de crianças atendidas foi de zero a dois anos e, o maior, foi de dois a seis anos, mas sendo absolutamente inferior se comparado ao recorte etário de quatro a seis anos.

5.2 O atendimento educacional da criança de zero a três anos nas políticas educacionais municipais

O município de Santa Maria-RS, de acordo com o que propõe a legislação nacional, cria o seu Sistema Municipal de Ensino através da Lei Municipal nº 4123/97 e, nesse sentido inclui, além da Secretaria de Município da Educação, o Conselho Municipal e Escolas Municipais de Ensino Fundamental, as instituições de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público Municipal e aquelas mantidas pela iniciativa privada. A Resolução CMESM nº 2, de 30 de junho de 1999, fixa normas para a Educação Infantil no sistema municipal de ensino de Santa Maria, reconhecendo-a como a primeira etapa da educação básica e direito da criança de zero a seis anos, explicitando a atendimento em creches e pré-escolas.

A mesma reconhece como finalidade da Educação Infantil o desenvolvimento integral da criança em diferentes aspectos, bem com a responsabilidade de

¹⁷ Ver página 68

complementar a ação da família e da comunidade, oferecendo espaço adequado e estimulador ao seu desenvolvimento. Em perspectiva da vinculação da Educação Infantil à Secretaria de Educação, do reconhecimento das especificidades da Educação Infantil e de seu caráter pedagógico, o município cria as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal Educação Infantil - DCMEI (2008) expressando sua fundamentação nos princípios básicos da democratização, qualificação, inclusão e emancipação.

Nesse sentido, a política destaca as conquistas alcançadas pela Educação Infantil Municipal, e dentre elas, a já mencionada vinculação à secretaria de Educação e não mais à assistência; a inserção de profissionais com formação específica nas escolas para a docência junto às crianças através de concurso público específico para a carreira na educação, e também a relação com outros setores da administração a fim de qualificar o trabalho; o investimento em processos de formação continuada para os professores que atuam nas escolas, propostos pelas instituições e pela Secretaria de Educação; o aumento de vagas para o acesso à Educação Infantil, embora com a abertura de turmas em Escolas de Ensino Fundamental; a ampliação de salas e a construção de novas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI); além de outros aspectos da gestão pedagógica.

Além das conquistas alcançadas, as DCMEI (2008) traçam novos objetivos a serem alcançados. Dentre estes, a ampliação de vagas para atender à demanda prevista pela universalização proposta no PNE (2011-2020), a permanência de profissionais qualificados atuando na Educação Infantil, a articulação das Escolas Municipais de Educação Infantil com as Escolas de Ensino Fundamental, possibilitando que as crianças tenham Educação Infantil de qualidade onde quer que seja ofertada no município em função do atendimento de turmas de Educação Infantil em Escolas de Ensino Fundamental, solução encontrada pelo município para a ampliação de vagas.

Em perspectiva atual e, em conformidade com as políticas educacionais nacionais, as DCMEI (2008) entendem a criança como sujeito histórico, pertencente a um grupo sócio-cultural, que se desenvolve em dimensões individuais e coletivas. Entende a criança pequena como alguém que pensa, sente e relaciona-se de modo diferente do adulto, características próprias que precisam ser conhecidas e consideradas no momento de construção das propostas educativas,

bem como das práticas educativas desenvolvidas com as crianças de zero a cinco anos.

Propriamente acerca do atendimento, a política traz que a Educação Infantil da Rede Municipal desenvolve-se prioritariamente nas EMEI destinadas a crianças desde os seis meses de idade, em turmas de Berçário e, em turmas de Pré-Escola, até cinco anos de idade. E, como forma de ampliar o número de vagas há a possibilidade dos convênios, além das vagas abertas em dez EMF que abriram turmas de Educação Infantil.

A Resolução CMESM nº 30 (2011) também define Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS. Esta traz que as Diretrizes objetivam a articulação do processo de organização da Educação Básica, a [re] estruturação dos projetos político-pedagógicos das escolas, bem como a adequação e o cumprimento da legislação educacional. Processos que estão sendo vivenciados pelas escolas, junto à Secretaria e o Conselho de Educação.

Em relação às orientações didático-metodológicas afirmam a prioridade do desenvolvimento integral da criança, por meio do binômio cuidar e educar (SAYÃO, 2010). Na mesma lógica das DCMEI (2008), acrescentam que as características do desenvolvimento infantil devem ser conhecidas e consideradas na construção das propostas educativas. Aponta que deve basear-se a partir de situações de desafio, estimuladoras, lúdicas e significativas que propiciem a descoberta do mundo, do outro e de si mesma. Reforça a importância do lúdico, do acesso às diferentes formas de comunicação, a convivência com as diferenças e a necessidade de valorização da criança.

Acrescenta, ao encontro do que propõem as políticas nacionais LDB (1996) e DCNEI (2009), as particularidades para o processo de avaliação - de forma contínua visando a percepção da criança por ela mesma e não em sentido de comparação, e sem o objetivo de promoção. Traz a adequação às idades a partir do que foi sendo proposto nas novas políticas, ou seja, que a Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica é direito da criança de zero a cinco anos e onze meses que deve ser ofertada em creches, para crianças com idades de zero até três anos e onze meses e, em pré-escola, para crianças a partir de quatro anos com duração de dois anos.

Como a mais nova política municipal que se refere à Educação Infantil, a Lei Municipal nº 5798, que foi criada em 30 de setembro de 2013, institui a Semana

Municipal da Educação Infantil, na segunda quinzena de agosto de cada ano. Em consonância ao artigo 1º da Lei Federal nº. 12.602, de 03 de abril de 2012, que Institui a Semana e o Dia Nacional da Educação Infantil. Esta semana, é entendida como evento que será organizado pela Secretaria de Município da Educação em parceria com outras secretarias e por uma Comissão Organizadora composta de representantes das Escolas Municipais de Educação Infantil, portanto, em perspectiva democrática.

Atualmente, em 2014, a política do Programa Proinfância está retomando a construção de novas escolas municipais de Educação Infantil o que, apesar de ser uma política nacional para apoio financeiro aos municípios, e não uma iniciativa municipal, retoma a ampliação da rede física da Educação Infantil construindo novas unidades para atendimento às crianças entre zero e seis anos de idade, e também contribui para a ampliação do número de vagas e acesso de mais crianças à Educação Infantil. Sendo assim, entende-se que o município de Santa Maria-RS, por meio das políticas públicas e educacionais, vem se empenhando para atender cada vez mais crianças e com um trabalho pedagógico de qualidade.

5.3 A perspectiva atual da gestão educacional santa-mariense para o atendimento da criança de zero a três anos na Educação Infantil.

Com base nas políticas educacionais santa-marienses e, no que está expresso nos Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares, entende-se que as Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI adotam a abordagem sociocrítica, a qual, conforme Libâneo (2007) tem como objetivo:

[...] promover para todos acesso aos bens culturais e o desenvolvimento de capacidades individuais e sociais dos alunos, tendo em vista a inserção crítica no mundo do trabalho, a constituição da cidadania (inclusive como poder de participação), a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária (p.16).

Neste contexto, tem-se a concepção da gestão democrático-participativa expressa na Lei Municipal nº 4123/97, a qual regulamenta a gestão democrática nos Estabelecimentos Municipais de Ensino de Santa Maria-RS. Nesse mesmo sentido, a Lei municipal da gestão escolar democrática, nº4740/03, dentre outras

providências, aponta a garantia de autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica; a livre organização da comunidade escolar, bem como sua participação nos processos de tomada de decisão e órgãos colegiados; a transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos; a descentralização do processo educacional; a valorização dos profissionais da educação e a eficiência no uso dos recursos.

Conforme as DCEMEI (2008), nas Escolas Municipais de Educação Infantil há a coordenação pedagógica, elaboração das Propostas Pedagógicas e Regimentos; eleição de diretores; a realização de eventos específicos envolvendo todos os profissionais que atuam na Educação Infantil; gestão democrática; escolarização da merenda; Educadoras Especiais atuando na Educação Infantil e aumento do número de matrículas de crianças com necessidades Educacionais Especiais.

De acordo com Libâneo (2007), esta defende a explicitação de objetivos sócio-políticos e pedagógicos das escolas, pela própria equipe escolar, por meio de uma relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da escola. Assim, tem-se a gestão participativa e também a gestão da participação, mediante a responsabilização de cada um, nos processos coletivos (LUCK, 2011).

Desse modo, surgem como princípios que orientam as práticas educativas construídas nesta concepção a autonomia, a participação, o autocontrole que seria o equilíbrio entre as mesmas e, por fim, a responsabilidade com a demonstração pública da qualidade do trabalho. Estes princípios são compreendidos como a relativa autonomia que o município possui e, em certa medida, repassa às escolas na organização e desenvolvimento das práticas pedagógicas realizadas por seus membros, portanto, também gestores, as quais, expressas em seus Projetos Político-Pedagógicos, devem ser reguladas pela a Secretaria de Município da Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, que aprova e fiscaliza as propostas (LUCK, 2011).

Além dos princípios, o paradigma da Gestão Educacional apresenta alguns mecanismos de participação dos sujeitos gestores na construção autonomia escolar. São exemplos destes mecanismos, os órgãos colegiados como Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Associação Escola-Comunidade e, no sentido da análise desenvolvida neste estudo, não como órgãos colegiados propriamente, mas como mecanismos de participação, em processo de gestão democrática, tem-se as discussões originadas nos seminários e fóruns regionais, nacionais e internacionais

como momentos importantes de participação dos sujeitos, dentre estes o MIEIB, a CONAE e outros (FLORES, 2010; VIEIRA, 2010).

Nesse sentido, entende-se que a gestão é este processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino, tendo como base as políticas educacionais nacionais e municipais, a partir dos princípios de autonomia e participação. Desse modo, o município faz uso de sua autonomia em relação à União e ao Estado, bem como, enquanto esfera do poder local para organizar e gerir o sistema de ensino municipal, neste caso, as Escolas Municipais de Educação Infantil, em análise.

Conforme foi expresso nos itens anteriores deste capítulo, entende-se que a Educação Infantil santa-mariense vem vivenciando um processo de evolução. Rompendo com a perspectiva assistencialista e construindo sua vinculação ao campo educacional, conforme preveem as políticas educacionais, atualmente, é a Prefeitura Municipal que, direta ou indiretamente, mantém as escolas, via Secretaria de Município da Educação e com o apoio do Conselho Municipal de Educação em suas funções e também, em forma de convênio.

Atualmente, o município possui 23 escolas de Educação Infantil pública em funcionamento. Destas, todas atendem crianças de zero a três anos, nem que seja, em pelo menos uma idade, nos grupos BI (0-1); BII (1-2); MI (2-3); MII (3-4), sendo que 5 atendem crianças de BI, 8 recebem crianças em BII, 20 matriculam crianças MI e, 19 atendem crianças maiores de três anos, em turmas de MII. O gráfico 4, a seguir, demonstra estes dados:

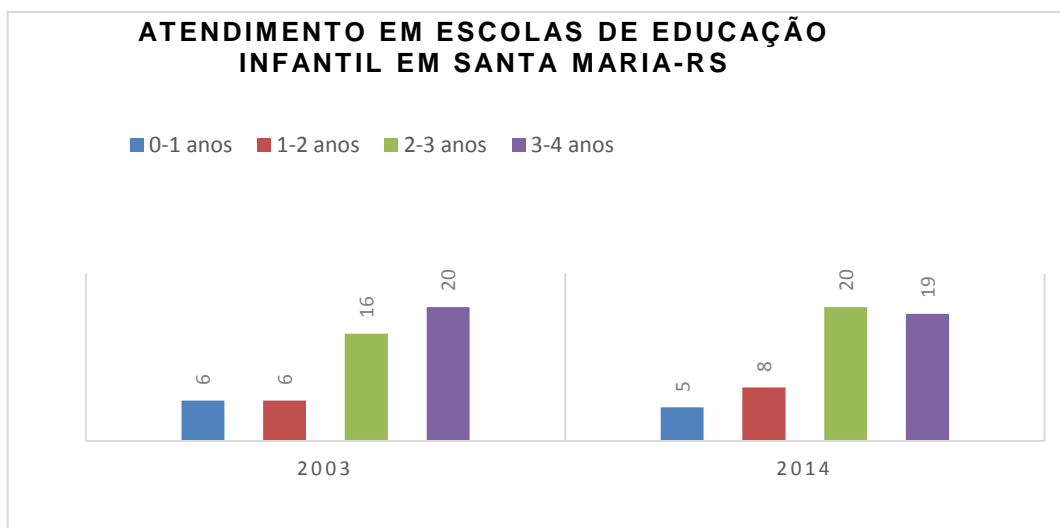


Gráfico 4 Atendimento em Escolas de Educação Infantil em Santa Maria-RS.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados encontrados nos Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares (2003) das EMEI de Santa Maria-RS (sistematizados no Quadro 2 - p. 68), e em dados obtidos na Prefeitura Municipal (Ver anexo 1, p.124)

Nesse sentido, entende-se que a gestão educacional do município de Santa Maria-RS organiza o atendimento para a criança de zero a três anos, na Educação Infantil, mas que sua oferta ainda é reduzida, já que, nenhuma das escolas dispõe de turmas para atender a todas as idades que pertencem a este grupo (0-3 anos), mas uma ou outra. Assim, entende-se a emergência que se constitui para a ampliação da oferta de vagas a fim de que mais, pequenos cidadãos santamarienses tenham seu direito à Educação Infantil garantido e que, somado a este aspecto, seja também investido na formação de professores para que haja a oferta e que esta seja de qualidade.

Alguns achados e considerações que não nos permitem concluir, mas seguir investigando, refletindo e compreendendo...

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser humano ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.

Paulo Freire

A investigação acerca da Gestão da Educação Infantil para a criança de zero a três anos no município de Santa Maria-RS permitiu compreender, por meio do paradigma da Gestão Educacional, a Educação Infantil em perspectiva histórica e política. Evidenciou as origens das práticas educativas, assim como a ausência, durante certo período, de políticas públicas e educacionais voltadas à educação na infância, o que faz com que traços desta perspectiva histórica ainda permaneçam.

Nesse sentido, possibilitou compreender que a organização e instituição da Educação Infantil ocorreu a partir de uma nova concepção de infância que passou a ser percebida e valorizada pela sociedade brasileira que foi sendo transformada em função de mudanças em seu modo de vida. Assim, entendeu-se que este contexto gera as necessidades sociais e, estas, por sua vez, requerem políticas que as atendam, as quais, na maioria das vezes, se constituem a partir de mobilizações e manifestações da sociedade, atualmente, em espaços construídos, como eventos que organizam estas participações democráticas e, configuram o contexto da influência e de produção de texto das políticas.

Desse modo, as políticas vão sendo implementadas no contexto da prática, ou seja, nas realidades escolares com base nas necessidades que as constituíram, mas estas não são lineares e, portanto, ao serem implementadas, produzem consequências que geram novas demandas que precisam ser supridas com novas políticas. Assim, tem-se o movimento do ciclo de políticas que, ao mesmo tempo que regulamentam e organizam o sistema de ensino, produzem efeitos que levam à novas necessidade a serem contempladas.

Desse modo, destaca-se que a gestão do atendimento educativo para a criança de zero a três anos na Educação Infantil santa-mariense tem apresentado

significativa evolução em relação ao aumento do acesso pelo crescimento do número de vagas para crianças nesta faixa etária, bem como na qualidade deste atendimento tendo em vista a evidência de que, além da perspectiva assistencialista, há a manifesta preocupação com as questões pedagógicas, com a formação integral da criança, conforme prevê a política orientadora das propostas pedagógicas para a Educação Infantil DCNEI (2009).

Dentre as medidas tomadas no município, a de firmar convênios e criar vagas em EMF, embora não seja o ideal para a Educação Infantil (pois pode comprometer as vivências cotidianas em espaços que não tenham sido pensados de acordo com as necessidades das crianças nesta faixa etária), demonstra o movimento de esforço da gestão municipal em ampliar o acesso à Educação Infantil em seu sistema de ensino.

A criança de zero a três anos de idade está sendo atendida nas EMEI do município, as quais se comprometem, a partir do que tratam as DCEMEI (2008), a trabalhar para a ampliação e melhoria das condições deste acesso. Assim, entende-se que este é o quadro atual da Gestão da Educação Infantil para a criança de zero a três anos no município de Santa Maria-RS: a de um atendimento ainda reduzido se comparado às demais idades, mas que busca, conforme propõe a política educacional municipal, ampliar e qualificar este atendimento.

Assim, as questões tratadas neste estudo em termos teóricos, históricos e políticos levam à percepção de que o atendimento da criança de zero a três anos na Educação Infantil está relacionado às minorias. A minoria em idade é indiscutível, pois, elas são a menor idade, mas a minoria persiste no número de matrículas, no número de escolas que as atendem e no número de vagas, isto se coaduna não só em contexto regional, mas também, ao contexto nacional.

A priori, entende-se que tais questões se devem a fatores como a não completa e necessária valorização da Educação Infantil, à falta de vagas nas escolas pelo fato que a Educação Infantil, para crianças bem pequenas gera custos bem maiores do que para as crianças de quatro a cinco anos e, a obrigatoriedade da educação básica somente a partir dos quatro anos de idade.

Sendo assim, compreende-se que este pressuposto, expresso nas políticas educacionais, reforça, novamente, a pré-escola para ser atendida com prioridade sobre a creche. Entende-se ainda que tal prerrogativa põe em dúvida a unidade da Educação Infantil dos zero aos cinco anos, dividindo-a em segmentos etários de

zero a três, e quatro a cinco anos de idade e, com isso, o seu real pertencimento à educação básica, já que somente uma parcela das crianças estão sendo efetivamente consideradas, as de quatro a cinco anos. Tal concepção, leva ao questionamento: e as demais, de zero a três anos de idade, a que pertenceriam?

Visando compreender um pouco mais acerca das necessidades das crianças de zero a três anos, por vezes esquecidas, este estudo ganha sequência, com o aprofundamento de dissertação e, desse modo, espera-se contribuir não só para a visibilidade destes pequenos sujeitos, mas para ampliação de seus espaços na Educação Infantil e, que esta possa estar, efetivamente, sendo de qualidade.

REFERÊNCIAS

AKKARI, A. **Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e desafios**. São Paulo: Vozes, 2011.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1981. Cap. 2 (p. 50-68).

BALL, S.; MAINARDES, J. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013**. Editora Moderna. 2013 p. 14-21. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A833F33698B013F346E30DA7B17> Acesso em 16 abr. 2014.

_____. Câmara dos deputados. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. Ed. Biblioteca Digital da Câmara dos deputados, atualização 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_6ed.pdf?sequence=7> Acesso: 01 mai. 2013.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei do Plano nacional da Educação (PNE-2011-2020)**. Projeto em tramitação no Congresso Nacional. PL nº 8.035. Organização Marcia Abreu e Marcos Cordioli. Brasília: Edições Câmara, 2011. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/projeto de lei do plano nacional de educacao pne 2011 2020.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/projeto%20de%20lei%20do%20plano%20nacional%20de%20educacao%20pne%202011%202020.pdf)> Acesso 05 dez. 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

_____. **Constituição Federal de 1988. Art. 208**. In: Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas. **Proinfância. Apresentação.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>> Acesso dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf> Acesso: dez. 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso: dez. 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer cne/ceb 22/1998 homologado.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf> Acesso: dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. **FUNDEB.** Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12327&Itemid=669> Acesso: dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE nº 006 de 24 de abril de 2007.** “Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional...”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n6_240407_proinfancia_medida18.pdf> Acesso dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf> Acesso: dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil.** Vol. I. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>> Acesso: dez. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** “Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009...” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm> Acesso dez. 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Censo Escolar.** Anexo II. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>> Acesso em 15 abr. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: 2006. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf> Acesso 10 dez. 2013.

_____. Presidência da República. Lei 9.394/96. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Casa Civil, atualização 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso: 01 mai. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. Emenda Constitucional nº 53, de dezembro de 2006. “**Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal...**”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm Acesso em 12 nov. 2013

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. **Lei 11.274.** “**Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394...**”. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso 08 abr. 2014.

_____. Presidência da República. **Plano Nacional da Educação.** Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília: Casa Civil, 2001. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso: 05 mai. 2013.

CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do Profissional de educação infantil. IN: **Por uma política de formação do profissional de educação infantil.** Brasília: MEC, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre, 2007.

FLORES, M. L. **Movimentos na construção do direito à Educação Infantil: histórico e atualidade**. In: Dossiê infância e Educação Infantil. Revista Educação, Rio Grande do Sul, v. 35, n. 1, p. 25-38, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/issue/view/88>> Acesso nov. 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed: 2009.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 9° Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KULMANN Jr, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: mediação, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil**. Revista Española de Educación Comparada, Edición monográfica: Administración y gestión de los centros escolares: panorâmica internacional. Espanha, 2007.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5° ed. Goiânia: MF livros, 2008.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **Gestão Educacional – Uma questão paradigmática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

MAINARDES, J. **Abordagem do Ciclo de Políticas**: Uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais. Revista Educ. Soc. São Paulo, v. 27, n. 94, p.47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso: maio 2013.

_____. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil: Cotidiano e políticas**. São Paulo: Autores Associados, 2009. Cap. 1, p. 15-47.

OLIVEIRA, D. A. **Das políticas de governo à política de Estado**: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011.

OLIVEIRA, Z. M. de. **O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais**. Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento. Belo Horizonte, 2010.

PERUFO, G. **Proinfância: de 10 unidades do programa federal a serem construídas, apenas uma está em obras**. Creche começa a sair do papel. **Diário de Santa Maria**. Rio Grande do Sul, 27 mar 2014, p.10.

RODRIGUES, A. J. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. Cap. III (p. 31-49).

ROSEMBERG, F. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre a infância e relações raciais**. In: BENTO, M. A. S. Educação Infantil, Igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São

Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. CEERT, 2012. p. 11-46.

SANTA MARIA. Conselho Municipal de Educação de Santa Maria. Resolução CMESM nº 2. **Fixa normas para educação infantil no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria** 1999.

_____. Conselho Municipal de Educação de Santa Maria. Resolução CMESM Nº 30. **Fixa normas para Educação Infantil no sistema municipal de ensino de Santa Maria**, 2011.

_____. Estado do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal. Decreto executivo nº 36. **“Suspende as atividades da Escola Municipal de Educação Infantil Alfredo Tonetto”**, 2012. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/DE/2012/DE_036_12_SUSPENDE_atividades_Alfredo_Toneto.pdf> Acesso 05 Abr. 2014.

_____. Estado do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal. Decreto executivo nº 068. **“Cria e Denomina uma Escola Municipal de Educação Infantil no Município de Santa Maria”**, 2012. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/DE/2012/DE_068_12_SMED_CRIA_Escola_NOSSO_LAR.pdf> Acesso em 05 Abr. 2014.

_____. Estado do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal. Decreto executivo nº 075. **“Extingue escolas municipais”**, 2012. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/DE/2012/DE_075_12_SMED_Extingue_Escolas.pdf> Acesso 05 Abr. 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Santa Maria. **Infância cidadã: o direito à educação de zero a cinco anos. Diretrizes Curriculares para a educação municipal educação infantil**. Secretaria de Município da Educação, 2008.

_____. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Lei municipal nº 4034. **“Denomina, João Franciscatto, a creche localizada à rua Antonio Botega, no bairro São José, neste município”**, 1996. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/1996/4034.pdf>

_____. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Lei municipal nº 4122. **“Dispõe sobre o conselho municipal de educação e dá outras providências”**, 1997. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/1997/4122.pdf>> Acesso 05 Abr. 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Lei municipal nº 4123. "**Cria o sistema municipal de ensino de Santa Maria**", 1997. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/1997/4123.pdf>> Acesso em 05 Abr. 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Lei municipal nº 4740/03. "**Institui a gestão escolar democrática**", 2003. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2003/4740.pdf>> Acesso 05 Abr. 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Lei municipal nº 4766/04. "**Denomina de Escola Municipal de Educação Infantil Professora Zulânia de Fátima Simionato Salamoni a Escola localizada na Avenida Paulo Lauda da Cohab Tancredo Neves**", 2004. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2004/4766.pdf>> Acesso 05 Abr. 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Lei municipal nº 5798/13. "**Institui a Semana Municipal de Educação Infantil**", 2013. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2013/LM_5798___Semana_Educacao_Infantil.pdf> Acesso 05 Abr. 2014.

SAYÃO, D. T. **Não basta ser mulher... não basta gostar de crianças... "Cuidado/educação" como princípio indissociável na Educação Infantil.** In: Dossiê infância e Educação Infantil. Revista Educação, Rio Grande do Sul, v. 35, n. 1, p.69-84, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/issue/view/88>> Acesso nov. 2013.

TOMAZZETTI, C. M. **As práticas Pedagógicas em Educação Infantil: do assistencialismo à emancipação como construção da cidadania.** 1997, 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.

VIEIRA, L. M. F. **A Educação Infantil e o Plano NACIONAL DE EDUCAÇÃO: AS PROPOSTAS DA CONAE 2010.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 809-831, jul.-set. 2010 809. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 15 out. 2013.

WELLER, W.; PFAFF N. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática.** Petrópolis: Vozes, 2010.

ANEXO

Anexo 1 - Escolas Municipais de Educação Infantil- EMEI



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO - SETOR PEDAGÓGICO – 2014

ESCOLA/NÚMERO DE ALUNOS	BERÇÁRIO INTEGRAL	BERÇÁRIO PARCIAL	MATERNAL INTEGRAL	MATERNAL PARCIAL	TOTAL DE ALUNOS
1. EMEI ADY S. BECK	-	-	-	A 20 B 18	38
2. EMEI ANGELA TOMAZZETTI	-	-	MI 17 MII 17	-	34
3. EMEI ARACY T. CAURIO	-	-	M1 11 M2 24	-	35
4. EMEI BORGES DE MEDEIROS	BII 18	-	MIA 20 MIIA 20	MII B 20 MII B 20	98
5. EMEI NÚCLEO INF. CAIC	BI 11 BII 24	-	MIA 25	MIB 22 MIC 21	103
6. EMEI CASA DA CRIANÇA	BII 23	-	MIA 23 MIIA 24	MIB 23 MII B 24	117
7. EMEI DARCY VARGAS	BIIA 25	-	MIA 18 MIB 18 MIIA 18 MII B 18	-	97
8. EMEI EUFRAZIA P. LORENSI	-	-	MI 18 MII 18	-	36
9. EMEI IDA FIORI DRUCK	-	-	MI 15 MII 22	-	37
10. EMEI JOÃO FRANCISCATTO	-	-	-	MAT 22 MAT 25	47
11. EMEI LUIZINHO DE GRANDI	B1 15	BII 16 BII 18	-	MI 16 MI 17	82
12. EMEI MONTANHA RUSSA	BI 14	-	MAT I 18 MAT III 18	-	50
13. EMEI N. S. DA CONCEIÇÃO	-	-	MAT 15	-	15
14. EMEI SINOS DE BELÉM	-	-	-	MI 17 MAT I 18 MAT II 18 MAT II 21	74
15. EMEI VILA JARDIM	-	-	MIIA 25 MII B 28	-	53
16. EMEI ZAHIE B. FARRET	-	-	M2 20 M2 E PRÉ 16(MISTA)	-	36
17. EMEI ZULANIA SALAMONI	-	-	MI1 24	MI2 20 MI3 16 MII1 19 MII2 25	104
18. EMEI LUIZA UNGARETTI	B1/B2 15	-	MI 15 MII 19	-	49
19. EMEI BOCA DO MONTE	-	-	-	MI 18	18
20. EMEI NOSSO LAR	BI 15 BII 14 BII 19	MI 21 MII 20	MII 19	-	108
TOTAL	193	75	617	346	1.231

DADOS DAS CRECHES MUNICIPAIS FONTE: EDUCACENSO 2014



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO - SETOR PEDAGÓGICO – 2014

ESCOLA/NÚMERO DE ALUNOS	BERÇÁRIO INTEGRAL	BERÇÁRIO PARCIAL	MATERNAL INTEGRAL	MATERNAL PARCIAL	TOTAL DE ALUNOS
Escola Ida Berteotti	BII e MII 19	-	M II 18	-	37
Escola Santa Rita			MI e MII 20		20
Escola Vila Vitória			M I 20 MII 16		36
TOTAL	19		74		93

DADOS DAS CRECHES CONVENIADAS - FONTE: EDUCACENSO 2014